

PROPOSTA

Breves comentários para os processos
da democratização no século XXI

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

A ação da FASE e os sujeitos do processo
de transformação social urbana

Evanildo Barbosa da Silva

ONGs na encruzilhada

Jorge Eduardo Saavedra Durão

ISSN 1982-8950

Revista Trimestral de Debate da Fase

2011

ANO 35 - Nº 124

R\$ 12,



FASE 50 ANOS

e os desafios do futuro



22

Jean Pierre Leroy

A FASE e a questão do
desenvolvimento



52

Maria Emília Lisboa Pacheco

Resistência, afirmação de identidades
e inovações em tempos de antigos
e novos conflitos no campo



FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Trienal 2011-2013

“ALTERNATIVAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA PROMOÇÃO DOS DIREITOS E DA SUSTENTABILIDADE”

Missão

A FASE é uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos fundada em 1961. Sua missão é contribuir para construção de uma sociedade democrática por meio de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos.

Estratégia

Para cumprir esta missão a instituição se organiza em dois programas nacionais; um núcleo e seis programas regionais que atuam em seis diferentes estados da federação. Os regionais desenvolvem ações próprias de acordo com a realidade local, no entanto, articulam-se entre si e com os programas nacionais e o núcleo a partir de temas comuns e muitas vezes por meio de redes de articulação, grupos de trabalho e fóruns temáticos.

Objetivos

Avançar na construção de um campo político crítico ao projeto desenvolvimentista dominante, de modo a contribuir na disputa coletiva por um Brasil fundado na democracia substantiva e na sustentabilidade sócio-ambiental. Tudo isso deve ser feito por meio da mobilização pela garantia e fortalecimento dos direitos humanos e da proposição de alternativas de desenvolvimento, de políticas públicas e de práticas de controle e participação social.

A FASE possui dois Programas Nacionais: o Programa Nacional de Direito à Segurança Alimentar, Agroecologia e Economia Solidária e o Programa Nacional Direito à Cidade – “Cidades justas, democráticas e sustentáveis”. A intervenção dos programas nacionais se materializa pela relação matricial com os programas regionais.

A FASE possui um Núcleo Nacional: O Núcleo Justiça Ambiental e Direitos é o lugar do processamento de questões estruturantes para a FASE, que dialogam de forma transversal e permanente com os programas nacionais e regionais.

A FASE atua por meio de seis programas regionais: Programa Regional Amazônia, Programa Regional Bahia, Programa Regional Espírito Santo, Programa Regional Mato Grosso, Programa Regional Pernambuco e Programa Regional Rio de Janeiro.

A FASE se articula também em Grupos de Trabalho que são lugar de confluência entre os diversos programas e núcleos, em torno de temas, problemáticas e lutas comuns. Entre eles, o GT Gênero é permanente.

A FASE conta ainda com o Setor de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP) que realiza gestão de fundos e visa o fortalecimento institucional de micro-organizações a partir de pequenos apoios financeiros e outros recursos como informação, formação e relações; e o Fundo Dema para apoio aos povos da floresta amazônica brasileira, concentrado ainda numa área de grande tensão no Pará, na afluência dos rios Xingu e Amazonas.

Na FASE Nacional encontram-se o Setor de Comunicação; a Unidade de Planejamento; a Administração Centralizada; a Diretoria Executiva.



FASE
50
anos

Conselho Deliberativo

Titulares

Leilah Landim Assumpção
Presidente

Paulo Pena Schütz
Vice-Presidente

Décio Lima de Castro
1º Secretário

Leila Linhares Barsted
2ª Secretária

Márcia da Silva Pereira Leite
3º Secretário

Suplentes

Neide Esterci
Regina Leite Garcia
Renato Sérgio Maluf
Tatiana Dahmer Pereira

CONSELHO FISCAL

Adhemar dos Santos Mineiro
Carlos Bernardo Vainer
Jorge Vicente Muñoz
Ricardo Gouveia Corrêa

Diretora Executiva Nacional

Letícia Rangel Tura

Diretor Executivo Adjunto

Evânildo Barbosa da Silva

Assessor da Diretoria

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Apoio institucional





Editorial

Ao completar 50 anos, a FASE realiza um duplo movimento. De um lado, presta contas do seu percurso institucional de intervenção social, lançando o livro *Pensar com os outros - 50 anos de FASE: Trajetórias de uma organização da sociedade civil brasileira*, de Leilah Lamdim e Tatiana Dahmer. De outro, procura atualizar a perspectiva da sua intervenção, frente aos desafios do atual cenário mundial, com esta Proposta.

A revista trata de questões que se colocam de forma desafiadora para o conjunto da sociedade brasileira. Pretende também mostrar uma pequena parte do debate, em curso na FASE, acerca do sentido atual de sua existência - e de organizações da sociedade civil que, com ela, compartilham valores e objetivos políticos. Partimos para pensar sobre este número de um ciclo de debates interno, baseado em três eixos permanentes da nossa atuação: radicalização da democracia, bem como da participação social, fortalecimento dos sujeitos sociais populares e desenvolvimento.

A história da FASE passou pelos processos de resistência à ditadura, pela transição democrática e pelo período recente em que se verificaram avanços substantivos, mas insuficientes, para a construção de uma democracia real, com efetivação de direitos para camadas populares mais amplas. A insegurança de grande parte da população urbana e a incapacidade do Estado de garantir a vida de lideranças dos trabalhadores rurais demonstram cabalmente a precariedade dessa democracia para “os de baixo”. Além disso, o sistema político brasileiro reflete os padrões arcaicos de dominação vigentes num país com economia pujante, cada vez mais respeitado internacionalmente. Diante disso, discutem-se aqui os limites e impasses atuais do processo democrático, além da relevância e dos desafios futuros para as organizações cidadãs.

A FASE tem uma longa tradição como ator do desenvolvimento. Nos anos de resistência à ditadura, lutou contra os grandes projetos do regime militar e seus impactos arrasadores sobre as populações nos territórios. No período de hegemonia da ortodoxia neoliberal, se opôs ao Estado mínimo, e ao desmonte das políticas universais. Com a retomada do crescimento econômico e a resposta bem sucedida do governo Lula à crise econômica mundial, a FASE se encontra novamente diante do desafio de apoiar a resistência das populações atingidas nos territórios por um modelo de desenvolvimento insustentável, e pelo impacto gerado por grandes projetos.

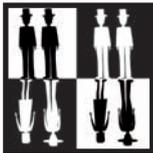
Temos insistido na crítica à perspectiva economicista e afirmado a necessidade de incorporar a noção de sustentabilidade desde que se iniciou o debate em torno de uma agenda de mudança. Hoje, nos perguntamos sobre as forças com que contamos para nos contrapor ao poderoso bloco que impõe um projeto de desenvolvimento insustentável. Voltado exclusivamente para a acumulação de capital, sem nenhuma consideração pelas demandas da sociedade.

É provável que um problema central do “nosso campo”, o das ONGs e movimentos sociais, seja a incapacidade de interpretar adequadamente as profundas mudanças da sociedade brasileira nas últimas duas décadas. Assim como seus impactos sobre os sujeitos que lutam por direitos, igualdade e mais democracia. É inadiável uma revisão profunda da nossa leitura da estrutura social brasileira.

Um elemento da crise política que afeta as nossas organizações é a dissolução, ou fragmentação do campo político com o qual atuávamos. Para nós, é urgente identificar e seguir ao lado dos atores que podem contribuir para configurar um campo político sintonizado com a luta contra as desigualdades, bem como pelos direitos humanos e sustentabilidade. Esse é o compromisso que a FASE tem mantido durante cinco décadas e pretende reafirmar, dia após dia, diante dos desafios do futuro.



SUMÁRIO



4 Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Breves comentários sobre os impasses e os novos desafios para os processos de democratização no século XXI



9 José Moroni

Reforma política e caminhos para ampliar a participação popular



12 Evanildo Barbosa da Silva

Transformações democráticas sem rupturas democráticas?



16 Vanessa Schottz

Compra da agricultura familiar e camponesa para a alimentação escolar: conquista da organização da sociedade



22 Jean Pierre Leroy

A FASE e a questão do desenvolvimento



29 Joana da Silva Barros

Desenvolvimento pra quem?
Um olhar sobre o discurso de desenvolvimento das cidades que se tornam sedes de megaeventos



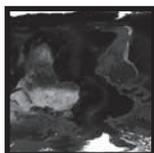
34 Guilherme Carvalho

As grandes obras de infraestrutura e a questão do desenvolvimento na Amazônia



39 Julianna Malerba

Democratizar processos de avaliação ambiental e planejamento territorial para garantir sustentabilidade



44 *Fátima Mello*

Rumo a um novo paradigma na Rio+20



48 *Marcelo Calazans*

Que é isto – uma floresta?
Marketing verde e o código de Claudentina
como resistência discursiva



52 *Maria Emília Lisboa Pacheco*

Resistência, afirmação de identidades e
inovações em tempos de antigos e novos
conflitos no campo



58 *Evanildo Barbosa da Silva*

Apontamentos acerca da ação da FASE
e sobre os sujeitos do processo de
transformação social urbana



63 *Jorge Eduardo Saavedra Durão*

ONGs na encruzilhada:
a FASE e o desafio da sustentabilidade
política em um mundo em convulsão



69 *Cleia Silveira*

Entrevista



73 *Matheus Otterloo*

Entrevista



77 *Melisanda Trentin e Aercio Oliveira*

Jovens Transformadores da cidade



82 *Maria das Graças F. Costa*

A FASE e os desafios atuais das mulheres
na Amazônia: um sujeito político que
precisa de visibilidade



Arquivo Fundo DEMA

Breves comentários sobre os impasses e os novos desafios para os processos da democratização no século XXI

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva*

*Professor do IRI-PUC que trabalhou
na FASE durante 25 anos

Apresentação

Ao longo dos seus cinquenta anos de existência, a FASE se colocou no terreno do agir social e da participação das classes populares no centro da vida nacional e dentro de uma perspectiva onde a democracia se afirma como valor central na vida das instituições, nas relações sociais, no plano dos valores, nas práticas e métodos educativos e como forma de agir e instituir a dimensão política e a materialidade da vida estatal. O programa da democratização se inscreveu nas várias etapas de nossa história, na interação dialética entre organização associativa, sindical e política e os rumos da vida coletiva, na forma da lei, do regime e da cultura, de modo a garantir a democracia em todos os planos da vida econômica e social. As reformas sociais e a participação política se combinam com o programa transformador da vida social, onde o valor pedagógico e político da ideia de autonomia sempre estiveram apoiados na busca de um deslocamento hegemônico na direção do protagonismo dos sujeitos coletivos, rompendo com o caráter elitista, oligárquico, classista, sexista e racista que promove a segregação e a desigualdade na vida brasileira.

Por isso, aceitamos o desafio proposto pela FASE de sugerir elementos para pensar e indicar o valor estratégico da democracia. Na conjuntura marcada pela tentativa de retirar a potência biopolítica da democracia, que reside no seu nexos fundamental com o poder imanente das maiorias, como emanção periódica e garantia permanente do reconhecimento do poder constituinte, como base material e força subjetiva, é preciso afirmar uma estratégia de contra-hegemonia, apostando na participação e na forma do agir coletivo direto, o que permite manter viva a possibilidade do agir coletivo.

Nesse artigo procuramos uma rápida descrição dos sentidos e das passagens da democracia para tentar resgatar a questão da democracia ampliada, participativa e direta. Por razões evidentes quanto ao espaço, não resgatamos os debates sobre a democracia e as revoluções (com destaque para as questões dos conselhos e do Estado Comuna), assim como deixamos de examinar as questões históricas e conjunturais da crise da democracia liberal-democrática.

Contra-hegemonia

O projeto global de supremacia neoliberal busca separar esferas e transferir poder, burocratizando decisões, buscando o consenso pela forma indireta de se relacionar o projeto democrático, pela mediação da opinião construída na esfera midiática e pela publicidade, com um poder cada vez mais gerencial e políticas permanentes de exceção. Na perspectiva contra-hegemônica buscamos afirmar a necessidade do retorno ao poder de autonomia e participação direta nos governos e nas instituições da vida econômica, social e cultural. O projeto de ampliação da democracia voltado para gerar bem-estar social é um caminho que depende de uma retomada da Paideia, da base de valores, da dimensão cultural e dos modelos de vida que tornam mais próximas e diretas as bases da democracia, inclusive a partir do uso de novas ferramentas ligadas ao mundo cibernético e a ao mundo virtual.

A ideia de democracia moderna está associada com a ideia da ampliação da cidadania como expressão da vontade coletiva, como Estado constitucional de direitos, como regime político de representação com escolha de governantes através de consultas eleitorais periódicas, como um pacto social que envolve a formação de maiorias e o respeito às minorias.

A democracia se confunde no imaginário com a emergência de processos constituintes, que seguem uma tradição de ampliação de liberdades e garantias

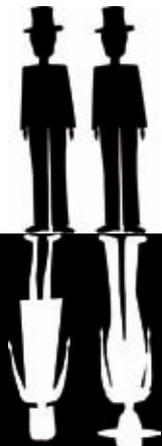
conforme o imaginário associado às formas históricas iniciadas pelas revoluções do século XVIII como a norte-americana e a francesa, sem desconsiderar a inglesa. As revoluções proletárias e anticoloniais da Rússia (com a formação da ex-URSS), da China e de Cuba, e todos os processos de luta pela independência nacional do Vietnã, da Argélia, de Angola, e tantas dezenas de outros, que ainda marcam as lutas atuais dos povos do Sul. Mas esses processos de emancipação acabam recapturados pelos quadros de mundialização (modernização) previstos por Marx, as vias alternativas e os saltos para a transição socialista retornaram ao atoleiro do social-metabolismo do capital.

Poder constituinte

A democracia resulta da potência produtiva do poder constituinte da sociedade, da capacidade humana de engendrar mecanismos de autogoverno, se manifesta pelas formas institucionais, onde o magma de significações históricas imaginárias se traduz nas formas diferenciadas de esferas e regras para ações diretas de exercício da potência humana na formação da vontade da coletiva, pública e comum. Essa síntese da perspectiva histórica se articula com as teorias das formas políticas que abrem o campo da filosofia do direito e os estudos constitucionais, se relaciona com as teorias da fonte imanente das práticas histórico concretas dos “povos” e das “multidões”, sofre os efeitos das mediações modernas que lhe restringem o alcance pela via dos filtros da representação, da divisão de poderes e das limitações por força da lei. As várias ondas e ciclos da democracia moderna, as várias discontinuidades derivadas das reformas e das revoluções, acabaram formando um arcabouço que serve de referência teórica e prática para as forças sociais que disputam os sentidos, o hegemônico e o contra-hegemônico da democracia.

O declínio da esfera pública

No pós Guerra Fria prevalece uma visão da democracia procedimental adequada ao avanço da “nova grande transformação” global do capital, que promove um constitucionalismo em favor dos fluxos do grande capital, onde a norma central é a defesa combinada do regime de propriedade e da disciplina neoliberal que garante a confiança das corporações e redes empresariais e financeiras. A democracia na visão dominante é mecanismo de representação e formação de maiorias que seleciona elites e articula as decisões do poder nas formas técnicas e burocráticas, condicionada pela força da complexidade do mercado e dos padrões de acumulação de capital e dos modelos de consumo,



que resultam da heterogeneidade e diversidade das sociedades de massa compostas pelos indivíduos e seus interesses fragmentados onde a competição é um valor central para a inovação racional e criativa, as guerras, o terror, o crime e a violência são resíduos do atraso e do peso inercial de velhas civilizações e dos novos bárbaros.

A democracia liberal se afirma num movimento de restrição e limitação dos processos de bem-estar social e ampliação de direitos característicos da era pós-Segunda Guerra Mundial, com recuo nas instituições que resultavam da ampliação dos direitos civis e da afirmação dos direitos econômicos, sociais e culturais. Redução da esfera pública e aumento da esfera privada, crise da noção de bem comum, ruptura e congelamento da relação entre emancipação e regulação.

O efeito paradoxal da afirmação e universalização de regimes democráticos no contexto de globalização acelerado pelo fim da Guerra Fria, particularmente no sul da Europa e na América Latina com a derrota das ditaduras de lá e de cá, reside no fato de se dar em meio a um diagnóstico ideológico contra a ampliação dos direitos. As forças dominantes veem nos mecanismos de construção da via única do mercado o referencial que traça os limites sobre os quais deve ser exercida a produção do consenso por meio de atividades eleitorais, desativando e reprimindo os mecanismos de participação, protesto e consulta direta. Nesse quadro, a proposta contra-hegemônica busca responder ao conjunto de críticas neoliberais e protofascistas que visam atingir o potencial de ampliação de direitos pela via do poder constituinte materializado nas formas de participação e decisão direta dos governantes, no exercício das decisões e no controle das ações e recursos dentro da ótica republicana e democrática do interesse e do bem comum.

Comentário sobre a democracia representativa

A formação do autogoverno e o fim da servidão, a elaboração de constituições e a escolha dos governantes pela via da representação se misturam com inúmeras formas de distribuição e exercício de poder a partir da sociedade civil, da esfera pública e das lutas sociais. Os limites e as ampliações de direitos marcam as tensões entre dinâmicas oligárquicas e liberais e dinâmicas radicais e libertárias, que definem as condições do jogo político, afetado pela dupla dinâmica dos processos materiais de composição das classes e dos processos de subjetivação que definem as formações culturais e os regimes jurídicos. O poder político se articula como um teatro onde o palco é sustentado pela estrutura social de longa duração, pelas disputas, distribuição de meios e capacidade de uso de potencialidades e

alianças em cada situação e pelas relações imediatas de força desenhadas pelos atores que encarnam as formas possíveis da consciência e da ação coletiva que move a história.

Na sociologia ocidental a formação dos regimes políticos segue as tendências para uma série de avanços e recuos nas relações de poder, que acompanha os saltos das transformações na composição material e na condição cultural das diferentes formações econômico-sociais, que se desenha como racionalização, modernização e acumulação de capital e expansão de poder nos distintos territórios. Os fenômenos do poder organizativo e dos distintos processos que dão complexidade para a vida social fazem da formação de aparatos ideológicos, de aparatos jurídico-políticos e aparatos empresariais, forças que cristalizam as relações sociais, os modelos institucionais e definem a constituição material que projeta e se relaciona com a dimensão legal-constitucional.

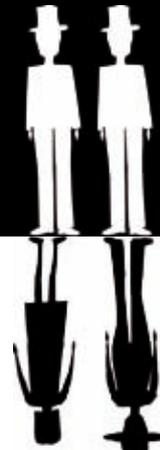
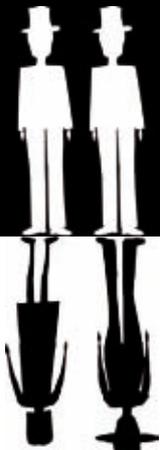
A luta pela ampliação da democracia e o século XX

As recomposições e mudanças nas relações sociais, uma vez impostas aos diferentes povos a forma ocidental de modernidade, pelo alto ou pela via revolucionária, ou pela forma colonial ou pela via imperialista, promovem os fenômenos de formação de fronteiras de encaixe. O processo político que ativou no século XX a entrada dos povos no mundo das nacionalidades, das soberanias e da divisão do trabalho no âmbito do mercado mundial e pelo desenvolvimento desigual de cada sociedade e no sistema-mundo.

As lutas sociais se transformam em lutas de classes face ao mundo do capital quando travadas pela face proletária e assalariada das sociedades modernizadas pelo capital, e pelas lutas de resistência civilizatória quando conduzidas pelas populações nativas e classes populares ligadas ao mundo indígena e camponês. Essa dupla via de afirmação de lutas sociais força o alargamento e a constituição de dinâmicas de ampliação de direitos democráticos, o potencial de universalização e de diferenciação, nasce dessas lutas que contemporaneamente seguem caminhos marcados pela crise dos padrões regulatórios e dos projetos de emancipação que marcaram a história do “breve século XX”.

A crise da democracia e da política no século XXI

O século XXI está marcado pelos paradoxos da modernização intensificada pela força das dinâmicas econômicas, políticas e culturais globalizadas. Os efeitos de conexão, interação e proximidade, real e virtual de processos sociais acabam se combinando com



a extraordinária liquefação de relações sociais antes reguladas e estabilizadas pelas formas institucionais do capitalismo monopolista (organizado) de Estado, pelo socialismo real e pelos regimes desenvolvimentistas e modernizadores de todo tipo. No seu conjunto, os povos estavam organizados dentro de marcos de soberania, aos que se sobrepunham as dinâmicas de alinhamento e não-alinhamento, onde a ideia de democracia se relacionava com disputas ideológicas e ético-normativas, sobre liberdade e progresso.

Os padrões autoritários e a guerra ganhavam sentido desde as máquinas ideológicas e desde a capacidade de manter integrados pelas mais variadas vias, burocráticas do tipo liberal, do tipo autoritário e do tipo totalitário, nas suas variantes nacionais. A democracia era um valor relativo e as lutas sociais colocavam em pauta a sua definição como um valor universal. O efeito paradoxal do fim do século é uma combinação terrível entre a universalidade formal abstrata da regra democrática e a imposição do poder do fluxo livre de capitais, da acumulação flexível e ilimitada sob o comando das grandes empresas transnacionais cujas redes se estendem com a força do impulso das transformações científicas e tecnológicas.

No final do século XX, a oligarquização liberal da política se definiu com o avanço da corrupção do poder, do caráter formal das democracias realmente existentes, com suas regras do jogo de caráter procedimental e restrito. As constituições reais acabaram dominadas pelo novo código proprietário que se projetou sobre o poder inovativo e a criatividade humana com a passagem para mecanismos de sociedade de controle.

A decomposição dos processos políticos e a fragmentação social

A precarização e a criminalização das classes populares lançam as grandes maiorias para fora do jogo político de definição dos rumos dos governos e da economia, que ganha ares de terreno de especialistas mesmo quando são claras as dimensões caóticas e a imprevisibilidade dos processos. A incerteza e o risco retroalimentam novas formas de fascismo social e políticas do medo, ao mesmo tempo em que o sistema ganha força constituindo novas classes médias e novos arranjos de distribuição focalizada. Uma desradicalização das lutas e uma convergência para um centrismo pantanoso, além de guinadas neopopulistas de direita que aprofundam ainda mais a ópera bufa com figuras como Collor, Menem, Fujimori ou Berlusconi.

Novos quadros de resistência social, novas brechas de lutas, forçam arranjos e mudanças no perfil étnico, social e de gênero de governantes. A mulher, o negro, o

indígena e o operário, além do líder religioso, do artista e do empresário, completam um quadro de variação subjetiva que parece expressar a demanda por novas formas de relação e identidade na materialização do “corpo” e da “voz” no poder.

Democracia de mercado e guerra preventiva contra os pobres

A recomposição social do mundo do trabalho em rede e da precariedade se apresenta dentro de tensões onde o tema da democratização da democracia se torna uma questão chave de revalorização da política face ao caráter de contra-reforma permanente e de revolução passiva que organiza um mundo pela via da difusão do *ethos* competitivo e do mercado como expressão superior da racionalidade humana, medida de informação dos interesses, espaço de aperfeiçoamento das condições de reprodução eficiente da vida social.

A desmedida da crise ambiental e da crise financeira e a proclamação de um novo século norte-americano, com suas doutrinas de guerra preventiva e justa, levaram ao paroxismo o cenário que é o da universalização do binômio do regime político de democracia representativa (procedimental) com mercado aberto. Os efeitos de exclusão e manipulação da esfera pública permitiram a construção de novos muros de segregação. As novas polarizações, os novos fundamentalismos, não impediram a emergência de redes de movimentos, de novas plataformas de lutas, da emergência de demandas por alternativas, por novos possíveis.

A crise da democracia participativa por força da desorganização e recomposição dos processos de acumulação de capitais globalizados, a crise das formas de organização da vida social por força dos fluxos de objetos e imagens e das estratégias de controle, não impediram a emergência de dinâmicas de resistência, que convergem para o resgate da tarefa de ampliação da democracia, por dentro e para além dos limites institucionais, visando colocar a voz da periferia no centro do debate.

Democratizar a democracia

A ampliação da democracia como requalificação das suas tendências e partir da emergência de novos sujeitos coletivos, movimentos e organizações sociais, colocou em tensão os limites procedimentais que devem ser qualificados pela perspectiva da participação. A questão do pluralismo de defesa de liberdades e garantias para minorias se torna uma perspectiva de reconhecimento de direitos, de políticas de ação afirmativa onde maiorias e minorias étnicas se afirmam, onde os diversos fatores de segregação são reconvertidos em



capacidade de produção de diversidade e sociabilidade a partir da mulher, dos negros, dos indígenas, dos jovens das periferias, dos homossexuais, que ampliam e retomam o questionamento aos elementos culturais e limites legais que restringem as democracias realmente existentes.

Os processos de articulação dos conhecimentos, das demandas e da experiência das populações nos territórios e no governo das cidades e de seus bairros colocam na ordem do dia a formação de políticas de orçamento participativo. A emergência de esferas públicas de intervenção, formulação e controle sobre políticas públicas e no trato de problemas da vida cotidiana anima e ativa um conjunto de novas relações de poder da cidadania.

As novas formas de ativação de circuitos econômicos populares, de montagem de movimentos sociais em redes horizontais e de mobilização da opinião usando a internet. As novas tecnologias de informação e comunicação potencializando a retomada das lutas sociais que é condição de reativação da democracia nos âmbitos global, nacional e local, permitem articular, ligar, traduzir e difundir novas imagens, discursos, projetos, experiências e opiniões, constituindo o terreno de novas possibilidades de rearticulação e emergência de lutas cívicas, políticas, sociais, ambientais e pacifistas. Estas se inscrevem, mesmo que de maneira molecular, em planos mais elevados de ativação do potencial emancipatório que vem sendo lido na chave da nova onda democrática, desde que se pense nos vários contextos de luta, mobilização e protesto na diversidade de demandas em vários continentes: nos países do Oriente Médio, inclusive em Israel, na Grécia, na Espanha e mesmo nos EUA, em frente a Wall Street.

Os impasses e desafios derivados de uma pseudo-vitória, no início do século XXI, com a formação e difusão de regimes constitucionais voltados para o fluxo do capital global, ou das chamadas democracias restritas de mercado é, também, paradoxalmente, um sintoma de uma pressão mais profunda pela democratização. A lacuna programática e o recuo dos projetos de revolução social acabam emergindo como questão democrática, como questão mais ampla da possibilidade de retomada do fio estratégico da relação com as possibilidades da democracia direta. Esse potencial de transformação pode novamente energizar programas de contra-hegemonia desde a democracia representativa, como combinação de formas de democracia representativa com formas de democracia direta, de modo a que o processo de democratização possa avançar sob a pressão das potencialidades que nascem da centralidade das populações segregadas e exploradas das várias periferias existentes no Norte e no Sul geográfico. As periferias e o Sul, entendidos numa acepção que vá além da forma geográfica e, pode se constituir em um novo corpo político de subjetividades plurais, que se organize como um conjunto de blocos sociais e técnicos em cada recorte espacial e rede. Um bloco social que unifique na diversidade as demandas individuais e coletivas que exigem novas instituições de justiça, liberdade e governo produzidas desde a esfera pública e de cooperação social, sustentando a autonomia, o público e comum a partir da sua ação direta em movimento dos momentos pela democratização da democracia.

Conclusão

A nova centralidade da periferia é horizonte que emerge da potencialidade de ligar os circuitos e os modos de vida popular com a materialidade das novas forças produtivas. Pela via do manejo das redes, da cooperação produtiva, técnica e cultural podem emergir as condições de potencializar as bandeiras da democracia como expressão de novas autonomias, como projeção de novos direitos de acesso desde os lugares até o conjunto dos territórios. Essa reconstrução estratégica da democracia começou em parte com a experiência dos orçamentos participativos no Brasil. Seu resgate crítico é parte da reconstrução do caminho de transformação dos contextos de desigualdade como condição da emergência da cidadania ampliada, nos recortes territoriais e nas redes sociais.

O debate da reforma política é o debate de quem exerce o poder

Jose Antonio Moroni¹

Fruto de profundo desconforto e indignação com os rumos do debate sobre a reforma política e, principalmente, com as formas de se fazer e pensar a política no Brasil, a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político surge em 2004 e reúne movimentos sociais, organizações, redes e articulações da sociedade civil. Está estruturada em cinco grandes eixos: fortalecimento da democracia direta; fortalecimento da democracia participativo-deliberativa; aperfeiçoamento da democracia representativa; democratização da informação, bem como da comunicação e transparência; além da democratização do poder judiciário².

A Plataforma se contrapõe a ideia majoritária, presente nos partidos, no Parlamento, na mídia e na academia, de que reforma política é igual a reforma do sistema eleitoral, portanto algo que diz respeito somente a questão da representação. A Plataforma avança e formula o conceito de reforma do sistema político, colocando no centro do debate a questão do poder, suas formas de exercício – em nome de quem as exerce –, seus mecanismos de controle e, principalmente, quem tem o poder de exercer o poder no Brasil. Neste sentido, retoma aquele da participação popular, formulada principalmente na década de 80 e que acabou, de forma equivocada, se cristalizando como sendo igual aos conselhos e conferências de políticas públicas.

Numa sociedade que se estrutura em cima das desi-

gualdades, o poder é espelho dessa desigualdade. Não é a toa que mulheres, as populações negra e indígena, homoafetivos, pessoas com deficiências, população rural, população das chamadas periferias urbanas, jovens e pobres – só para citar alguns e algumas – estão sub-representados nos espaços de poder.

Outra questão enfrentada é a privatização da vida pública e política através do financiamento privado dos processos eleitorais, que leva a concepção do uso privado dos bens públicos, assim como à ideia de patrimonialismo, de personalismo, de clientelismo e de corrupção. Em outras palavras, acaba tendo poder político quem tem poder financeiro e econômico. As campanhas eleitorais expressam isso, com raras exceções.

Não podemos esquecer que faz parte, e ajuda na permanência desta sociedade desigual, o poder dos meios



¹ Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema político. Membro do colegiado de Gestão do INESC.

² Para conhecer todas as propostas da plataforma basta acessar www.reformapolitica.org.br.

de comunicação e o poder judiciário. Todas essas questões são estruturadas a partir de cinco grandes eixos mencionados acima, sempre com o olhar da necessidade de criar um novo poder, o popular, e a “incorporação” nos espaços de poder de outros sujeitos políticos.

Num primeiro momento, o objetivo principal da Plataforma foi a ampliação do conceito da reforma política, para não se ficar reduzido as regras eleitorais. De certa forma, esse objetivo foi alcançado. Para isso, a Plataforma sempre atuou em duas frentes: o debate permanente com a sociedade (site, organização de debates, produção de materiais, programas de rádio, intervenção na mídia, etc); e o diálogo, muitas vezes tencionado, com a institucionalidade (Parlamento, partidos, Executivo, estruturas do Estado, etc). Isso gerou as condições para uma estratégia ousada, desenvolvida juntamente com o Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE), que é a de apresentar uma proposta de reforma do sistema político via iniciativa popular. É uma ousadia, não apenas pelo número necessário de assinaturas – mais de um milhão e meio –, mas pela complexidade do tema. Vale ressaltar que as outras duas iniciativas defendidas pelo MCCE – uma contra a compra de votos e, a outra, a Lei da Ficha Limpa – foram ações fundamentais, mas pontuais e com forte apelo popular e da mídia.

Para reformar o sistema político brasileiro, é necessário um conjunto de propostas capazes de gerar outras mudanças, principalmente na nossa cultura política. Há certo consenso sobre a necessidade da reforma, mas não se tem ainda uma maioria significativa na sociedade e nas forças políticas quanto ao conteúdo dessa reforma. Isso dificulta e muito, não o debate, mas a aprovação no Parlamento – sem contar os interesses não muito legítimos presentes em muitas forças políticas que para manter o seu poder querem que tudo fique igual ou que se mude para não mudar nada.

A iniciativa popular para a reforma do sistema político pode ser uma força, externa ao mundo partidário e institucional, capaz de fazer com que a roda ande. Isso é, ao se criar uma maioria significativa na sociedade, é possível pressionar o Parlamento para a aprovação de uma reforma que não fique apenas nas questões eleitorais e nem mantenha as coisas como estão.

A construção da iniciativa popular levou em conta duas questões estratégicas fundamentais: i) como apresentar uma proposta de iniciativa popular sobre um tema tão complexo, portanto sem soluções mágicas, pontuais ou simples, que não fosse apenas uma lista enorme de desejos. Uma proposta que refletisse essa complexidade, mas que ao mesmo tempo fosse simples, direta e pedagogicamente de fácil entendimento pelo conjunto da sociedade? ii) Como não simplificar tanto a ponto

de passar a falsa ideia que estamos propondo uma reforma do sistema político, quando na verdade estamos propondo alterações periféricas no poder?

Dos cinco grandes eixos da plataforma, a iniciativa popular se concentrou em dois: democracia direta e representativa. No que diz respeito à democracia participativa (aquela configurada nos conselhos, conferências, ouvidorias, etc.), foi avaliado que não precisamos de novas leis, e sim do cumprimento das existentes tornando esses espaços realmente espaços institucionalizados de partilha do poder. Além disso, é preciso experimentar outros mecanismos e formatos participativos para só depois propor mudanças legais. Portanto, a interlocução é com o executivo e não com o Legislativo. No eixo democratização da informação, bem como da comunicação, e democratização do poder judiciário, precisamos fomentar mais o debate na sociedade para só depois elaborar propostas de iniciativa popular.

Principais propostas de mudança para a Iniciativa Popular

Democracia direta

A Constituição de 1988 criou três instrumentos de democracia direta: plebiscito, referendo e iniciativa popular. Tanto a Constituição, como a lei de 1998 que regulamentou estes instrumentos, limitaram e muito o seu uso. No que se refere ao plebiscito e referendo, jogaram essas ferramentas da democracia direta para dentro da lógica da democracia representativa, tanto é que apenas o Congresso pode convocá-los e só os partidos têm acesso às campanhas públicas. Não temos uma definição de quais são os temas que obrigatoriamente são objetos de plebiscitos e referendos. A lei precisa definir isso. A democracia direta não pode ficar refém do jogo político do Parlamento como é hoje, e ao mesmo tempo precisamos acabar com um problema sério na nossa representação, que é o poder de decidir sobre tudo sem a necessidade de consultar à população. Precisamos dar um limite à representação, dizendo claramente o que não estamos delegando quando escolhemos os nossos representantes. A iniciativa popular define um conjunto de temas sobre os quais o Parlamento não pode decidir sem a consulta a população. Outra questão é quem tem o poder de convocar plebiscitos e referendos. Hoje apenas o Congresso pode. Propomos que a população possa convocá-los por iniciativa popular.

No que diz respeito à iniciativa popular, é necessário uma simplificação e ampliação dos seus poderes. Hoje é necessário um milhão e meio de assinaturas, ter o número do título de eleitor, nome da mãe e só é aceito uma forma de coleta de assinaturas: por papel. Quando chega no Parlamento, a iniciativa popular tem o

mesmo andamento que qualquer outro projeto. Propomos além de um rito próprio para as iniciativas populares, inclusive com prazo de tramitação, que se aceite outros documentos e se possa coletar assinaturas por meio de urnas eletrônicas e internet. Sobre o número de assinaturas, defendemos que seja o mesmo número necessário para se formar um partido político – hoje em torno de 490 mil assinaturas. Atualmente, são necessários três partidos políticos para se apresentar uma iniciativa popular que pode ficar anos no Parlamento para ser votada. Defendemos, também, que se possa apresentar iniciativa popular para Propostas de Emendas Constitucionais (PEC).

Como podemos perceber, são propostas simples, de fácil compreensão, mas que mexem na lógica do exercício do poder. A democracia dessa forma não fica refém da representação, mas complementada pela participação direta da população e esta participação com poder de decisão.

Democracia representativa

A lógica trabalhada neste eixo é como tornar as disputas eleitorais mais transparentes, com defesa de programas e projetos, além de menos apelos e estratégias de marketing. A finalidade é ter eleições mais equitativas tanto do ponto de vista do seu financiamento quanto em relação à inclusão de grupos tradicionalmente excluídos dos espaços de poder. Outro ponto crucial é o enfrentamento dos desmandos da representação, seja na corrupção ou no abuso de poder

A proposta trata de pontos como: i) fim das votações secretas nos Legislativos; ii) fim da imunidade parlamentar; iii) fim dos 14º e 15º salários para os parlamentares; iv) entendimento do decoro parlamentar como ato praticado ao longo do tempo e não apenas no período de mandato; v) defesa do recesso parlamentar de um mês - como os demais trabalhadores; vi) fim do foro privilegiado, exceto nos casos em que a apuração refere-se ao estrito exercício do mandato ou do cargo; vii) implantação da fidelidade partidária programática e viii) criação de espaços institucionais na Justiça Eleitoral, com participação da sociedade, tendo a possibilidade de fiscalização do processo eleitoral.

No que se refere à organização da escolha e do financiamento dos processos eleitorais, defendemos o financiamento democrático e a lista transparente. O sistema atual de financiamento mistura recursos públicos e privados, o que gera corrupção e defesa dos interesses de quem “pagou” a conta. Isso se junta a uma forma de elaboração de listas pelos partidos onde o/a eleitor/a não sabe quem o seu voto vai eleger. Essa combinação

de fatores é que gera a crise permanente da representação, isso é, a população não se sente representada por quem elegeu. Tudo isso associado ao fato de não termos nenhum mecanismo de revogação dessa representação. Esse é o “caldo” da “deslegitimação” da representação, que gera a apatia e, portanto, o não controle social da representação.

O financiamento público exclusivo e a organização de lista transparente com alternância de sexo, e respeito a critérios étnicos, assim como raciais, é a melhor proposta para mudar essa realidade. O financiamento público exclusivo – quem deve financiar a política é o recurso público e não o privado – possibilita uma igualdade maior nas disputas eleitorais, diminuindo o peso do poder econômico. Além disso, possibilita a inclusão dos subrepresentados mencionados acima, que em boa parte estão nessas condições por não ter “quem pague a conta”. A lista pré-ordenada definida de forma democrática e transparente pelos partidos, pelo mecanismo de prévias partidárias com o mínimo de 30% de quórum, tende a fortalecer o processo eleitoral como momento de debate sobre propostas e não de personalidades, como é hoje. Com a lista, cada eleitor/a saberá em quem votou podendo cobrar diretamente, ao contrário de como funciona hoje – o cidadão não sabe quem elegeu com o seu voto.

Entretanto, precisamos pensar na punição para quem descumprir essas regras, e não podem ser punições brandas como são hoje. O não respeito a essas normas pode ocasionar o cancelamento ou suspensão temporária de registro do partido e do repasse do fundo partidário; a não diplomação ou cassação dos eleitos pelo partido infrator (de toda a lista) e, no caso dos doadores, a proibição de estabelecer qualquer relação financeira/comercial com a União, estados e municípios, bem como com suas empresas, sejam estatais ou de economia mista e autarquias. No caso de pessoa jurídica – empresas – ser ela responsabilizada, não apenas os seus dirigentes.

O mesmo desconforto e indignação que gerou a Plataforma em 2004 devem ser compartilhados por toda a sociedade, com a possibilidade de aprovar-se uma reforma política que não diz que mudou para manter as coisas como estão. A iniciativa popular é um instrumento poderoso e oportuno para dar um basta nesta forma de se pensar e fazer política, onde os interesses pessoais e de grupos de interesses estão acima do bem da sociedade e da nação brasileira.

Lucia
Manuela
João
Lidia Maria Spar
da
Raim
Cleide So
Carlos
Fabiana Li
Maria das
Miriam Soc
João B
Roberto
Leonardo
Pau
Rafael Ol
Julian
Rudinei F
Pedr
Josué o
Idalina E
Maria
Imacul



São Paulo - Raphael Castello/Creative Commons

Transformações democráticas sem rupturas democráticas?

Evanildo Barbosa da Silva¹

¹ Diretor Executivo Adjunto da FASE (Programa Nacional Direito a Cidade), representante da FASE no Conselho Nacional das Cidades. Historiador e Doutor em Desenvolvimento Urbano (UFPE).

O Brasil tem, reconhecidamente, uma sociedade civil dinâmica e atuante na esfera pública. São anos e anos de organização e luta pelos direitos e pela efetivação da democracia participativa na agenda política nacional. Apesar de não ser o único espectro da luta política engendrada pela sociedade civil brasileira, a aposta na institucionalidade democrática é uma linhagem efetiva de nossa experiência recente. Para termos uma ideia desse dinamismo político, na última década, foram criados 18 novos conselhos nacionais e outros 15 foram reformulados. Em suma, estão em operação 32 conselhos nacionais e duas comissões nacionais envolvidos na discussão e formulação de políticas públicas as mais distintas, sem desconsiderar sua reprodução paulatina nos estados e municípios da federação. Um deles é o Conselho Nacional das Cidades, do qual a FASE é entidade membro desde seu nascimento.

Organizações, redes, fóruns, articulações e movimentos sociais de toda sorte têm dado sustentação a esse tipo de iniciativas. Em geral, esses conselhos se apresentam como espaços potencialmente geradores de oportunidades para ampliação da participação da sociedade no debate, planejamento e controle social de políticas públicas. Mas, como todo esse esforço cívico e essa massa de interesse se movem no ambiente histórico atual cujo padrão de intervenção do Estado no planejamento e gestão das políticas é, conforme sugere Vainer, *uma trajetória continuada, embora não linear de desconstituição do planejamento territorial no Brasil?*²

Para dialogarmos com essa questão, passearemos por dois pontos complementares. São eles a chave de leitura teórica de onde partimos (como uma espécie de baliza e lastro para além do tempo da experiência cívica cotidiana) e o que resulta da própria experiência empírica da FASE no Conselho Nacional das Cidades (como uma espécie de partilha dos esforços e dilemas por que passam organizações e movimentos sociais do campo da reforma urbana nesse tipo de arena).

Ao contrário das teorias neoliberais que gracejam na gramática do cotidiano e das relações interinstitucionais governamentais, reconhecemos em primeiro plano (mas, não exclusivamente) o caráter histórico das transformações urbanas, tanto quanto sua subordinação a lógicas e processos disruptivos. Em geral, determinados mais e mais por contextos de *continuidades e descontinuidades, persistências e rupturas* no processo global de acumulação urbana em curso, tais lógicas se manifestam sobre regiões e cidades brasileiras por meio de uma natureza crescentemente conflitiva e inerente a tal processo. No ambiente do Conselho, o diagnóstico geral é simples, pois dá conta de uma crise urbana no país. Para enfrentá-la, sugere-se a ampliação das condições sociopolíticas de governança urbana (no sentido da democratização da gestão das cidades, via participação como direito, cujo intento é a universalização de políticas urbanas).

Esse movimento, em termos teóricos, concorreria para uma nova governança democrática urbana, catalizadora da lógica conflitiva da produção social do espaço – lógica essa inerente ao contexto de acumulação urbana em curso nos territórios. Assim caberia, em tese, ao Conselho Nacional das Cidades abrigar e dar tratamento a muitas dessas condições acima. Acontece que a teoria nem sempre imita a vida e o Conselho é só mais um



espaço reflexivo das transformações capitalistas e seus impactos sobre as cidades. Essas transformações, como sabemos, têm concorrido para reconfigurar – independentemente da força criativa do Conselho –, a localização dos meios distributivos de incentivos financeiros e tecnológicos sobre as cidades, o que define em larga medida o atual perfil de oferta de políticas públicas urbanas pelo próprio Estado.

Também sabemos da importância e do papel alcançado pelas políticas urbanas na última década, a partir da criação do Ministério das Cidades, bem como de suas políticas e arranjos institucionais. O Conselho das Cidades, em particular, tem sido uma arena de grande valia para sustentação e presença da pauta urbana na agenda política nacional. Dentro e fora dele, cumprindo igual papel, está o Fórum Nacional de Reforma Urbana.

No entanto, é importante destacar em paralelo dois dos muitos desafios que recentemente concorreram para minimizar esse papel e a agenda da reforma democrática urbana por dentro do Conselho: (i) a mudança ocorrida na condu-

ção do Ministério das Cidades, a partir da entrada de ministros da base aliada do governo federal identificados pelo histórico conservador de seu partido de origem e, simultaneamente, a saída do corpo de secretários nacionais e técnicos do Ministério das Cidades cuja origem era o movimento nacional de reforma urbana; e (ii) o lançamento, por outra área do governo, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sem a participação do Conselho Nacional das Cidades na sua definição e sem uma leitura fina dos impactos que tal programa passaria a projetar sobre as políticas urbanas em constituição nessa arena participativa. Depois disso, mais iniciativas passariam a compor

o chamado “novo desenvolvimentismo” urbano brasileiro, com a entrada em cena do programa Minha Casa Minha Vida, das grandes obras de infraestruturas, das ações para Copa do Mundo, para Megaeventos, dentre outros, reforçando o hiato entre as prerrogativas do Conselho e aquelas ações urbanas gestadas no interior da Presidência da República.

Diante disso, acreditamos que a governança referida a esse desenvolvimento institucional urbano em apreciação encontra, obviamente, meios limitados para sua reprodução (ainda que seu arcabouço teórico resulte da potência dos ideários democráticos da reforma urbana das duas últimas décadas). Esses limites são tanto de natureza conjuntural – dada a movimentação pendular dos atores sociais na complexa construção democrática urbana no contexto do governo federal – quanto resultantes da influência exercida pelos *centros de comando* econômicos sobre os territórios urbanos. Isso configura, sem dúvida, um virtuoso quadro sociopolítico em que a governança urbana nacional (ou local) passa a catalisar importantes conflitos sociais sobre a produção social do espaço. No entanto, o saldo das mudanças que resultam dessas macrotransformações e conflitos sociais na produção social do espaço (sobre o planejamento urbano e suas políticas; so-

² Carlos B. VAINER. Fragmentação e Projeto Nacional: desafios para o planejamento territorial. In: **Encontro Nacional-ANPUR**, 12. Belém – Pará, 2007.

bre a governança dos territórios urbanos e seus arranjos institucionais e sobre as condições de organização da vida nas cidades) imprime no planejamento e gestão urbanos lógicas continuadas de revigoração do padrão conservador de funcionamento do Estado (lógicas essas que se prestam a potenciar a financeirização, o rentismo e o patrimonialismo característicos da acumulação urbana em curso, em detrimento de ideários democráticos e das forças sociais de resistência).

Assim, apesar das conquistas originadas pela participação do campo da reforma urbana e de sua capacidade de inovar a democracia nos territórios, esse quadro concorre emblematicamente para retardar as condições de superação de um dos muitos paradoxos do planejamento e da gestão urbana que, no caso brasileiro se refunda a partir do fato que, por um lado, os ideários da reforma urbana gestados no âmbito da sociedade civil são historicamente convergentes para dentro e para fora dos governos – ganham desenhos sistêmicos e universalistas nas suas diretrizes –, mas, por outro lado, quando se realizam, operam por lógicas e escolhas institucionais corporativas, setoriais e localistas.

Não obstante a potência da ação fragmentadora dos interesses da acumulação urbana sobre os territórios, e da subordinação que tal ação realiza sobre a gestão pública, bem como sobre o ordenamento territorial, ainda resistem agendas progressistas e modelos de governança urbana participativos. Entretanto, eles enfrentam um contexto marcado cada vez mais pela revitalização da agenda conservadora de administração pública. Longe de fortalecer um regime de ação público demarcado pelas controvérsias e pelos conflitos impulsionadores do contraditório sob o *status quo*, essa agenda opera sob lógicas de mediação democrática que fortalecem um discurso participacionista a serviço de uma concepção tanto liberal quanto corporativa do planejamento e da gestão das políticas urbanas. Isso abala as capacidades das esferas públicas, assim como dos organismos públicos de planejamento de intervenção global sobre as cidades, posto que também é crescente o processo de participação da iniciativa privada nesses espaços através da adoção pelos governos das PPPs (parceria público-privadas).

A realidade, estando ou não em um conselho de política para as cidades, ainda obriga-nos à convivência histórica com uma intensa polissemia de sentidos no que tange ideários de participação urbana, cujo *habitus* dessa participação tende a ser mediado pela crescente individualização, segmentação e paralelismo da ação política dos sujeitos sociais, levando-nos a supor que ainda são muitos aqueles autistas em relação ao paradoxo que aponta a ocorrência de transformações democráticas, mas, sem rupturas democráticas. Não se trata

aqui de introduzir o temor em torno do que poderia ser o risco de uma *cidadania regulada* (que consistiria, por um lado, na ação excessiva de controle do Estado sobre o indivíduo e seus grupos de interesses e, por outro, numa atitude de passividade desses na sua relação com o Estado), pois, o Fórum Nacional de Reforma Urbana é plural o suficiente para estabelecer o contraponto de agendas e seu debate público. Mas, estar num Conselho no atual contexto do desenvolvimento urbano brasileiro é uma experiência cívica crescentemente caracterizada pelo que Evelina Dagnino chamou de *confluência perversa*, no sentido em que a perversidade estaria “colocada no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva”.³ O desenvolvimento institucional urbano no país se encontra diante de novas dinâmicas do capital imobiliário (o PAC é um bom vetor, mas, não o único atrativo dessas dinâmicas). Isso favorece o ordenamento territorial das cidades passar a ser uma variável importante para dizer o tamanho da armadilha neste contexto: parece haver uma ascendência da forma urbana sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, como ideologia que dispensa tanto o debate da política sobre sua localização, quanto a discussão sobre o papel do Estado e das esferas públicas na sua definição final. E, uma vez prevalecendo o paradigma da forma urbana, inevitavelmente as decisões passam(riam), *a priori*, pela modelação do espaço, pela produtividade urbana, pelo desempenho da cidade e sua competitividade e, nesses casos, os protagonistas nas cidades passam(riam) a ser aqueles do mercado em associação com os gestores públicos e seus interesses políticos.

Diante disso que parece ser uma das muitas determinações da acumulação (privada) sobre o território urbano, seu planejamento e gestão pública, nossa expectativa considera desde já a possibilidade de uma reação contrahegemônica. Isso porque o conflito urbano tende a se aprofundar em face à necessidade de expansão de novos mercados para a acumulação urbana, o que abre possibilidades para reação e resistência criativa nas organizações da sociedade civil e em espaços como conselhos, mesmo num ambiente demarcado pela força inequívoca do capital. O momento nos convida a um distanciamento crítico de nossos próprios acúmulos.

³ Evelina DAGNINO. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 289.



Lei da alimentação escolar incentiva a autonomia de grupos de mulheres - Arquivo FASE MT

Compra da agricultura familiar e camponesa para a alimentação escolar: conquista da organização da sociedade

Vanessa Schottz*

*Nutricionista, Mestre em Política Pública e Saúde (Fiocruz), Secretária Executiva do FBSSAN e membro da equipe técnica da FASE. Com contribuições de Fátima Aparecida Moura (Cidinha), coordenadora da FASE MT, e Lívia Duarte, jornalista da FASE.

Apesar de existir há mais de 50 anos e estar presente em todo o território nacional, somente em 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), teve aprovado no Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República o seu marco legal. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), espaço de controle social e de diálogo entre governo e sociedade civil para elaboração e monitoramento de políticas públicas, teve papel fundamental na elaboração do Projeto de Lei do PNAE. A significativa mobilização de organizações, dentre as quais a FASE, redes e movimentos sociais do campo

A formulação de políticas públicas se configura em uma arena de intensos conflitos e jogos de poder³. De fato, o caminho para a aprovação da Lei 11.947/2009, que trata do PNAE, não foi fácil, principalmente no Senado, onde segmentos do setor privado das indústrias de alimentos, refeições coletivas e da bancada ruralista manifestaram posição contrária ao projeto com o objetivo de tentar, mais uma vez, monopolizar o mercado institucional da alimentação escolar⁴.

A partir da organização dos setores da sociedade já mencionados, pudemos, apesar das pressões, obter al-

O PNAE tem como objetivo “contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, **por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo**”². (art.4º)

O programa é coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) do Ministério da Educação, que também é responsável pela transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios para a aquisição de gêneros alimentícios. O valor do repasse da União é de R\$ 0,30 por aluno por dia letivo. No caso de comunidades quilombolas e populações indígenas, o valor é de R\$ 0,60. Para as creches são repassados R\$ 0,60. As escolas que oferecem ensino integral por meio do programa “Mais Educação” recebem R\$ 0,90 por dia.

O PNAE se configura em um dos maiores programas de garantia de acesso à alimentação, atendendo, atualmente, 45 milhões de escolares em praticamente todo o território nacional. O orçamento federal para a execução do programa em 2011 é da ordem de R\$ 3,1 bilhões, tratando-se, portanto, de um mercado institucional de grandes dimensões e com forte capilaridade nacional.

agroecológico, da segurança alimentar e nutricional, da saúde e nutrição e economia solidária, articulados pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), foi fundamental para garantir a aprovação do marco legal nos moldes de uma política de promoção da soberania, bem como de segurança alimentar e nutricional¹. Também é importante destacar o papel estratégico exercido pela Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional.

PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar



¹ Durante o processo de tramitação da Lei 11.947, formou-se uma comissão de mobilização com representantes de diversas redes, fóruns e movimentos sociais, dentre eles: o FBSSAN; a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa comissão dialogou com o CONSEA, a Frente Parlamentar de SAN e os órgãos de governo e realizou um intenso processo de pressão política junto ao Congresso Nacional. Toda sociedade se envolveu nesse processo seja através de abaixo-assinado, envio de cartas de apoio aos relatores do Projeto de Lei no Congresso Nacional, participação em seminários estaduais.

² BRASIL. Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, art. 4º.

³ Cf. M. T. S. ARRETCHE. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: M.C.R.N. Barreira; M.C.B. Carvalho. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001, p. 15-42; M.E. LABRA. **Política, Processo Decisório e Informação**. Rio de Janeiro: DAPS/ENSP, 2001 (mimeo.).

⁴ No site da Federação Nacional de Refeições Coletivas (FENERC) há uma declaração de seu presidente sobre o quão vultoso e estratégico é o mercado da alimentação escolar e que o mesmo ainda precisa ser “devidamente conquistado pelas empresas de refeição coletiva”.

gumas conquistas importantes como o reconhecimento da alimentação escolar como um direito humano e a sua extensão para o atendimento de alunos do ensino médio e de jovens e adultos (EJA). A lei também tornou obrigatória a destinação de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo governo federal (cerca de 930 milhões de reais), para os estados e municípios para a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas



O PNAE se configura em um dos maiores programas de garantia de acesso à alimentação, atendendo, atualmente, 45 milhões de escolares em praticamente todo o território nacional. O orçamento federal para a execução do programa em 2011 é da ordem de R\$ 3,1 bilhões, tratando-se, portanto, de um mercado institucional de grandes dimensões e com forte capilaridade nacional.

organizações, com dispensa de licitação. A legislação traz ainda inovações importantes no *modus operandi* do programa, principalmente no que se refere à forma e critérios para as aquisições públicas de alimentos e ao cardápio a ser oferecido nas escolas.

A aquisição dos produtos da agricultura familiar pode ser feita com dispensa de licitação através de Chamadas Públicas de Compra, que definem quais os alimentos e a quantidade a ser comprada com base no cardápio elaborado pelo nutricionista. O cardápio deve levar em consideração a produção local, a sazonalidade e conter alimentos variados, frescos e que respeitem a cultura e os hábitos alimentares saudáveis. Assim como no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), só poderão comercializar para o PNAE os agricultores familiares organizados em grupos formais ou informais que possuam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)⁵ até o limite individual de venda de R\$ 9.000,00 por DAP/ano.

A possibilidade de comprar de grupos informais⁶ é uma inovação importante, pois amplia a possibilidade de acesso ao programa, sobretudo para as mulheres e os povos e comunidades tradicionais. Pode também contribuir para o fortalecimento e estruturação de novos grupos produtivos.

O processo de seleção dos fornecedores da agricultura familiar incorpora princípios que buscam concretizar os objetivos de promoção da alimentação adequada e saudável, assim como a desenvolvimento local. Trabalha com a metodologia de preço de referência, utilizada no PAA, e define outros critérios de prioridade que não o de menor preço: grupos que sejam do próprio mu-

nício; assentados de reforma agrária, quilombolas e indígenas; alimentos orgânicos ou agroecológicos.

Para a FASE, o PNAE, assim como o PAA, assumem papel estruturante da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e vão na contramão da lógica concentradora e excludente das compras governamentais. Isso na medida em que propiciam o acesso da agricultura familiar camponesa ao mercado institucional e o reconhecimento pelo Estado do seu papel econômico e social na produção de alimentos no Brasil.

Legislação abre portas para agricultura familiar

No plano local, a FASE tem assessorado os grupos, associações e cooperativas de agricultores/as familiares e agroextrativistas, no Vale do Jequiçá, Baixo Sul da Bahia e no Sudoeste do Mato Grosso, para acessarem o mercado institucional da alimentação escolar. Alguns passos concretos já foram dados nessa direção: a FASE elaborou e divulgou um texto que traduz para uma linguagem simples os mecanismos para compra de alimentos da agricultura familiar previstos na legislação; realizou oficinas de sensibilização e formação com sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais; realizou reuniões de sensibilização com os gestores municipais para a inclusão de produtos locais da agricultura familiar no cardápio da alimentação escolar.

No sudoeste do Mato Grosso, o Grupo das Margaridas, que reúne 14 mulheres do assentamento Margarida Alves, conseguiu, em 2010, incluir no Programa de Alimentação Escolar do município de Mirassol D´oeste, através da participação na chamada pública, pães e bolachas de mesocarpo do babaçu, produto extrativista e de alto valor nutricional. Esse grupo possui uma agroindústria de beneficiamento dos produtos extrativistas e obteve em 2010 o atestado sanitário, o que tem permitido a inclusão de produtos beneficiados no mercado institucional.

Em Cáceres, município de médio porte do sudoeste mato-grossense, a chamada pública só foi aberta em



⁵ A DAP é um documento que identifica o agricultor/agricultora familiar e possibilita o acesso às políticas públicas, como PRONAF, Assistência Técnica, PAA e PNAE. Pode ser emitida pelos órgãos de extensão rural oficiais, sindicatos credenciados e o INCRA, no caso dos assentados da reforma agrária.

⁶ A compra de grupos informais só é permitida nos casos o valor anual da chamada pública não ultrapasse cem mil reais, sendo que os grupos formais têm prioridade.

2011. Foi necessário um processo de diálogo e articulação política com as secretarias de Educação e Agricultura na tentativa de superar algumas dificuldades locais. Com a chamada pública, a Associação de Mulheres Araras do Pantanal, grupo de agroextrativistas, apresentou projeto e comercializa hoje hortaliças e rapadura para a alimentação escolar. Já a associação Flor do Ipê participou da discussão, mas decidiu entrar somente na próxima chamada, pois está ampliando o número de famílias no PAA e não possui logística pra aumentar a produção.

Em 2011, os grupos de agroextrativistas e agricultores/as familiares assessorados pela FASE deram mais um importante passo no acesso ao mercado institucional. Conseguiram aprovar no âmbito do PROINF (Programa de Infra-estrutura) do território rural da grande Cáceres, uma proposta para adquirir veículos para o transporte dos alimentos até as escolas.

Outro meio encontrado pelos grupos para diminuir as dificuldades impostas pela falta de logística e equipamentos, foi a criação de um fundo de apoio rotativo ao agroextrativismo. A partir de um pequeno capital inicial, em torno de R\$ 5mil, sete grupos de mulheres dos municípios de Cáceres e Mirasol do Oeste têm melhorado as condições de comercialização, por exemplo, garantindo as embalagens necessárias para pães e bolachas, bem como a compra de pequenos equipamentos. O fundo é gestado pelas próprias mulheres e não se restringe àquelas que acessam o PNAE.

“Tem família que não tinha costume de comer produtos da horta. Agora estão se conscientizando de que é importante e se animando em plantar porque vendem para o PNAE. Aliás, muita gente queria parar de plantar e ir embora, mas agora vê que é possível viver aqui. “

Essa frase da agricultora Joélia Alves dos Santos, do município de Mutuípe, na Bahia, ilustra bem as potencialidades que envolvem o acesso ao mercado institucional da alimentação escolar pela agricultura familiar: apoio a diversificação da produção, geração de renda, estímulo à permanência no campo, valorização dos alimentos regionais da agricultura familiar e extrativismo.

Um levantamento efetuado pela FASE Bahia mostrou que em dois anos já é possível observar maior diversificação da produção de alimentos. Antes, a produção se concentrava em alimentos como cacau, guaraná, banana e cravo da índia que eram comercializados, principalmente, para os atravessadores. Hoje, são produzidas frutas diversificadas, ovos, pequenas aves, hortaliças. Observa-se, também uma melhoria na própria qualidade da alimentação das famílias agricultoras e a di-

namização dos mercados locais. Caberia, portanto, um estudo mais aprofundado sobre os efeitos da inclusão de produtos da agricultura familiar do Vale do Jequiçá e Baixo Sul da Bahia no mercado institucional sobre: a segurança alimentar das famílias agricultoras; a resistência camponesa a pressão sofrida pelo agronegócio; diversificação da produção e transição agroecológica; dinamização de mercados locais.

Desafios do processo de implementação

Sem dúvidas, a aprovação da lei foi uma grande conquista da sociedade. Mas, a implementação de políticas não se dá num vazio institucional. Ela é um processo dinâmico e influenciado pelo contexto político e social, assim como pelas relações de conflito e de coalizão de interesses que se estabelecem entre os atores no nível local. Quanto mais profunda e abrangente é a mudança proposta, maior é o grau de incongruência entre a formulação e a implementação, que, em geral, altera as políticas públicas⁷. Portanto, o grande desafio, nesse momento, é garantir a efetiva implementação da lei.

Inverter a lógica do modelo de produção e das compras públicas não tem sido uma tarefa fácil. A inserção da agricultura familiar camponesa no mercado institucional da Bahia e do Sudoeste do Mato Grosso, através do PNAE, vem tornando visíveis fragilidades e distorções de um conjunto amplo de políticas públicas, como:

- Dificuldade de acesso a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é a porta de entrada para programas como o PAA, PNAE e PRONAF, sobretudo em territórios aonde não há regularização fundiária. As mulheres também têm encontrado inúmeras dificuldades em obter esse documento, que por estar diretamente relacionado ao crédito subsidiado, tem critérios bastante restritivos;
- A definição do limite de venda para o PAA e PNAE por DAP Familiar limita o acesso das mulheres ao mercado institucional. Por isso, as mulheres propõem que o teto de venda seja estabelecido por CPF e não por família;
- Ainda que tenha havido alguns avanços, como as chamadas de Ater para as mulheres, permanecem as dificuldades de acesso à assistência técnica qualificada e as várias formas de financiamento;
- A estrutura e a legislação atual da vigilância sanitária de alimento favorecem apenas o acesso das indústrias e empreendimentos de grande escala ao mercado legal de alimentos, excluindo os pequenos empreendimentos;



Na escola, alimentação saudável - Arquivo FASE MT

- Dificuldades de acesso das mulheres ao bloco de produtora rural;
- Dificuldades de acesso ao crédito desvinculado do modelo do agronegócio e voltado para o apoio à transição agroecológica;
- Ausência de apoio do poder público municipal e estadual para a estruturação das unidades produtivas e a logística de transporte, já que as comunidades e os assentamentos, em geral, são distantes da sede do município e encontram-se em condições precárias.
- Falta de infraestrutura adequada nas escolas que possibilite o preparo adequado dos alimentos.

Além das dificuldades mencionadas acima, também é preciso superar a desconfiança e o desconhecimento dos gestores públicos, sobre a produção e a dinâmica organizativa da agricultura familiar, bem como a histórica fragmentação entre os setores de governo, a prática do clientelismo que ainda persiste em muitos municípios e a discriminação enfrentada pelas mulheres agricultoras.

Portanto, a efetiva inserção da agricultura familiar camponesa na alimentação escolar requer ação coordenada dos governos federal, estadual e municipal no sentido de superar os bloqueios existentes nas políticas públicas para educação e para agricultura. Na educação, percebemos como crucial a estruturação das escolas para ter local adequado para armazenamento e preparo adequado dos alimentos, formação continuada das manipuladoras de alimentos, complementação do valor per capita por parte dos estados e municípios.

No que se refere à gestão, ainda permanece a necessidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC) re-

conhecer e conferir ao PNAE um lugar condizente com a sua importância para o processo de ensino-aprendizagem e o seu papel estruturante na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. É fundamental garantir-lhe recursos orçamentários para o efetivo monitoramento da execução do Programa nos estados e municípios, para a realização de atividades de educação alimentar e nutricional, e de capacitação e formação de recursos humanos.

Já na agricultura, é urgente a universalização da assistência técnica e extensão rural baseada nos princípios agroecológicos, reformulação da DAP de forma a democratizar o acesso da agricultura familiar, sobretudo as mulheres e dos povos e comunidades tradicionais, democratização do acesso a nota do produtor/a (com especial atenção às especificidades das mulheres e dos povos e comunidades tradicionais), apoio e financiamento a pequenas agroindústrias, adequação da legislação sanitária à realidade e escala da produção familiar. A promoção do acesso a uma alimentação adequada e saudável aos escolares também requer um amplo investimento em ações e políticas de fomento à produção agroecológica, que ainda são muito incipientes nas iniciativas governamentais.

É fundamental que a sociedade civil organizada continue pressionando o poder público para que essa grande conquista da alimentação escolar, seja de fato efetivada. Consideramos ser de fundamental impor-

⁶ Cf. M. T. S. ARRETCHE. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: M.C.R.N. Barreira; M.C.B. Carvalho. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001, p. 15-42; A. L. Viana. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, 24(4): 5-43, 1996.

tância a criação de instrumentos e mecanismos de exigibilidade que garantam à população o direito de encaminhar denúncias e cobrar o cumprimento da lei. Também permanece o desafio de fortalecimento do papel fiscalizador dos Conselhos de Alimentação Escolar, ao mesmo tempo em que devem ser asseguradas as condições materiais, políticas e de segurança para o seu funcionamento.

Para a FASE, é estratégico continuar investindo no monitoramento e acompanhamento da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, através da atuação articulada no CONSEA, FBSSAN e Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), bem como no Conselho Estadual de Alimentação Escolar de Mato Grosso. Acreditamos ainda que o recém-criado comitê consultivo do Grupo Gestor do PNAE, do qual a FASE participa, poderá se configurar em um espaço estratégico de monitoramento e influência nos rumos dessa política.

Referências Bibliográficas

ARRETCHE, M. T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: Barreira, M.C.R.N; Carvalho, M.C.B. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo:IEE/PUC, 2001, pp 15-42.

FNDE. Resolução nº 38 de 16 de julho de 2009.

FNDE. Portaria nº 450 de 29 de outubro de 2010.

LABRA, M.E. **Política, Processo Decisório e Informação**. Rio de Janeiro: DAPS/ENSP, 2001. Mimeo.

SCHOTTZ, V. **Compra da agricultura familiar para a alimentação escolar: uma oportunidade para o campo agroecológico**. RJ:FASE, 2009.

VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública** 24(4): 5-43, 1996.

Desenvolvimento e Paz e
Agência Canadense Internacional
apoiaram esta edição de
Proposta



Canadian International
Development Agency

Agence canadienne de
développement international

Canada

Together, we hold the future in our hands

<http://www.devpo.org>

<http://www.acdi-cida.gc.ca>

A FASE e a questão do desenvolvimento

Jean Pierre Leroy¹

¹Educador e assessor da Fase
no Núcleo Justiça Ambiental e Direitos.

De que lugar está se falando aqui? É de dentro de uma entidade genericamente catalogada como ONG, o que não explica nada se não buscarmos entender um pouco da sua história e das influências que sofreu. Isso nos reporta ao fim da Segunda Guerra Mundial (1945) que deu início à Guerra Fria entre o bloco comunista e os países ocidentais capitaneados pelos EUA, momento em que o resto o mundo viu-se objeto das atenções de ambos. Findo o colonialismo, tratava-se de ajudar os países subdesenvolvidos a acessar ao desenvolvimento. Se os “não-alinhados” – reunidos em Bandung, Indonésia, em 1955 – buscaram na época trilhar um caminho próprio, por outro lado, em nada se diferenciavam dos dois blocos quanto ao seu interesse em se desenvolver seguindo o modelo proposto por ambos: industrialização e modernização da agricultura trazendo crescimento e progresso.

A FASE nasce e se desenvolve nesse contexto mundial. Gestada e dando seus primeiros passos no ambiente da Igreja Católica, a política desenvolvimentista norte-americana, traduzida pela ação dos Voluntários da Paz, influenciava sua ação caritativa e desenvolvimentista. Todavia, a tradição de autonomia da Igreja e sua proximidade das comunidades pobres asseguravam uma relativa independência da FASE frente ao modelo ideológico que o poderoso vizinho do norte queria impor. De um lado, o nascente terceiro-mundismo ao qual aderiu a Igreja progressista nos anos sessenta do século XX, que desembocará na

Teologia da Libertação, e, do outro, aportes oriundos de correntes marxistas, já nos anos setenta, contribuíram para a FASE se ressignificar.

Não se colocava em questão o desenvolvimento, mas sim o domínio do sistema capitalista, personificado entre nós nesses anos pela ditadura, sistema gerador da dependência analisada e denunciada pela CEPAL, a exigir, entre outras medidas, a substituição de importações. O horizonte da maioria dos quadros da Fase era a criação de uma sociedade socialista, “em que os pobres do campo e da cidade teriam seu lugar”. Para parte desses quadros, essa formulação, a única possível em tempo de ditadura, queria dizer uma sociedade sem classe, à qual em tese se acessaria pela ditadura do proletariado. Porém, concreta e imediatamente, o papel da FASE era, para a maioria dos seus quadros, de contribuir para volta da democracia através da conscientização bem como da formação de militantes e sindicalistas. Mais do que entidade voltada para o desenvolvimento, a Fase passou a se definir como de educação popular.

Não é que os rumos do desenvolvimento lhe eram indiferentes, pelo contrário – em particular, no campo. O avanço da agropecuária na Amazônia, a agroindústria da cana no Nordeste, a concentração fundiária e os rumos da agricultura em geral eram objeto de uma crítica constante. A Reforma Agrária, assim como as reformas políticas fundiárias, agrícolas e trabalhistas eram, por sua vez, objeto de reivindicação. Em 1979, no Congresso da CONTAG, a FASE se juntou ao coro dos trabalhadores rurais no repúdio à tese defendida pelo então ministro da fazenda, Delfim Neto, segundo a qual era necessário fazer o bolo crescer antes de distribuí-lo. No entanto, era claro que o futuro do país deveria ser construído democraticamente e com a participação das camadas sociais excluídas do poder e da riqueza. Neste sentido, dir-se-ia hoje que se preparavam então

os atuais atores do desenvolvimento. É assim que a FASE, ao mesmo tempo em que desenvolvia projetos produtivos junto ao “trabalhador rural” e cursos de formação profissional junto ao operário urbano, formava, através e sob a cobertura dessas atividades, lideranças sindicais e políticas. Em 1975, já nascia em Santarém, Pará, com a participação da FASE, uma das primeiras oposições sindicais no campo. Poucos anos depois, as reuniões da Articulação Nacional dos Movimentos Sindicais e Populares (Anampos), precur-

sora da CUT, teriam grande participação de sindicalistas oriundos de estados onde a Fase atuava.

Na década de oitenta, nos últimos anos da ditadura e no processo que levou à proclamação da “Constituição Cidadã” de 1988, – mesmo que os rumos do desenvolvimento e o poder das elites não tenham se modificado – a sociedade civil e suas organizações se fortaleceram, o que testemunham a criação da CUT, do PT e de inúmeras associações em bairros e favelas. O movimento sindical passou a assumir ele mesmo as tarefas de formação e organização das suas categorias, prescindindo de entidades como a FASE que cumpriam esse papel supletivo ao mesmo tempo em que lhe davam cobertura durante a ditadura.

Não é de todo verdade, pois foi nessa época que a FASE deu uma grande contribuição à organização dos canavieiros no Estado de São Paulo, mas em parte a entidade busca mais uma vez repensar seu papel. Consolidase a visão que os chamados “projetos demonstrativos”, se não podem ser, por exemplo, outra coisa para o pequeno produtor rural além do que iniciativas locais, pelo pouco significativo volume de recursos financeiros e humanos que lhes é atribuído e pela ausência de política pública, são, todavia, demonstrações de que um desenvolvimento apropriado à sua condição, mas universalizado, é possível. Aos poucos, cresce a percepção no que diz respeito ao campo que o modelo de agricultura e pecuária calcado sobre a revolução verde – e mais usualmente o modelo de desenvolvimento vigente – pode levar a termo a destruição do campesinato, das populações tradicionais e dos povos indígenas. Questiona-se o agronegócio, as grandes barragens hidroelétricas e a pesca predadora industrial. Buscam-se alternativas à agricultura e às atividades extrativistas tradicionais. Na cidade, a questão fundiária e habitacional, tradicional área de atuação da FASE, toma uma dimensão maior ao ser integrada à discussão do papel da cidade como plataforma do capital e seus moradores pobres como o desaguar da expulsão do campo e reserva de mão de obra.

Em 1990, quando se anuncia a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento – Rio 92, a junção dos dois termos faz com que a FASE se sinta à vontade para entrar decididamente no Fórum² que consagra, do lado da sociedade, a perspectiva socioambiental e questiona os rumos do desenvolvimento. O Projeto Brasil Sustentável e Democrático – PBSB, ini-

² Este Fórum passa a ter depois da Rio 92 o nome de Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio ambiente e o Desenvolvimento – Fboms.



ciativa coletiva de várias instituições, originado na FASE e coordenado por ela, inscreve-se na continuidade desse debate. O “desenvolvimento sustentável”, pregado pelo Relatório Brundtland, não passa de uma atualização do velho desenvolvimento³, afirmando que o aprofundamento da liberalização da economia é condição indispensável à sua realização. O mesmo, aliás, pode-se dizer do “desenvolvimento humano”, elaborado pelo PNUD. Em oposição a essa ideologia do desenvolvimento⁴, o PBSD coloca como centro da questão a sustentabilidade da sociedade – sustentabilidade definida como “o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais da sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição dos seus recursos naturais”⁵. Para o PBSD, a sustentabilidade não pode ser definida de antemão, sendo ela um processo social. A escassez de água, por exemplo, é produzida diretamente pelas monoculturas e, indiretamente, pelo modelo de industrialização que provoca a crise climática. Frente a esse processo perverso, inerente ao sistema capitalista, somente outro processo social pode pensar e dar outros rumos ao desenvolvimento, criando as condições para a construção de uma sociedade sustentável. Longe de ser um trabalho meramente teórico, o PBSD tinha como base a experiência vivida por essas instituições e pelas populações apoiadas por elas.

Em 2002, um coletivo de pessoas de diferentes instituições públicas, movimentos sociais e ONGs, entre as quais a FASE, cria a Rede Brasileira de Justiça Ambiental - RBJA⁶. Estabelece-se a compreensão de uma conexão entre desenvolvimento, agressões ao meio ambiente e danos causados às populações atingidas por algum empreendimento. À experiência própria da entidade, somam-se os numerosos casos trazidos pela RBJA, os levantados no Mapa dos conflitos ambientais no Estado do Rio (IPPUR/PPUR/UFRJ-FASE)⁷, nas missões da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente (Plataforma Dhesca), nos casos estudados pelo projeto Avaliação de Equidade Ambiental (Etern/IPPUR/UFRJ-Fase), no Mapa dos Conflitos Socioambientais na Amazônia Legal (FASE Amazônia), no Mapa de conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil (GT Racismo Ambiental/RBJA)⁸ e no Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (Fiocruz-FASE)⁹.

Essa longa experiência faz com que nosso questionamento do desenvolvimento seja radical. É um radicalismo enraizado na justiça, na equidade e igualdade, inclusive de gênero, e na defesa intransigente dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. A defesa intransigente desses princípios é uma característica da FASE. As provas da periculosidade do modelo de desenvolvimento dominante no Brasil e no mundo

são contundentes, mesmo tentando manter a sua legitimidade frente à sociedade qualificando-se de humano e sustentável. Mas como picar é da natureza do escorpião, a do capitalismo que gerou este desenvolvimento é de sobre-explorar o trabalho humano, descartar o trabalhador quando precisa, pilhar a natureza, fazê-la de lixeira e condenar parte da humanidade a sobreviver no meio desse lixo. As promessas de enfrentamento da crise climática criadas pela Convenção sobre o Clima da Rio 92 não se concretizaram. Foi porque se convertiu demais na capacidade das empresas em se converter e diminuir radicalmente suas emissões de CO₂? Tinha-se dado poder demais ao mercado? Não, segundo os detentores do poder mundial houve mercado de menos. Agora, essa mesma economia que não foi capaz de dar um passo relevante para frear a corrida ao abismo, rebatizada de “economia verde”, vai salvar o mundo! Essa economia verde já lhe permite estender seus tentáculos sobre o conhecimento humano, sobre a vida, sobre a humanidade e sobre a natureza.

Uma vez definido a sustentabilidade como processo, o radicalismo da crítica não pode ignorar o longo caminho a percorrer. Questionar a economia verde e recusar ao empresariado ocupar o centro do debate e do poder de decisão, não quer dizer que não seja importante e necessário que haja reformas já dentro do sistema capitalista no qual vivemos. De fato, não se vislumbram forças sociais capazes de substituí-lo maciçamente por outros modos de reprodução social. O que se recusa é que o debate seja conduzido por quem fica preso a uma lógica econômica, achando que as graves questões



³ Desenvolvi uma crítica do conceito e do seu uso no artigo Agenda 21: portadora das contradições do século XX e anunciadora das contradições do século XXI. In: Jean Pierre LEROY. **Territórios do futuro**. Educação, meio ambiente e ação coletiva. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

⁴ Cf. Gilbert RIST. **Le développement**. Histoire d'une croyance occidentale. Paris: Presses de Sciences Politiques, s.d.

⁵ Henri ACSELRAD; Ademar de Andrade BERTUCCI; Jean Pierre LEROY; Tania PACHECO; José Augusto PÁDUA; Sergio SCHLESINGER. **Tudo ao mesmo tempo agora**: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia. Petrópolis: Vozes, 2002. p.18.

⁶ Ver a sua declaração de princípios em: <http://www.justicaambiental.org.br/justicaambiental/pagina.php?id=229>.

⁷ Cf. Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro 2002-2005. Fase/IPPUR. Rio de Janeiro, 2006. CD-ROM. Disponível na Fase.

⁸ Disponível em:

http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/Microsoft%20Word%20-%20MAPA_DO_RACISMO_AMBIENTAL_NO_BRASIL.pdf.

⁹ Os resultados do projeto se encontram disponibilizados: <http://www.confliotoambiental.icict.fiocruz.br/>



Agricultura agroecológica - Arquivo FASE MT

que afetam o futuro do mundo e do planeta podem ser resolvidas no âmbito do mercado. O que se quer, é que a sociedade se fortaleça – organização e educação popular, diríamos do nosso lugar – para poder pressionar e forçar mudanças reais para além das belas palavras e pinturas de fachada.

Tomemos o exemplo do transporte. O carro e o caminhão continuam sendo a salvação do país. Com eles, a crise econômica de 2008 foi menor no Brasil, muita gente comprou carro e o número de empregos na metalurgia aumentou. Esse crescimento da indústria automotiva e do uso do carro particular anulou sem dúvida a diminuição da emissão de CO² obtida com o etanol, bem como não resolveu o transporte urbano que penaliza tanto as trabalhadoras e os trabalhadores na cidade. Não seria o momento de voltar a investir no transporte ferroviário?¹⁰ O movimento sindical metalúrgico, tão forte para defender seus direitos, não poderia estender suas lutas para exigir a reconversão de parte da indústria automobilística na indústria ferroviária?

Na mesma linha, sabe-se hoje que a agricultura ecológica praticada pela agricultura familiar/camposinato pode alcançar uma produtividade capaz de suprir as

necessidades alimentares do mundo. No entanto, para tal, ela exige ser praticada numa escala de volume de produção comparável ao agronegócio hoje. Levando em conta que este é hegemônico, disputar seu espaço significa tempo e força política. Enquanto a agricultura familiar e camponesa não adquire o reconhecimento devido, nada impede que se atue para submeter a atual produção agrícola a políticas agrícolas mundiais que garantam a segurança alimentar nos países onde impeça a fome, subtraindo-as à especulação financeira.

Equilibrar nossa ação entre a crítica radical e as exigências de hoje, entre a necessária revolução e as reformas possíveis, não é tarefa fácil. Representa um enorme desafio para entidades como a FASE. A ciência nos ensina que o desenvolvimento atual leva a humanidade à ruína. E daí? Enfim! Milhões de famílias dos “batalhadores”, como foi denominada pelo professor Jessé de Souza a pretensa “nova classe média brasileira”¹¹, conseguem comprar, depois de décadas de privações e de desejo reprimido atiçado pela publicidade, bens de consumo que de fato facilitam a sua vida. Como lhes mostrar que foram enganadas? Nações e classes sociais detentoras do poder, da riqueza e do conhecimento fizeram a festa; dizem que ainda vão chegar à mesa outras delícias para novos convidados, mas sabem que é mentira. Como dizer aos excluídos do festim que o futuro não é por aí? Que a satisfação do modo de vida ocidental, com seus bens sempre apresentados como necessidades se dá sobre a privação, o sofrimento e a morte de outros hoje e amanhã? E dizer isso sem responsabilizá-los e, pelo contrário, mostrando que a escassez é uma criação do modelo de produção e consumo nascido dentro de um sistema econômico e político chamado capitalismo?

Ter um diagnóstico claro e pistas para o futuro não nos transforma em profetas revestidos de boa consciência e hipocrisia. Porém, o pragmatismo rasteiro está na espreita. É difícil questionar o desenvolvimento num ambiente ufanista e resistir ao canto da sereia que repete insistentemente que o mercado está a serviço do planeta e de todos, com seus programas sociais, bem como ambientais e sua responsabilidade social, ao contrário



¹⁰ Não num “trem bala” caríssimo, que mobilizaria grandes investimentos em detrimento de uma extensão nacional da rede ferroviária; voltado para o transporte das pessoas, e mantendo as estradas destinadas ao transporte de carga; elitista, pois o custo do bilhete, se não for altamente subsidiado, não facilitará a locomoção da classe trabalhadora; e devorador de muita energia para subir a Serra do Mar em alta velocidade.

¹¹ Jessé SOUZA. **Os batalhadores brasileiros**: Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

de um Estado perdulário e gastador. Nosso radicalismo se mantém intato porque, ao mesmo tempo em que lutamos por reformas internas ao próprio modelo de produção e consumo, temos no horizonte outras propostas de sociedade sustentável e democrática. É de revoluções que o mundo e o planeta precisam, mas é neste mundo aqui e agora que elas estão se gestando, germinando sementes de formas alternativas de produção e de mercado¹². Para o propósito desta reflexão, limito-me a dar três exemplos, um no campo das alternativas de produção, outro sobre a relocação da economia e o terceiro sobre os bens comuns.

A existência de uma agricultura camponesa/familiar que assegura a sobrevivência de milhões de famílias e mais da metade da produção de alimentos, numa lógica de produção não capitalista e cuja imperfeita adesão aos ditames da revolução verde e propensão a maior respeito para com o meio ambiente, já é mais do que um germe. É o sistema social e economicamente dominante na agricultura mundial. A agricultura ecológica que se desenvolve no seu interior completará a ruptura com a agricultura industrial predadora.

Nas cidades, ao largo do mercado formal de trabalho, os esquecidos pela macro-economia, inventam uma micro-economia, em parte sucedânea e concorrente da economia formal, em parte inovadora. Desenvolve-se a economia solidária, dotada inclusive de uma secretaria no governo federal. Laços são tecidos entre a produção camponesa e o consumo na cidade, entre a produção, a transformação e a venda.

Assentamentos do Rio Grande do Sul que mantêm a diversidade da produção introduziram a cultura da cana-de-açúcar e se juntam para a produção de etanol destinado ao consumo local. No mesmo estado, existe uma cooperativa que produz energia hidroelétrica. Na Alemanha, a produção caseira de eletricidade oriunda do sol e dos ventos já alcança um volume significativo. A necessidade do recém-chegado à cidade “se virar” criou uma quantidade sem fim de construtores informais de suas próprias casas e uma tradição de construção em mutirão fundada sobre a ajuda mútua. Esse potencial poderia ser mais valorizado e essas iniciativas multiplicadas, apoiando-se sobre uma política habitacional descentralizada, sobre formas cooperativas de trabalho e de gestão, além de formação profissional, beneficiando-se da re-orientação de parte das indústrias da siderurgia, do alumínio e da madeira

para o mercado interno da construção, valorizando materiais, técnicas e *savoir-faire* locais e amigos do meio ambiente. Não se trata somente de construção de moradias, mas também da construção ou da renovação de bairros, com saneamento, ruas, praças, serviços públicos e espaços verdes.

No Nordeste, ONGs, Igrejas e organizações camponesas, reunidas na Articulação do Semi-Árido – ASA –, e agora apoiadas por setores dos governos, estão na Campanha *Um milhão de cisternas*. A ela, soma-se atualmente a campanha por cisternas que sirvam à irrigação de cultivos, micro-barragens e outras iniciativas criativas que fortalecem as economias locais e regionais, liberando as famílias da dependência estreita dos favores do poder local.

Essas iniciativas contribuem para dar uma nova importância aos mercados locais. Num mundo em que o consumo de energia é cada vez menos suportado pela biosfera e os seus custos se tornam proibitivos, em que o emprego fica cada vez mais precarizado e ameaçado pela des-localização, em que se atribui ao Brasil o papel de produtor de matérias primas e commodities, desindustrializando o país, uma economia mais endógena é bem-vinda. Quem conheceu a região de Marabá, no sul do Pará, duas décadas atrás, quando o latifúndio se apoderou das terras, e percorrer agora algumas estradas, poderá constatar como a reconquista das terras pelos sem-terra não só parou com o empobrecimento do meio ambiente e a desertificação humana do espa-



¹² Para além do propósito deste artigo, teria que desenvolver a ideia que redefinir e implementar outros modos de produção e de consumo pode contribuir para construir outras formas de política, de poder e de institucionalidade no mundo.

Agronegócio colhe soja - Roosevelt Pinheiro/Abr



ço, como reconstituiu um território diversificado e uma economia local significativa, além de povoados novos, freando e até revertendo a migração para a capital regional.

As cidades perderam o contato com seu entorno. Hoje, as mercadorias que lhes chegam podem ter percorrido milhares de quilômetros. O Instituto alemão Wuperthal calculou que na Alemanha 80% das mercadorias necessárias para o consumo urbano poderiam ser produzidas num raio de 80 km de uma cidade de grande ou médio porte. Os cinturões verdes organizados ao redor de algumas cidades para seu abastecimento, feiras de produtos agroecológicos e oriundos da agricultura familiar vão neste sentido.

Frente à mercantilização da vida e da natureza e sua privatização, toma força a perspectiva dos bens comuns, em inglês os “commons”. Longe de ser terra de ninguém, os bens comuns são algo socialmente construído, como escreve David Bollier: “O conceito de bens comuns... se refere aos sistemas sociais e jurídicos para a administração dos recursos compartilhados de uma maneira justa e sustentável”¹³. Por sua vez, Yochai Benkler precisa: “Os bens comuns são espaços institucionais em que agentes humanos podem agir livres das restrições específicas desejadas pelos mercados”¹⁴. A jurista Margarita Flórez, contrastando com a noção jurídica de *res nullius*, algo que não é de ninguém, e com bens públicos (pertencendo ao Estado e/ou geridos por ele), identifica como bens comuns, “desde a perspectiva de uma parte dos habitantes da América Latina”, o que ela chama “lo nuestro”¹⁵. Esses bens comuns que são “nossos” originam-se, segundo ela, da relação umbilical que os povos têm com o território. O campo dos bens comuns é vasto. Limito-me a exemplos que

ilustram as alternativas que nos desafiam. Múltiplas comunidades tradicionais, povos indígenas e camponeses são os gestores de bens comuns, desde sementes e biodiversidade em geral, águas, florestas e outros ecossistemas até conhecimentos e formas de gestão de seus territórios e recursos.

A propriedade privada mostra ser incapaz de responder aos desafios com os quais o planeta e as sociedades humanas são confrontados. A experiência histórica de gestão dos “commons” pode nos ensinar como enfrentá-los. O conhecimento acumulado pela humanidade é outra forma de bem comum imprescindível para o futuro. As alternativas exemplificadas acima, para realmente se configurarem como tal, padecem de duas carências: políticas públicas consistentes e investimentos em ciência e tecnologia apropriada a elas. Não é de se admirar, pois assistimos ao cerceamento acelerado do acesso ao conhecimento, colocado sob leis férreas de propriedade intelectual e patenteamento, destinadas a colocá-lo a serviço exclusivo do mercado.

Apontar os bens comuns como uma das alternativas possíveis ao desenvolvimento dominante pode parecer inócuo no momento em que a bancada ruralista vota um Projeto de Lei sobre o Código Florestal que significa a subordinação de qualquer política pública consequente sobre os ecossistemas brasileiros aos interesses do agronegócio, e exige que o governo se submeta à sua vontade. A política pode ser entendida como arte de equilibrar os vários interesses em disputa, de defender os direitos dos que não têm força suficiente para assegurar por si mesmos seu lugar na sociedade, de preparar o futuro. Achando que a disputa sobre o Projeto de Lei é justamente uma manifestação da de-



Bicicleta e o trânsito livre
Imagem disponibilizada sob licença CC

¹³ David BOLLIER. Los bienes comunes: un sector soslayado de la creación de riqueza. In: Silke HELFRICH (org.). **Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía**. Ediciones Böll: México, 2008, p. 30. Tradução livre do autor deste texto.

¹⁴ Yochai BENKLER. La economía política del procomún. In: **Ibid.**, p.128.

¹⁵ Margarita FLÓREZ. Lo Público? Lo Común? O lo Nuestro, lo de Todo! In: **Ibid.**, p.109.



Carros e a rua caótica - Marcello Casal/ABr

mocracia e exercício da política não se reconhece que a política pode ser a grande vencedora nessa disputa. Não se pode esquecer que, por trás dos produtores rurais, os principais interessados na expansão da agricultura no Brasil são um número reduzido de multinacionais, em conluio com bolsas de mercadoria e com instituições multilaterais como a OMC. O governo brasileiro, é verdade, resistiu a uma maior liberalização do comércio agrícola, contribuindo a barrar os Acordos de Doha, mas, em nome do desenvolvimento e das suas alianças políticas, tende a excluir do debate político as vítimas do desenvolvimento e os que trilham ou procuram outros caminhos.

Como fazer com que as alternativas que vislumbramos possam ser transformadas em políticas públicas? É possível entidades da sociedade civil como a FASE exercerem alguma incidência política pontual, mas as profundas reformas políticas que o futuro do país e do mundo exige para que não se dê lugar a um mundo mais injusto, mais violento e mais inóspito, tão distantes das nossas capacidades de ação, podem nos paralisar. Para escapar do desencorajamento ou mesmo do cinismo, vale nos sentir participantes de múltiplas redes, formais e informais, de pessoas, instituições públicas, governamentais ou não, movimentos sociais, setores universitários, grupos políticos, etc. que, através do mundo, rebelam-se contra o presente/futuro que nos é imposto. Vale a certeza que, neste momento de resistência, de indignação e de re-fundação da política e da economia, cada um tem seu papel.

Para enfrentar os desafios, a FASE conta com alguns coringas. A sua proximidade, ao longo do tempo, dos

pobres, dos trabalhadores e dos excluídos – homens, mulheres e jovens, sujeitos da sua ação e fonte do seu projeto de futuro. É graças a eles e elas que simultaneamente mantêm os pés, a cabeça e o coração no chão e no futuro, podendo transitar entre o possível hoje e o necessário amanhã justamente porque a utopia nasce neste e deste chão. Ser uma entidade com a limitação de não ter poder e grande visibilidade pública, mas ao mesmo tempo com a chance de ter liberdade em relação a governos, partidos, e até movimentos sociais lhe permite questionar, interpelar, inovar livremente. A FASE não é concorrente e não disputa espaços de poder e de formação do conhecimento, pois tem clareza do seu lugar, que não é o dos movimentos sociais nem o da academia. Sendo assim, ela pode contribuir para fazer com que setores sociais se juntem para enfrentar os desafios coletivos e setores da academia possam melhor cumprir com a sua missão de colocar o conhecimento a serviço da sociedade. A crítica que ela faz ao modelo de desenvolvimento bem como a consciência dos limites da sua ação fazem com que a noção do “público” seja central para ela. Ela se vê como ator público, mas entende que o futuro depende de uma re-fundação das instituições públicas/estatais e da política, vendo-se como participante dessa re-fundação.



O “antigo” Maracanã vazio e a cidade – que efeitos têm as obras sobre as pessoas? - José Fernandes Jr/CC

Desenvolvimento pra quem? Um olhar sobre o discurso de desenvolvimento das cidades que se tornam sedes de megaeventos

Joana da Silva Barros¹

¹Assessora do Programa Nacional Direito à Cidade da FASE; doutoranda do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.



As obras de reestruturação urbana “alavancadas” – um termo feio, mas ouvido em demasia nos tempos que correm – pelos chamados megaeventos esportivos estão indo de vento em popa. Ou pelo menos é assim que o governo e a imprensa hegemônica propagandeiam. Nesses canteiros de obras que viraram as cidades sedes do mundial de futebol vemos, entre estupefatos e indignados, uma sorte de ações e intervenções urbanas, dia após dia, que estão a preparar o Brasil, justamente o país do futebol, para sediar “a mais importante competição de futebol do mundo”.

Segundo o que se ouve dizer, esta Copa – que, de acordo com a projeção do ministro Orlando Silva, será a mais bela já realizada –, assim como outros megaeventos esportivos deste porte, além da alegria e da congratulação entre as nações por meio do futebol, deixarão nas cidades um legado permanente de desenvolvimento, melhorias e novos equipamentos urbanos.

Na consecução dessa transformação ou modernização das cidades para receber os jogos um ponto é central: a construção de um discurso unívoco e inquestionável sobre a pertinência do acontecimento desses eventos e de sua importância para o “desenvolvimento” do país. Uma rápida busca pelos jornais diários ou ainda pelo material promocional dos eventos nos dá a medida de quão impactantes e fundamentais são esses eventos

para países como o Brasil, que buscam integrar o time dos países desenvolvidos.

Não é objetivo deste texto deter-se nos impactos locais das obras dos megaeventos esportivos, mas é necessário chamar a atenção para a articulação perversa que esses eventos demandam e ao mesmo tempo engendram no que tange às questões urbanas e, especificamente, à regulação dos territórios concernidos nesse processo. É possível afirmar, constatadas as inúmeras violações diariamente vividas pelas populações mais pobres nas cidades sedes², que o que está em curso nas nossas cidades é um retrocesso nos avanços democráticos que a sociedade brasileira logrou nestes últimos vinte anos no âmbito da reforma urbana. A reorganização



²Para um acompanhamento *pari passu* da dinâmica de expulsão de populações dos seus locais de origem e todo trabalho por ocasião das obras para os megaeventos, um instrumento importante são os sítios eletrônicos e *blogs* que os Comitês Populares da Copa editam; assim como o *blog* de Raquel Rolnik, relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada. Para uma análise deste processo no Rio de Janeiro, cf. Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações, 24 mai. 2011. FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO. <http://www.fase.org.br/UserFiles/1/File/RELAT%C3%B3RIO%20MPF%20FCP.pdf>; cf. FASE. **Revista Proposta**, n.121; cf. Suplemento especial. In: **Ibid.**, n. 121.



e rearticulação entre interesses privados e financiamentos públicos dessas atividades é a ponta do iceberg; desnuda a prática pouco transparente, privatista, excludente e antipopular que dão o tom na construção dos megaeventos em questão. Vivemos hoje nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Recife e Salvador uma verdadeira adequação de imensas partes do território para a recepção desses eventos esportivos sob a égide de parcerias público-privadas, cujos levantamentos preliminares demonstram ser o velho e conhecido mecanismo de financiamento público como elemento central da acumulação de capital³. A pedra de toque dessa adequação nos territórios tem sido a suspensão dos mecanismos de regulação social da cidade em nome de um melhor aproveitamento dessas regiões com atividades ditas produtivas, modernizadoras, reiterando o período desenvolvimentista que o país vive hoje. Vivemos um verdadeiro *estado de exceção* nas cidades brasileiras, cuja origem, evidentemente, não é os megaeventos esportivos. No entanto, a tirar pela forma violenta e profunda de transformação causada, podemos dizer que consolida um processo em curso no Brasil desde os anos 1990⁴.

Três processos se concatenam nas ações de adequação das cidades sedes desses grandes eventos esportivos: a suspensão da legislação urbana, especialmente aquela que oferece barreiras ao livre uso mercantil das cidades, justificada pela suposta potencialização do uso da infraestrutura instalada; falta de transparência sobre o uso dos recursos públicos investidos em tais intervenções, como por exemplo, na discussão e promulgação de Medida Provisória que estabeleceu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas; e por fim, a inexistência de mecanismos de controle e participação popular na definição, bem como no acompanhamento das obras e intervenções.

O que mais impressiona neste processo, justamente por estar subsumido e invisibilizado, é o caráter privatista e antidemocrático deste conjunto de adequações urbanas e especialmente a noção de desenvolvimento que lhe anima. O discurso sobre a inevitabilidade destas transformações e de seu sentido positivo para as cidades⁵ que sediarão estes eventos e, sobretudo, para as populações que ali vivem, está de tal modo natural-

izado que qualquer crítica a esta intervenção urbana, deve começar com um aviso cauteloso de que quem faz a crítica não é necessariamente contra a Copa ou o futebol e muito menos contra o desenvolvimento do Brasil. Tal advertência é quase obrigatória se desejamos ter a possibilidade de que as críticas à forma como estão a ser transformadas as cidades seja ouvida e, quiçá, validada socialmente.

Entretanto, a bem da verdade, é preciso perguntar: desenvolvimento pra quem, cara pálida? Esta nos leva a outra indagação, que nos tempos que correm soa quase como sandice: porque não ser contra este desenvolvimento?

A resposta para estas questões não é simples, nem é pretensão deste texto respondê-las. Mas sua formulação nos abre perspectivas importantes que reconectam as questões urbanas ao campo de discussão do projeto de desenvolvimento nacional em pauta atualmente, mas não mais presente no âmbito das cidades. Assim como nos possibilita interrogar as ligações, mais ou menos orgânicas, entre as dimensões urbanas e rurais deste projeto em disputa, ao longo do tempo.

Hoje, o discurso hegemônico sobre o desenvolvimento do país passa pela afirmação de um e único modo de vida, pautado pelo consumo e, supostamente, por escolhas livres. Algo típico do liberalismo, que projeta um futuro de fartura e acesso ilimitado a informações, bem como a mercadorias e benesses produzidas, mediadas e reguladas pelo mercado. Esse discurso supõe ainda, através da afirmação de um único modo de vida válido, o descredenciamento de classes, grupos sociais e pessoas que se contrapõem a esse projeto de futuro, de nação e seu projeto de desenvolvimento. Aí está

³Para o debate sobre a função dos fundos públicos na reprodução do capital no Brasil, cf. Francisco DE OLIVEIRA. **Os Direitos do Anti-valor:** a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

⁴Cf. Id. **Totalitarismo e Exclusão:** a formação de um espaço anti-público, Texto base para conferência no Simpósio Internacional "Espaços Públicos e Exclusão Social: práticas urbanas". FAUUSP, São Paulo, nov.98. (mimeo.); cf. Id. O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção? In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 1, 2003.

⁵É importante chamar atenção para o fato de que as cidades têm sido tratadas como sujeitos de uma ação, como se tivessem vida própria e capacidade de decisão. Nesse processo, os diversos grupos sociais que habitam e constroem as cidades, em sua diversidade e complexidade, tornam-se invisíveis e são submetidos a uma lógica de gestão mercantil de seus espaços, "limpos" de tensões e conflitos. Cf. Otilia ARANTES; Carlos VAINER; Ermínia MARICATO. Cidade do Pensamento Único – Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000; cf. Cibeles S. RIZEK. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 161-165, 2003.

uma das suas faces mais violentas neste processo: a invisibilidade política a que são submetidos diariamente, através dos meios de comunicação e das imagens que se constroem desses sujeitos, como entraves ao desenvolvimento, e ao projeto de nação dele decorrente.

O nó está justamente em que a invisibilidade política não é a ausência de aparecimento nas reportagens e nos veículos de comunicação – ainda que o tempo proporcionalmente seja, sim, muito menor para os opositores do modelo hegemônico do que para a voz dominante. A invisibilidade política acontece justamente pela superexposição dos grupos sociais, que imputa valores e sentidos a sua reivindicação de viver segundo seus próprios termos. Tais valores, mais das vezes, são externos aos próprios grupos retratados ou os transforma em exotismo a ser preservado a partir de suas identidades.

Além deste mecanismo clássico é importante chamar atenção para o fato de que a superexposição das diferenças opera uma elisão dos conflitos políticos⁶ que, potencialmente, se configurariam em torno e a propósito das diferentes concepções de desenvolvimento em disputa nesse processo. De maneira perversa, o descredenciamento de sua fala e de seu lugar político utiliza o mecanismo de exposição das suas diferenças transformando-as em “alteridade nua”⁷, que não consegue operar o litígio e instituir o conflito. É como se as diferenças expostas a exaustão sublinhassem a constatação: somos diferentes e nossas diferenças somente nos afastam, não há o que debater.

Se é correto dizer como fizemos acima que estas transformações urbanas operadas pelos megaeventos não são o começo do processo, é também possível ler neles uma forma atualizada⁸ que, por suas características, condensa um feixe de relações a partir das quais é possível pensar a sociedade brasileira e seus impasses. Nesta chave de leitura, podemos ler nos processos de transformação urbana em curso por ocasião dos megaeventos mais do que uma simples adequação urbana. É possível (e necessário, me parece) perceber nestas “reformas” a disputa política pelos sentidos do desenvolvimento e do projeto nacional que estão no seu âmbito. No cerne desta disputa, a aciona-se uma velha (e conhecida) dualidade da história do Brasil: arcaico/moderno. Por meio desta dualidade, os impasses de nossa formação reaparecem e são (re)lidos como empecilho à constituição de um projeto nacional; e neste sentido, a modernização e o desenvolvimento econômico e/ou produtivo aparecem como o polo dinâmico e emancipador, capaz de reverter este atraso que nos acorrentava e impedia de realizar nosso futuro promissor. Esta leitura dual e porque não, dicotômica, da sociedade, ao opor estes dois polos, identificou com o atraso grupos sociais e suas formas de vida – especial-

mente aqueles que lhe ofereceram resistência à instauração de formas modernas⁹ de produção.

Depois deste “arrudeio”, retomemos o ponto inicial da reflexão. Os discursos sobre as cidades sedes dos megaeventos esportivos demonstram que apesar de nas cidades vivermos uma disputa concreta de projetos de desenvolvimento e de nação, este tema está subsumido do debate; e mais ainda, a sua ausência aponta um profundo consenso em torno dos rumos do desenvolvimento brasileiro que recrudescem as formas violentas e desiguais de apropriação dos espaços urbanos.

Em certo sentido, é possível olhar retrospectivamente e assinalar que há uma disjunção entre a temática urbana e rural, ao longo dos anos 1980 e 1990. É curioso perceber que ela acontece justamente no momento de redemocratização do país e após a Constituição de 1988, momento em que são construídos mecanismos de regulação e controle social das políticas públicas. No âmbito das cidades, tal processo não foi diferente: vemos nos anos 1990 o aparecimento de conselhos e fóruns governamentais e não governamentais dedicados a, além de discutir, implementar se não uma política urbana para o país, políticas setoriais a ela referida. A perda de centralidade das questões relativas ao desenvolvimento é uma marca desse período, o que não quer



Paixão é completa aprovação? - Wilson Dias/ABR

⁶ Cf. Jacques RANCIÈRE. *O Desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996. Para o tema do desaparecimento das diferenças como artifício de anulação do conflito e, portanto, da política na acepção do autor, ver o capítulo *Democracia ou consenso*.

⁷ Jacques RANCIÈRE. *O Desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 120.

⁸ Não quero dizer com isto que vivemos e vemos mais do mesmo: apenas quero sublinhar a recorrência de algumas questões na história recente brasileira e assinalar que estas recorrências não são a sobrevivência de arcaísmos ou que tais, e sim a conformação historicamente consubstanciada de relações sociais e de práticas políticas.

⁹ Karl Marx aproximava os termos *moderno* e *capitalismo*, na sua leitura – aqui aceita e tomada como referência – falar em sociedade moderna é rigorosamente falar em moderna sociedade capitalista.



Em Brasília, Mané Garrincha desabado – Elza Fiúza/Abr

dizer que tenham sumido da pauta e menos ainda da vida real/concreta. O desenvolvimento tornou-se nestas duas décadas quase uma não questão, justificada pelo amplo consenso que se formou em torno de uma forma *específica* de desenvolvimento.

As formas de resistência a essa “paz dos cemitérios”, seja nas cidades lutando contra despejos da Copa, e o Museu do Amanhã, que para ser construído destrói o presente e o passado de milhares de pessoas, seja no Xingu, resistindo à construção da usina de Belo Monte, têm por tarefa desnaturalizar o imenso e perverso consenso em torno de um futuro único. Desnaturalizar esse processo é afirmar que não há só um modo de viver, de conceber a vida e o futuro. É colocar em debate nosso presente, é perguntar: desenvolvimento para quem?

Referências bibliográficas

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. **Cidade do Pensamento Único** – Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista** – O Ornitórrinco. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

_____. O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção? In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 1, 2003.

_____. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

_____. **Totalitarismo e Exclusão**: A Formação de um Espaço Anti-Público. Texto base para conferência no Simpósio Internacional “Espaços Públicos e Exclusão Social: práticas urbanas”, FAUUSP, São Paulo, nov.98. (mimeo)

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RIZEK, Cibele S. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 161-165, 2003.

_____. Os sentidos da cidade na sociologia brasileira: da civilidade ao seu avesso. In: **Trabalho, Cidade e Direitos**: Um percurso de investigação. (Tese de Livre docência) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.



Protestos dizem não à Usina Hidrelétrica de Belo Monte – Wikson Dias/ABr

As grandes obras de infraestrutura e a questão do desenvolvimento na Amazônia

Guilherme Carvalho¹



¹Doutorando do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – NAEA/UFPA e educador da FASE Amazônia.

Um novo ciclo de grandes projetos na Amazônia?

Em realidade, não estamos diante de uma retomada dos grandes projetos como se algo fora reativado por conta de determinadas circunstâncias, e sim da reafirmação de uma tendência histórica que se tornou hegemônica. Desde o período colonial, a Amazônia foi compreendida como uma parte do território brasileiro que deve atender a interesses exógenos a ela. As políticas de Estado foram elaboradas – fundamentalmente de fora para dentro – e executadas a partir dessa premissa. Como certa vez afirmou Raul Seixas, numa de suas composições, a Amazônia “é o jardim do quintal”. Um quintal para os segmentos e as temporalidades hegemônicos.

Ciclo nos remete à ideia de repetição, mesmo que esta ocorra de forma qualitativamente diferente. Será? Pensemos de outra maneira. Passado, presente e futuro encontram-se profundamente imbricados. Elementos do passado sobrevivem no presente incidindo pesadamente na definição do que poderá ser o futuro da região. As concepções de domínio do homem sobre a natureza e de separação entre sociedade e natureza, eixos basilares do capitalismo em seus primórdios, não continuam a reger as perspectivas do capital globalizado, do Estado brasileiro e de inúmeros setores sobre essa região? Agregue-se ainda

a ideia de predomínio da razão sobre o “pensamento vulgar” e da ciência sobre o “conhecimento popular” – ou sobre o senso comum. Ambos estruturadores da ideologia burguesa que se tornou dominante. Essas não são as ideias-forças legitimadoras da completa entrega da Amazônia às “forças do mercado”, da negação dos direitos das populações tradicionais e da suposta incapacidade destas de construir alternativas completamente distintas do padrão global?

Progresso e desenvolvimento são mais do que palavras. Projetos políticos, visões de mundo, ideologias, modelos a serem seguidos, e perseguidos, por todos os países indistintamente. Mesmo que a escada utilizada pelos países chamados desenvolvidos para atingirem o atual patamar de produção e consumo seja retirada, chutada², para impedir que outros sigam os mesmos caminhos e passem a ser concorrentes indesejados.



² “(...) Em outras palavras o que este livro pergunta é: como os países ricos enriqueceram de fato? (...) A resposta mais sucinta é que eles não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e as instituições que agora recomendam às nações em desenvolvimento”. Ha-Joon CHANG. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica, trad. Luis Antonio oliveira de Araújo. São Paulo: Ed. UNESP, 2004, p. 03.

A ideia de *progresso* foi fundamental para impulsionar a expansão europeia pelo mundo, bem como para justificar todas as atrocidades cometidas em nome da civilização e de Deus. Mais recentemente, foi um dos termos empregados pela ditadura militar no Brasil para perseguir seus adversários. Já o *desenvolvimento* serviu para os Estados Unidos e o “Ocidente cristão” como anteparo às “manobras diabólicas” do comunismo, principalmente a partir da II Guerra Mundial. E não são essas as palavras mais proferidas pelo bloco de poder a frente do Estado brasileiro para combater quaisquer questionamentos à construção de Belo Monte, das cinco hidrelétricas nos rios Teles Pires-Tapajós e das usinas no Madeira?

A palavra desenvolvimento trás grudada em si, como uma sombra, a perspectiva econômica, ou do crescimento econômico. Nós que nos contrapomos ao atual modelo hegemônico ainda tentamos juntar a ela outras expressões, como sustentável ou democrático. Contudo, para nossa desgraça, tais palavras também foram capturadas pelo *establishment* e em muitos momentos servem para justificar o injustificável: a degradação ambiental, a miséria, as injustiças.

É para assegurar o crescimento econômico que se implementa a flexibilização da legislação ambiental, a quase doação de recursos públicos a grandes conglomerados empresariais do Brasil e do exterior, para executarem as obras previstas pelo PAC e pela iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA); a adoção de práticas ilegais – como a não observância das consultas às populações indígenas e a criação de mecanismos ao arpejo da lei como a Licença Provisória –; a criminalização dos movimentos sociais e de ONGs, etc. Tudo para incorporar a Amazônia ao mercado globalizado, explorando seus recursos e suas populações. Esse é o “desenvolvimento” que nos é proposto.

O sentido das disputas

A Amazônia é palco de intensas disputas por territórios. Diferentemente do que ocorria num passado recente onde os conflitos se concentravam numa faixa que se convencionou denominar *arco do desmatamento*, hoje estes se encontram disseminados na região. As contendas envolvem diferentes atores sociais do Brasil, bem como do exterior e é marcada pela profunda assimetria de poder entre esses atores. Grosso modo, podemos afirmar que de um lado estão grandes grupos empresariais nacionais e transnacionais³; Confederações e Federações⁴; bancos públicos e privados⁵; instituições financeiras multilaterais⁶; conglomerados da comunicação⁷; parcela expressiva do Judiciário; imobiliárias; a quase totalidade dos

partidos políticos com representação nos três níveis do Legislativo; governos e sua tecnoburocracia; fundos de pensão⁸ e parcela das ONGs e dos movimentos sociais. De outro lado estão indígenas; ribeirinhos; extrativistas; quebradeiras de coco babaçu; remanescentes de quilombos; pescadores/as; agricultores/as; representantes dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais, mídia comunitária; novas mídias (blogs, sites e outros); parcela dos movimentos sociais, ONGs e dos partidos políticos. *Tais disputas têm como foco central determinar quem afinal deterá o acesso, uso e o controle dos territórios e dos recursos naturais neles disponíveis.*

A primeira conclusão a que podemos chegar é que as grandes obras de infraestrutura visam fundamentalmente *garantir o controle de parcela crescente dos territórios amazônicos por parte dos grandes grupos econômicos inseridos no mercado globalizado*, como mineradoras, siderúrgicas, madeireiras, agronegócio



Banho no Xingu – direito a negar? - Daniel Zanini/CC



³ Votorantin, Suez, Camargo Corrêa, Odebrecht, Cargil, Maggi, Andrade Gutierrez.

⁴ Confederação Nacional da indústria (CNI) e suas federações estaduais, ABIMAQ.

⁵ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Itaú, Santander, Bradesco, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (CEF) e bancos de fomento e de apoio às exportações de diferentes países.

⁶ Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento, entre outros.

⁷ Abril, Grupo Folha, Globo, RBS, Band e outros.

⁸ Fundos de trabalhadores/as da CEF, Banco do Brasil, Previdência, Petrobrás, Vale e outros.

(pecuária, monoculturas, celulose etc.) e empresas de energia. Estes, devidamente articulados a outros segmentos, estão engajados no processo de construção do arcabouço jurídico-institucional da *financeirização da natureza*, a propalada economia “verde”.

A segunda conclusão está relacionada ao fato de que *o atendimento das demandas das populações amazônicas ocorre – isto quando ocorre – na maioria das vezes como “efeito colateral ou marginal” do atendimento das demandas de mercados externos à região.* O agricultor pode até utilizar a rodovia Cuiabá-Santarém que está sendo asfaltada para vender seus produtos nas feiras de Santarém (PA), mas a obra é executada visando prioritariamente a exportação da soja de Mato Grosso pelo porto da Cargil, assim como a exportação da madeira e do gado por outros portos da região. Da mesma forma que a intenção de construir uma ferrovia paralela àquela rodovia com financiamento chinês, e de um mega-porto em Miritituba – no município de Itaituba (PA) – não visam a comercialização do feijão, da abóbora ou da mandioca produzida pela agricultura familiar.

O caso das hidrelétricas como exemplo

Para defender a expansão das barragens na Amazônia é preciso evitar os perigos do debate sobre o modelo. Qual a saída? Louvar os “potenciais” amazônicos. Entretanto, o Brasil tem uma perda assustadora na distribuição da energia produzida. Alguns especialistas falam em 15%. Um verdadeiro absurdo, pois no Japão essas perdas giram em torno de 1%. Portanto, se tivéssemos um sistema eficiente de distribuição teríamos mais energia do que nos será fornecida pelas hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, no rio Madeira, estado de Rondônia, e de Belo Monte, no rio Xingu, estado do Pará, juntas. Agregue-se a isso o fato de o Brasil não possuir um programa sério de educação energética. Além disso, o uso de materiais mais eficientes, a repotenciação de usinas antigas, a expansão do uso de energias renováveis, entre outras iniciativas, nos forneceria energia suficiente para os próximos anos. Contudo, é mais fácil – e, para alguns, mais lucrativo – defender a construção de barragens.

Energia produzida por hidrelétrica não é “limpa” como alguns teimam em afirmar. Hidrelétricas produzem gás metano em grande quantidade, cujo potencial de desestruturação da camada de ozônio é bem maior do que o do carbônico. Por que querem que acreditemos no mito da “energia limpa”? As grandes empresas do setor estão interessadas em entrar de “sola” no futuro, e muito lucrativo, *mercado de carbono*. É a *financeirização da natureza* em pleno andamento. Evidentemente que tais interesses serão prejudicados se ficar comprovado

que as hidrelétricas não produzem energia limpa. Só para lembrar: o consórcio que está construindo Jirau (Suez Energy, Camargo Correa, Chesf e Eletrosul) já disse que pretende atuar nesse mercado vendendo crédito de carbono.

As hidrelétricas estão profundamente associadas aos interesses de grandes grupos econômicos, do Brasil e do exterior, engajados na incorporação de vastas extensões dos territórios amazônicos para a instalação de empreendimentos voltados ao atendimento das demandas do mercado internacional: agronegócio, mineração, madeireiras, siderúrgicas e outras. Veja o que está acontecendo em Rondônia aonde a construção das duas hidrelétricas veio acompanhada por um processo brutal de concentração de terras. Somente o anúncio de Belo Monte motivou o aumento do desmatamento na região. No Estado do Tocantins, a concentração de terras nas margens dos rios é uma realidade. Então, não há qualquer fundamento para o pensamento de que as hidrelétricas podem conviver sem maiores impactos com os ecossistemas, pois elas são construídas para dar suporte à expansão acelerada do grande capital na Amazônia.

Além de produzir energia, as hidrelétricas na Amazônia têm como objetivo estratégico a transformação dos principais rios da região em hidrovias capazes de receber navios de grande calão, utilizados no transporte de mercadorias para os mercados asiáticos (China, em particular), europeu, e outros. É isto que está sendo planejado e/ou executado nos rios Madeira, Tapajós, Xingu, Teles Pires, Araguaia, Tocantins e outros. O indicador área alagada/habitante, utilizado pelos defensores da expansão das hidrelétricas na Amazônia, simplesmente exclui – propositalmente? – o fato de a floresta desaparecer não somente pela formação dos reservatórios, mas pela dinâmica que se instala na região com esse tipo de empreendimento.

O modelo energético brasileiro é fundado na premissa de que é necessário ofertar mais e mais energia a qualquer custo. Todavia, não é possível estabelecer relação mecânica entre crescimento econômico e aumento da oferta de energia. Estudos sérios realizados em outros países mostram que é perfeitamente possível conciliar o crescimento da economia com maior eficiência no uso da energia.

Por outro lado, os grupos econômicos envolvidos na construção de barragens são os maiores financiadores das campanhas eleitorais de quase a totalidade dos partidos políticos no Brasil. Por isso a CPI das Empreiteiras – ou melhor, dos corruptores – jamais saiu do papel. Portanto, à elite incrustada no comando do Estado brasileiro interessa que o mito *crescimentista* da



Construção de Jirau faz desaparecer a Cachoeira do Teotônio e a comunidade ribeirinha próxima - Wilson Dias/ABr

oferta de energia para garantir o futuro do país não encontre qualquer objeção. Ou seja, fica claro que a questão da oferta de energia é um problema político-ideológico mais do que técnico/tecnológico.

Já o instrumento Estudo de Impacto Ambiental (EIA) não tem qualquer serventia por conta da forma como é elaborado. Nenhuma empresa interessada em construir barragens irá produzir um estudo que vá de encontro aos seus interesses econômicos. Ou seja, qualquer obra já está aprovada de antemão. O EIA se converteu numa peça de ficção e mesmo assim se levantam obstáculos para que as populações afetadas possam participar. Além disso, ele abarca tão somente as áreas imediatamente próximas das obras. Não obstante, uma obra num grande rio afeta toda a bacia onde a mesma se localiza. Eu que moro em Belém, aproximadamente 3.000 km de distância de Santo Antonio e Jirau, serei impactado, pois os peixes que fazem parte da dieta alimentar dos paraenses desovam nas cabeceiras do Madeira, próximas a Bolívia. O erguimento das barragens impactará, por conseguinte, as populações ribeirinhas e mesmo os habitantes da Região Metropolitana de Belém de modo irreversível.

A execução desse tipo de obra caminha lado a lado com a expansão da violência. Lembremo-nos da revolta dos operários em Jirau e em várias obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) espalhadas pelo país. Isto que ocorreu não é algo contingencial, mas parte constitutiva desse processo de apropriação de territórios amazônicos por grandes grupos econômicos. Não é à toa o fato de a Amazônia concentrar a maioria dos casos de uso de trabalho escravo por parte de empresas siderúrgicas, do agronegócio e mesmo de consórcios responsáveis pela execução de obras de infraestrutura como as hidrelétricas.

O debate sobre a produção de energia na Amazônia não pode, sob qualquer hipótese, estar restrito ao potencial da região. Como disse anteriormente, a questão é de ordem política e não simplesmente técnica. Daí termos que responder: a) que modelo de desenvolvimento queremos para o nosso país? b) esse modelo fundado na exploração intensiva dos recursos naturais (reprimarização da economia) é sustentável, justo e democrático?



Crianças se divertem nas águas ameaçadas do Rio Xingu - Verena Glass/Xingu Vivo para Sempre

Democratizar processos de avaliação ambiental e planejamento territorial para garantir sustentabilidade

Julianna Malerba¹

¹ Julianna Malerba é mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ. É membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Atualmente coordena o Núcleo Justiça Ambiental e Direitos da FASE.

Nos últimos anos, notadamente depois do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC em 2007, temos assistido a um processo permanente de enfraquecimento dos dispositivos de regulação ambiental sob a justificativa de que representam “entraves para o desenvolvimento” do país. Isso fica evidente quando se analisa as recentes iniciativas de modificação dos procedimentos de licenciamento e proteção ambiental em estudo, já aprovadas, ou em fase final de aprovação no âmbito do Executivo e do Congresso Nacional.

No que tange ao licenciamento ambiental, um exemplo é a aprovação pelo Congresso do Projeto de Lei Complementar 12/03 que define as competências da União, estados e municípios na área de proteção do meio ambiente e licenciamento ambiental. O projeto também institui exclusividade de competência para autuação ao órgão licenciador do empreendimento. Dada a fragilidade dos órgãos de controle ambiental nos estados – muito mais suscetíveis a pressões políticas locais –, a gravidade da possível aprovação desse PLC pelos senadores é tão grande quanto a possível aprovação do polêmico PL do Novo Código Florestal, também em debate na Casa². Ambos concorrem para fragilizar as ações de fiscalização e criminalização do desmatamento, dificultando, por exemplo, o alcance da meta do governo federal de reduzir em 80% o desmatamento da região amazônica, como anunciado no lançamento do Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Uma segunda evidência do enfraquecimento dos dispositivos regulares é a proposta, em debate no Executivo, de reestruturação do IBAMA, que deixaria de ser uma autarquia para tornar-se uma agência reguladora. Ao propor maior autonomia ao órgão, cortando sua relação estrutural com o Ministério de Meio Ambiente, o governo espera agilizar a concessão de licenças ambientais e obter mais celeridade na aprovação dos projetos do PAC, muitos dos quais atrasados por falta de anuência do IBAMA³.

Para os setores do Congresso que conseguiram aprovar o PLC 12/03 com o parágrafo que retira do IBAMA a competência para aplicar autos de infração quando o órgão licenciador for o estado ou o município, trata-se de tornar o processo de licenciamento “menos burocrático, conferindo a ele maior segurança jurídica e transparência, a fim de reduzir as incertezas dos investidores”. Essa é a avaliação da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), que participou ativamente das negociações que envolveram a aprovação do Projeto nas comissões da Câmara e no Plenário⁴.

Embora o Ministério do Meio Ambiente (MMA) tenha se posicionado sempre – ainda que, algumas vezes, de maneira minoritária dentro do governo – contra o constante ataque que a legislação ambiental vem sofrendo no Legislativo, a proposta de transformação do IBAMA em agência reguladora⁵ guarda relação com a proposta do PLC 12/03. Isso no que se refere a uma leitura, cada vez mais hegemônica no governo e na sociedade, de que é preciso garantir “segurança jurídica” aos empreendimentos. Não por acaso, em um estudo do Banco Mundial que analisa o ambiente de financiamento no país, o licenciamento ambiental foi apontado como fonte de incertezas para atração de investimentos⁶.

Nesse cenário, ganha força a ideia de que os critérios que orientam o licenciamento carecem de “racionalidade” e “objetividade”⁷. Assim, uma série de ações visando “destravar” o licenciamento passam a ser executadas, orientadas muito mais por um certo “pragmatismo da ação eficaz” que pelo fortalecimento dos dispositivos democráticos. Inscreve-se nessa lógica, por exemplo, a aprovação de um financiamento de 34,7 milhões de dólares para o Programa Nacional de Meio Ambiente – sendo 24,3 milhões de dólares provenientes do Banco Mundial – visando a automatização e integração dos sistemas de licenciamento ambiental em nível federal, estadual e municipal. No mesmo sentido, foram estabelecidas Portarias pelo Ministério do



² Dentre os pontos mais polêmicos do texto aprovado na Câmara do novo Código Florestal (PL 1876/99) destacam-se a anistia dada aos proprietários rurais aos atos ilegais de desmatamento praticados sem que tenham que corrigir o ato ilegal praticado (beneficiando, portanto, quem desmatou em detrimento de quem cumpriu a lei) e a proposta de diminuição da dimensão das áreas que devem ser mantidas com vegetação nativa. Para mais detalhes sobre o conteúdo do PL1876/99, cf. João Paulo CAPOBIANCO. O código (florestal) do atraso. In: **Le Monde Diplomatique.**, n. 46, mai./2011. <http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=926>.

³ Cf. Dilma vai esvaziar o Ibama para agilizar licenciamentos. **Diário do Nordeste**, 21/06/2011. <http://diariodooeste.com.br/dilma-vai-esvaziar-o-ibama-para-agilizar-licenciamentos.9719/>

⁴ Cf. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. Mais agilidade e eficácia para o licenciamento e Projeto que define as competências para o licenciamento ambiental é aprovado na Câmara dos Deputados, 17/12/2009. <http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081272B58C0012730BE4EC87D>

7A.htm

⁵ Na pauta do executivo desde 2006, voltando ao debate em 2011.

⁶ Cf. Licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos no Brasil: uma contribuição para o debate (em três volumes), v. I: Relatório síntese. Brasília. Escritório do Banco Mundial no Brasil, 28 de março de 2008. Apud. Cecília Campelo DE AMARAL MELLO. **Relatório do piloto de avaliação de Equidade realizado em Altamira (PA)**. (mimeo)

⁷ Cf. Nova regra ambiental sai em setembro. In: **Valor Econômico**. 23/07/2011

Meio Ambiente que visam acelerar o licenciamento ambiental, reduzindo pela metade os prazos para a concessão das licenças⁸.

Quanto ao necessário aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos de regulação e proteção ambiental, na prática, o resultado tem sido um aumento progressivo no número de concessões, incluindo empreendimentos polêmicos e de grande impacto. É o caso das hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, em Rondônia, de Belo Monte⁹, no Pará e a Usina Nuclear Angra 3, no Rio de Janeiro. Embora afirme que o aumento na liberação das licenças não representa maior permissividade nos processos de avaliação do impacto dos empreendimentos, algumas das respostas encontradas pelo IBAMA para conseguir aprovar as licenças têm sido criar conceitos inexistentes na lei, como condicionantes “em cumprimento” ou “parcialmente atendidas” adotadas durante o processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte. É o que também acontece com a alteração dos instrumentos de proteção que garantem o cumprimento de sua missão. Um exemplo disso é a proposta em discussão no órgão que reduz sete unidades de conservação no vale dos rios Tapajós e Jamanxim no Pará, uma das áreas mais preservadas e mais biodiversas da Floresta Amazônica, para permitir a construção de outras seis hidrelétricas¹⁰.

Do ponto de vista político, o discurso modernizador, que une – ao menos no plano discursivo – problemas relacionados e liberação das licenças a limites de natureza gerencial, que podem ser resolvidos com a “melhoria do marco regulatório”¹¹, tende a esvaziar o debate político na sociedade. Isso porque tira o foco dos conflitos ambientais que emergem a partir da decisão de implementar um determinado empreendimento, e que revelariam os múltiplos sentidos – muitos deles contra hegemônicos – que os recursos têm para os grupos sociais. Considerados seriamente, os diferentes significados e lógicas de uso dados ao meio ambiente,



Não faltam protestos - Agustín Kammerath

tantas vezes tornados invisíveis no processo de licenciamento ambiental, ofereceriam insumos para que a sociedade pudesse, permanentemente, discutir as razões pelas quais se apropria dos recursos naturais. Também seria possível discutir em que medida esses processos de apropriação garantem a continuidade das relações sociais que fundam os distintos usos dados a tais recursos.

Nesses termos, um processo de licenciamento considerado como momento de planejamento territorial democrático deveria dar visibilidade à perspectiva dos grupos diretamente afetados pelo empreendimento proposto, promovendo uma discussão com a sociedade focada no produto – a energia, no caso, por exemplo, de uma grande hidrelétrica – antes de reafirmar a necessidade da obra. Isso evidenciaria as possíveis perdas das bases sociais e ambientais que garantem a manutenção dos meios de vida, trabalho e reprodução social de inúmeros cidadãos que vivem em regiões distantes dos centros de poder. Além disso, essa perspectiva permitiria ao Estado e à sociedade reconhecer realmente a existência de uma desigualdade no acesso aos recursos naturais e na proteção aos riscos ambientais e, assim, formular diretrizes e políticas para corrigi-las, garantindo igual proteção ambiental a todos os grupos sociais.

Esse reconhecimento público e o compromisso político com a proteção equânime deslegitimaria a ideia, que infelizmente tem ganhado aceitação por parte da sociedade, de que “quinze ou vinte milhões de pessoas não podem impedir o progresso de 185 milhões de brasileiros”, conforme afirmou, em 2009, um dos diretores da Eletrobrás¹². Porque admitir tal ideia, nesse caso, implicaria na inaceitável premissa de que o acesso aos direitos de alguns grupos pode ser flexibilizado em detrimento do suposto benefício do conjunto da



⁸ Cf. Portarias MMA n. 204, 205 e 206 de 17 de julho de 2008.

⁹ Para conceder a licença de instalação da UHE Belo Monte, o IBAMA havia definido que o consórcio responsável pela execução da obra deveria cumprir uma série de condicionantes. Entretanto, como parte dessas condicionantes não havia sido cumprida, o IBAMA adotou conceitos não existentes na legislação para conceder a licença. Foi o caso das obras de saneamento nas regiões onde ficarão os canteiros da obra que deveriam estar prontas para a concessão da licença, mas que sequer foram iniciadas. Ao invés de considerar que a condicionante não havia sido atendida, a mera apresentação de um projeto para concluí-la em março de 2012 fez com que a mesma fosse considerada como condicionante “em cumprimento”.

¹⁰ Por usinas, governo vai reduzir áreas de proteção na Amazônia. In: Folha de SP, 07/06/2011.

¹¹ Cf. Ivan Dutra FARIA. Ambiente e energia: crença e ciência no licenciamento ambiental. Parte III: sobre alguns problemas que dificultam o licenciamento ambiental no Brasil, jun./2011.

¹² Cf. http://xingu-vivo.blogspot.com/2010_01_01_archive.html

sociedade. Além de contribuir para o esgarçamento dos laços que unem a sociedade, o argumento, muitas vezes esvaziado de sentido real, sentencia a morte da política ao impossibilitar uma discussão efetiva sobre a necessidade manifesta por detrás de uma obra.

Se o objetivo é gerar energia, deve-se, então, se estabelecer um debate sobre o destino, o tipo de energia e quais as formas socioambientais seguras de obtê-la. Garantindo a participação dos que seriam potencialmente atingidos tanto na definição da necessidade do empreendimento, quanto na concepção de alternativas técnicas. Além disso, ao se tornar objeto de um debate democrático, os modos de vida das populações diretamente afetadas pelos empreendimentos mostrariam saídas que escapam a mercantilização do território e ao uso insustentável dos recursos que estabelece hoje o modo de vida que experimentamos nas grandes cidades.

Por Justiça Ambiental, novos elementos para avaliação

Mas o que aconteceria se fosse realmente incorporada como critério nos processos de tomada de decisão política a equidade ambiental? Isto é, um princípio de justiça que estabelecesse que sobre os grupos vulneráveis não recairia um impacto ou um custo desproporcional decorrente da implementação de um empreendimento.

Acreditando que a resposta a essa pergunta lance luz a construção de novos e possíveis caminhos para o estabelecimento de outro modelo de desenvolvimento, foi que concebemos o *Projeto de Avaliação de Equidade Ambiental (AEA)*, através de uma parceria com o Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Proposto como um instrumento que contribua para a democratização dos procedimentos de avaliação dos impactos de projetos de desenvolvimento, o projeto contou, em uma primeira etapa, com a análise de processos de licenciamento através de cinco estudos de caso: os projetos das hidrelétricas de Belo Monte (PA), de Santo Antônio e Jirau (RO), bem como de Murta e Irapé (MG), de carcinicultura (BA) e de monocultivos de eucalipto (ES e BA).

Os cinco estudos buscaram analisar os procedimentos que compõem atualmente o processo de aprovação das licenças ambientais. Em todos eles, foram evidenciados aspectos normalmente negligenciados nas avaliações ambientais de cunho tecnicista. Essas avaliações tendem a ignorar ou a subdimensionar a perspectiva dos grupos diretamente afetados no que tange suas relações

socioculturais e produtivas com o meio ambiente e o território. Também foram apontados limites com relação ao estabelecimento de um debate público e democrático que não deveria prescindir de um processo de avaliação sobre a viabilidade socioterritorial de um empreendimento. Em todos os casos estudados, a informação sobre a implementação do projeto chegou à população desprovida de debate público prévio, como algo inelutável, resistir a ele significa ir contra a geração de emprego e desenvolvimento. A participação pública esteve limitada ao mínimo obrigatório por lei, ou seja, aos espaços das audiências de caráter consultivo. A socialização dos estudos e avaliações de impacto foram apresentados em compêndios redigidos em linguagem técnica e pouco acessível aos grupos atingidos, as críticas, de modo geral, foram desqualificadas e quando respondidas o foram por meio de condicionantes supondo que os danos causados são sempre passíveis de reparação¹³.

Vale lembrar que não se trata de tornar a AEA um mero instrumento técnico que suplantaria outras formas de avaliação ambiental existentes. Assim, em uma segunda etapa, além de propor recomendações e elementos de metodologia¹⁴, que contribuam para tornar o processo de licenciamento um instrumento de planejamento territorial democrático, o projeto busca também contribuir para o fortalecimento da incidência dos movimentos sociais e grupos diretamente atingidos no processo de decisão sobre a implementação de projetos de desenvolvimento.

Para tanto, propõe construir, em parceria com os movimentos e sujeitos coletivos, novas formas de avaliação ambiental e de planejamento territorial que tenham equidade como princípio. E que, por essa razão, incorporem a diversidade sociocultural das distintas formas de apropriação do meio ambiente, incluindo as lógicas e racionalidades próprias dos grupos que vivem nos territórios onde planeja-se implementar um empreendimento ou uma política. Isso porque acreditamos que uma avaliação ambiental que tenha como foco a promoção de equidade deve visibilizar as controvérsias e assumir as tensões sociais e políticas de forma a possibilitar que os grupos sociais sejam envolvidos de maneira participativa, equânime e, portanto, democrática nos processos de decisão que envolvem seus territórios e os rumos do desenvolvimento do país.



¹³Cf. FASE/IPPUR/UFRJ. Relatório Síntese: Projeto de Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento. Rio de Janeiro: FASE, 2011 (no prelo)

¹⁴Op. cit., p. 149.

Sustentabilidade como processo social

Acsehrad, ao discutir o processo atual de resignificação da questão ambiental aponta dois sentidos – “ora contracultural, ora utilitário” – que, desde o princípio, teriam marcado as disputas em torno deste debate. O primeiro, movido por uma razão cultural, estaria relacionado ao questionamento do estilo de vida que define e justifica o padrão dominante de apropriação do mundo material. O segundo, provido de uma razão e sentido utilitário, constituiria o cerne do pensamento hegemônico, que se preocupa em assegurar a continuidade da acumulação capitalista, propondo adequações aos processos de produção e apropriação da natureza que economizem recursos escassos.

Para a razão utilitarista, o meio ambiente é compreendido como algo uno, desprovido de conteúdos socioculturais específicos e diferenciados. É expresso apenas em quantidade e considerado como objeto instrumental da produção e acumulação de riqueza. Em sentido inverso, a discussão movida pela razão cultural compreende o meio ambiente como dotado de sentidos e lógicas múltiplas e como passível de apropriação por sujeitos igualmente diversos.

Se, sob a lógica que move a razão utilitária, não cabe questionamentos sobre os fins, apenas sobre os meios, as formas como a sociedade se apropria dos recursos (mais ou menos degradantes, eficientes, racionais, etc.), uma discussão sobre a questão ambiental movida pela razão cultural compreende um debate sobre as finalidades e razões que justificam tal apropriação. Sob essa perspectiva, é possível evidenciar as desigualdades que perpassam também as disputas pela apropriação do meio ambiente e a desigual proteção aos riscos ambientais, reconhecendo, portanto, a natureza eminentemente política da questão ambiental. Possibilitando ainda articular a dimensão ambiental das práticas e conflitos sociais às questões relacionadas à construção da cultura dos direitos¹⁵.

O compromisso histórico da FASE com os setores excluídos da sociedade e com a superação, através da política, da enorme desigualdade social que marca a história do país, coloca, cada vez mais no centro de sua agenda, o enfrentamento de questões relacionadas à discussão sobre desenvolvimento e sustentabilidade. E o faz sob a perspectiva da razão cultural, expressa nos termos definidos acima pela natureza eminentemente política que ela empresta ao debate. Nesses termos, a sustentabilidade deixa de ser definida *a priori*, de um ponto de vista racionalizador de bens e recursos, para ser concebida como um processo social, de construção coletiva e polissêmica, cara à tradição democrática e ao processo histórico de construção dos direitos.

No momento em que os discursos se “ambientalizam”, em que sob a chancela da proteção ao meio ambiente novos fenômenos são construídos e velhos fenômenos renomeados, disputando o sentido das práticas sociais, fazemos escolhas políticas que atualizam e reafirmam os compromissos históricos da FASE ao longo dos seus 50 anos. O Projeto de Avaliação de Equidade Ambiental se inscreve como estratégia que questiona o imperativo da cooperação consensual, própria dos discursos da modernização ecológica que enfatiza a adaptação à tecnologia, à economia de mercado e à crença na colaboração, bem como no consenso, para esvaziar críticas e tornar invisíveis as desigualdades e a diversidade das práticas sociais, assim como dos sentidos de apropriação do mundo material. O sentido da proposta de AEA, inscrito na história de nossas estratégias, contribui para que diferentes sujeitos políticos com suas práticas socioterritoriais participem e disputem um projeto de sociedade contra hegemônico, sustentável e democrático.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais** – o caso do movimento por justiça ambiental, 2010 (mimeo)

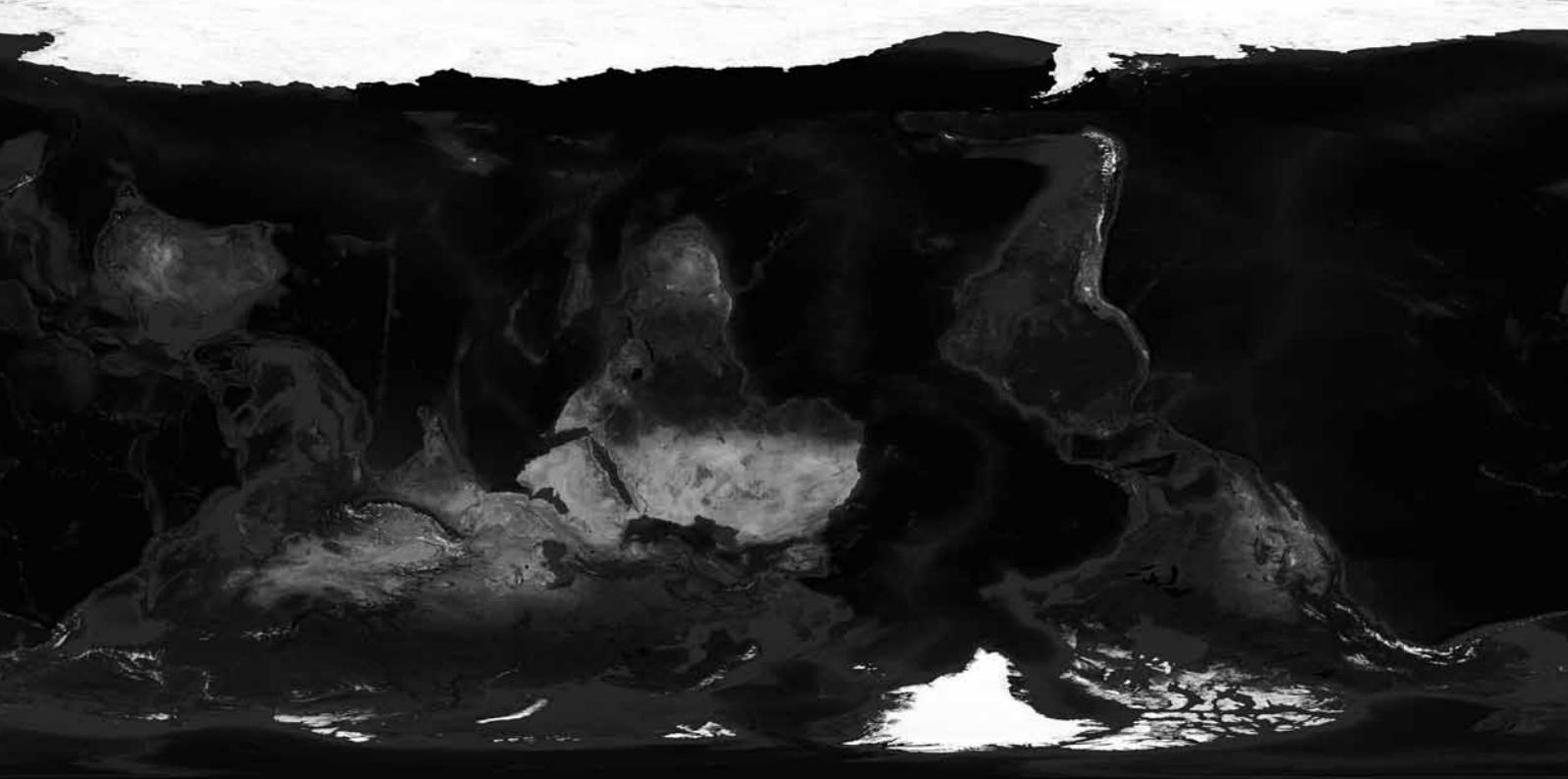
FASE/IPPUR. **Relatório Síntese**: Projeto de Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento. Rio de Janeiro: FASE, 2011 (no prelo)

MALERBA, Julianna. No limite da irresponsabilidade. In: **Brasil de Fato**. 17/06/2011. <http://www.brasildefato.com.br/node/6612>

MELLO, Cecília do A. *Contra as “alternativas infernais”*. Rede Brasil sobre instituições financeiras multilaterais. In: **Contra Corrente**, nov./2009, p.28-30. **Relatório do piloto de avaliação de Equidade realizado em Altamira (PA)**, ago./2011 (mimeo).

FARIA, Ivan Dutra. **Ambiente e energia**: crença e ciência no licenciamento ambiental. Parte III: sobre alguns problemas que dificultam o licenciamento ambiental no Brasil. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, jun./ 2011.(mimeo)

¹⁵Cf. Henri ACSELRAD. *Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental*, 2010 (mimeo), p. 109.



NASA/Creative Commons

Rumo a um novo paradigma na Rio+20¹

Fátima Mello²

¹ Artigo publicado originalmente no site da FASE (www.fase.org.br) em 26 de abril de 2011.

² Fátima Mello é mestre em relações internacionais (IRI-PUC RJ) e membro do Núcleo Justiça Ambiental e Direitos da FASE.

Em junho de 2012 o Rio sediará a conferência Rio+20 em um momento de encruzilhada para a humanidade³. Vinte anos depois, a conferência pretende fazer um balanço dos compromissos estabelecidos na Rio 92, definir parâmetros para a chamada economia verde e debater a arquitetura institucional necessária para o desenvolvimento sustentável. Já é ampla a mobilização global, nacional e local para a Rio+20. Porém corremos o risco de, mais uma vez, assistirmos a uma massiva mobilização social nas ruas e a uma conferência oficial com grandes repercussões na mídia, mas sem conseqüências práticas nem acordos substantivos e vinculantes que possam encaminhar soluções à altura da crise vivida pela humanidade e pelo planeta. Existe o risco de um resultado vazio ou que legitime propostas de “mais do mesmo”: mais falta de vontade política, mais desregulação, mais soluções paliativas para adiar os problemas de fundo. Tem sido assim desde a Rio 92, passando por todo o ciclo de conferências da ONU nos anos 90, e de forma tão clara nas sucessivas Conferências das Partes (COPs), apesar das mobilizações massivas dos movimentos sociais visando sensibilizar a opinião pública e pressionar os governos.

Não é de hoje que os atores hegemônicos são vitoriosos na manutenção dos padrões vigentes de exploração da natureza e do trabalho. Desde 1972, quando o então Clube de Roma apontou os “limites do cres-

cimento”, governos e corporações passaram a acomodar sua busca de lucros e expansão crescentes aquele novo contexto. Em 1987 o Relatório Brundtland lança seu documento “Nosso Futuro Comum”, onde aprofunda a discussão sobre o limite à utilização dos recursos naturais. Tanto o Clube de Roma como o Relatório Brundtland contribuíram para colocar na agenda global o tema dos limites do crescimento e da necessidade de uma administração mais eficaz do modelo, que levasse em conta a finitude e o esgotamento dos recursos naturais, porém sem a necessária ênfase nas disparidades no acesso e apropriação de tais recursos nem nos conflitos e disputas daí decorrentes.

A Rio 92 buscou consolidar aquele novo contexto sob a forma de uma ampla e massiva legitimação da ideia do desenvolvimento sustentável, cujo consenso dominante era o de se buscar uma acomodação do ideário desenvolvimentista aliado a medidas de gerenciamento ambiental. Sendo um conceito em disputa, em nome do desenvolvimento sustentável, governos

³ Conheça a posição da FASE: “Rio +20: Resistir ao ambientalismo de mercado e fortalecer os direitos e a justiça socioambiental” em <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3484>

adotaram compromissos insuficientes, corporações passaram a adotar o marketing verde, organizações e movimentos sociais tiveram níveis distintos de apropriação, deparando-se com visões que incluem desde o desenvolvimentismo liderado pelo Estado até as tentativas de se encaminharem soluções privatistas de administração da crise do modelo em curso. Um dos sintomas desta disputa de sentido e ao mesmo tempo de esvaziamento da proposta de um desenvolvimento sustentável são as negociações sobre mudanças climáticas, onde o mundo assiste a falta de vontade política dos governos de em fazer a transição de seus modelos de produção de altas para baixas emissões de gases do efeito estufa e, ao mesmo tempo, o avanço das propostas de mercado de carbono e outras falsas soluções.

Em meio a esta trajetória de frágeis compromissos, o planeta e a humanidade dão claros sinais da urgência de soluções reais. A Rio+20 pode e deve ser um marco no sentido da construção de uma nova vontade política, do reconhecimento da obsolescência dos arranjos políticos e institucionais vigentes que visam dar sobrevida a um sistema em crise de legitimidade e que está pondo em sério risco a vida no planeta. No entanto é preocupante que dois temas centrais da agenda oficial da Rio+20 – economia verde e arquitetura institucional – corram o risco de serem pautados pelos interesses das corporações e não pelos direitos dos povos.

Economia Verde

No caso da economia verde circulam propostas sobre um *New Green Deal*, sobre como aumentar a riqueza com redução dos riscos ambientais e sobre como impulsionar novas formas de crescimento com eco-eficiência e novas tecnologias, orientando os fluxos de capital a setores de baixo carbono. Sobre como - ao invés de se reduzirem os fluxos financeiros e o comércio global – seria possível levar tais fluxos aos setores verdes abrindo novos nichos de crescimento e de mercados e sobre como fazer melhores condicionalidades ambientais e gerar empregos nos setores verdes, apostando-se em novas formas de crescimento. Sendo o trabalho uma dimensão central da sociedade, é crucial que se faça uma transição justa rumo a uma participação crescente dos empregos verdes no mundo do trabalho; é preciso, porém, que o significado de emprego verde seja prioritariamente relacionado ao trabalho decente, a direitos assegurados e a salários e condições dignas. Seria mais uma falsa solução a aposta na alocação de empregos em setores de baixa emissão de carbono, porém com condições degradantes de trabalho. Além disso, até agora o debate sobre economia verde tem ressaltado a perspectiva de erradicação da pobreza sem colocar ênfase no necessário enfrenta-

mento das desigualdades, do combate a riqueza e a concentração, e da urgência da redistribuição da renda e do acesso a recursos. O mundo precisa menos de produção de riquezas e mais de sua distribuição.

As experiências que emergem de novos sistemas de produção que questionam a lógica da acumulação e o crescimento infinito dos fluxos globais de investimentos e comércio, que propõem o encurtamento de circuitos entre produção e consumo, e que fortalecem os direitos dos grupos sociais e econômicos não-hegemônicos têm sido desconsiderados no debate dominante sobre economia verde. Por que sistemas de produção como a agroecologia, a economia solidária, os sistemas agroflorestais das populações tradicionais em seus territórios, as tecnologias sociais que visam a socialização e apropriação coletiva do conhecimento, contribuindo para a idéia de bens comuns, são desconsiderados por estas teses dominantes, se já comprovaram que são capazes de produzir sem emitir carbono, que fortalecem direitos, que reduzem desigualdades e que alimentam a população sem envenená-la? Por que são colocados à margem se são verdadeiramente sustentáveis política, econômica, social, ambiental e culturalmente?

Porque não se trata de uma questão de comprovação prática e técnica, e sim de uma questão política: estes sistemas e seus atores não são hegemônicos. Sua produção e disseminação ocorrem combinadas com a resistência ao modelo dominante, e o confronto entre estes modelos antagonicos resulta em conflitos inconciliáveis em inúmeros territórios ao redor do mundo. É preciso, portanto, acumular forças na base da sociedade, na política, na opinião pública e nas instituições acadêmicas e científicas para que possamos ver estes novos sistemas de produção e consumo ganharem corações e mentes. Os movimentos globais foram capazes de fazer isso com Seattle, a campanha contra a ALCA e o Fórum Social Mundial, ao disputarem na opinião pública contra o neoliberalismo. Com isso contribuíram decisivamente para a deslegitimação e quebra do pensamento único e para a inauguração de um novo ciclo político na América Latina. O que está em jogo na Rio+20 é se teremos força política para alavancar uma iniciativa com um questionamento mais profundo, sobre as bases fundantes do modelo vigente, e elevar o patamar das experiências destes novos sistemas de produção à altura de uma disputa contra-hegemônica.

Arquitetura Institucional

Outro tema central da Rio+20 - arquitetura institucional – deveria partir do diagnóstico sobre a crise de legitimidade vivida pela sistema internacional e de suas instituições. De um lado está uma ONU sem

poder de implementação de suas resoluções. De outro, com poder de sanção, instituições criadas no pós-Segunda Guerra - como FMI, OMC e Banco Mundial -, que refletem o concerto de poder então vigente, tentam produzir diretrizes para um sistema internacional em clara crise de hegemonia e em transição para múltiplos centros de poder após ter passado por um longo período bipolar e por um brevíssimo momento unipolar expresso pelo “fim da História”. Sem condições políticas de gerir o sistema global através destas instituições com agendas obsoletas e processos decisórios complexos, os governos que concentram poder econômico se organizam em coalizões informais e auto-convocadas como o G20, e através delas emitem resoluções que afetarão os povos do mundo todo.

É crucial, portanto, a luta por uma real democratização do sistema internacional. E isso requer muito mais do que a mera inclusão dos chamados países emergentes no fechado processo decisório. É preciso enfrentar a necessidade de uma nova institucionalidade, que expresse democraticamente os novos interesses, agendas, atores – inclusive os não-Estatais -, conflitos, contradições e correlação de forças do mundo de hoje. É claro que não se trata apenas da governança ambiental, e sim do conjunto dos arranjos institucionais nas áreas financeira, econômica, social e ambiental que devem ser repensadas em conjunto, visando desprivatizar os processos decisórios, afastá-los dos interesses das corporações e aproximá-lo dos interesses e direitos dos povos.

O núcleo do problema

Enquanto do lado dos governos ainda é incerto o peso a ser dado a Rio+20, do lado das organizações e movimentos sociais pretendemos realizar uma iniciativa que seja capaz de convocar amplamente a sociedade a debater e se engajar nas lutas por direitos e justiça socioambiental, pressionando os governos a assumirem amplos compromissos ao invés de delegarem aos mercados e à esfera privada a dianteira da administração de um mundo em crise.

A equação vivida há mais de um século que combina super-exploração da natureza e do trabalho em nome do infinito crescimento econômico e desenvolvimento das forças produtivas nos levou às catástrofes ambientais, climáticas e sociais de hoje. Chegamos a uma clara situação onde as soluções adotadas pelos governos e corporações que visam manter o *status quo* já fracassaram. É hora de olharmos para o núcleo do problema: os padrões vigentes de exploração, acumulação, produção e consumo são incompatíveis com a sobrevivência da vida no planeta. E para enfrentar este núcleo as ideias predominantes – seja pelo viés desenvolvimentista seja pelas soluções na via privatista do *green business* – deixam do lado de fora atores, visões e projetos que hoje resistem, disputam e apresentam alternativas reais ao modelo dominante. Para que possamos enfrentar os desafios à altura de sua gravidade é preciso colocar os direitos e a justiça no centro da agenda, e para tal é preciso apostar na constituição de uma esfera pública, tanto na política como na economia, destinada a garantir os direitos dos povos.



Wikiimages/Creative Commons



Que é isto - uma floresta? Marketing verde e o código de Claudentina como resistência discursiva

Marcelo Calazans¹

Para a memória de Ricardo Carrere

O ano de 2011 foi eleito, pela ONU, o ano internacional das florestas. No horizonte da Rio +20 e das conferências do clima (África do Sul) e da biodiversidade (Índia), as florestas são tema de uma intensa campanha discursiva.

Evidenciando a importância das florestas para a vida do planeta, um conjunto articulado de enunciados de diversos autores, línguas e gêneros, buscam mobilizar a opinião pública internacional, Estados, corporações, organizações e indivíduos para a necessidade e urgência de proteger as florestas. A provisão de água, alimentos, madeira, fármacos etc.; a regulação dos ciclos hidrológicos e climáticos; a decomposição e reprodução da vida – a defesa das florestas, como slogan de campanha, parece um signo perfeito: um significante com significado unívoco, quer dizer, sem polissemia, ambiguidades, dúvidas de interpretação; um sentido universal. Quem poderia ser contra a defesa das florestas? Trata-se de um tipo de



¹ Sociólogo, coordenador da FASE-ES, membro da Rede Alerta contra o Deserto Verde e da Rede Latino Americana contra Monocultivos de Árvores.

campanha discursiva que busca construir um “nós” que é ao mesmo tempo emissor e destinatário da própria campanha. No jargão inglês, uma campanha *win-win*, quer dizer, “vencedor-vencedor”, todos ganham e ninguém perde.

À campanha da FAO e da ONU de defesa das florestas se somam, entre inúmeras outras, as iniciativas do Banco Mundial, *Programa de Proteção das Florestas*; British Petroleum, *Nova Floresta*: Brasil-Escócia; Petrobrás, os *orquidários*; Fibria; Veracel; Suzano; Vale do Rio Doce; Plantar etc. Além da iniciativa das indústrias de celulose e siderurgia verde, o *manejo florestal sustentável*, e de WWF, os *plantios de nova geração*. Formou-se inclusive um grupo internacional chamado *Diálogo Florestal*, reunindo empresas, sociedades científicas e certificadoras, além de organizações ambientalistas, com o objetivo de “identificar agendas comuns entre empresas e ambientalistas, para a promoção de ações efetivas associadas a produção florestal, de modo a ampliar a escala dos esforços de conservação e restauração do meio ambiente”². Entre seus princípios, o Diálogo Florestal afirma a “integração de ativos das organizações ambientalistas e empresas”. O governo federal, através do *Plano Nacional de Florestas*, da política de mudanças climáticas e do *Programa Nacional da Agricultura Familiar* (Pronaf Florestal), além do BNDES, participa desse empenho florestal.

Qualquer busca pela internet explicita a enorme quantidade de links de proteção e promoção das florestas. O que não se explicita, nas primeiras buscas e nos títulos, é o que se entende, e se quer fazer entender, quando se enuncia: “floresta”. Uma pretensa obviedade do conceito, em geral, impede a pergunta: “afinal, o que é isto, uma floresta?”.

Para a FAO, que informa o conceito que rege as conferências internacionais do Clima e da Biodiversidade, as florestas significam:

Terras que se estendem por mais de 0,5 hectares, dotadas de árvores de uma altura superior a 5 metros e uma cobertura de dossel superior a 10%, ou de árvores capazes de alcançar esta altura³.

No Protocolo de Kyoto e nos documentos internacionais sobre clima, seguindo o sentido da FAO, define-se a floresta que deve ser defendida e promovida, por exemplo, nos mecanismos de flexibilização das cotas de redução dos países do Norte, como o MDL (mecanismo de desenvolvimento limpo). Floresta é:

Superfície mínima de terras entre 0,05 e 1 ha, com uma cobertura de copas (ou uma densidade de população equivalente) que excede de 10 a 30% e com árvores que possam alcançar uma altura mínima dentre 2 e 5 metros em sua maturidade *in situ*. Uma

floresta pode consistir em formações florestais densas, onde árvores de diversas alturas e o sub-bosque cobrem uma proporção considerável do terreno, ou ainda uma massa florestal clara. Se consideram florestas também as massas florestais naturais e todas as plantações jovens que ainda não alcançaram uma densidade de copas entre 10 e 30%, ou uma altura de árvores entre 2 e 5 metros, assim como as superfícies que normalmente formam parte da zona florestal mas que carecem temporariamente de população florestal em consequência da intervenção humana, por exemplo da exploração, ou de causas naturais, mas que se espera voltarão a converterem-se em floresta⁴.

Para Dona Claudentina, quilombola sexagenária da comunidade de Angelim, no Sapê do Norte do Espírito Santo, floresta é: “um lugar onde a gente ia colher frutos e sementes, cipós, madeira, plantas, raízes; caçar, pescar. Era também um lugar de fé”.

Claudentina fala “floresta” desde sua experiência com a Mata Atlântica capixaba, em um tempo passado, pois, a partir dos 20 anos de idade, viu sua floresta derrubada e substituída pelo manejo florestal da Aracruz-Fibria e da Bahia-Sul Suzano.

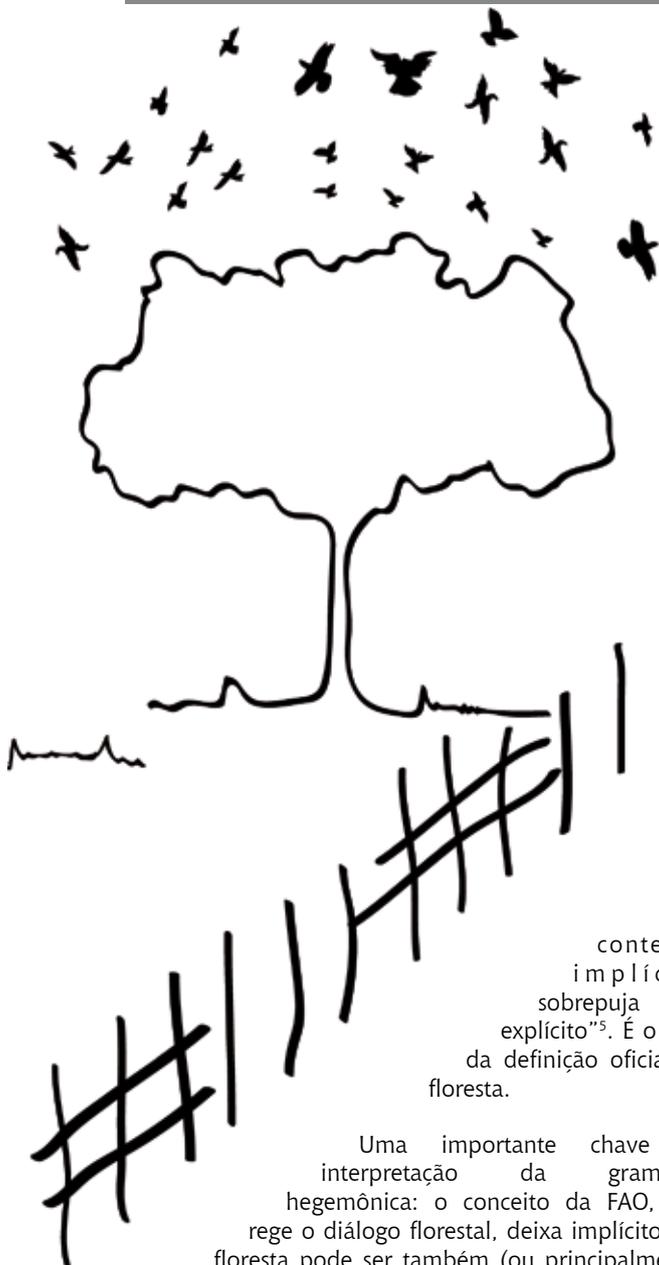
Comparadas à tese de Claudentina, as definições oficiais são claramente insuficientes e formais, quer dizer, não predicam do sujeito “floresta” nenhum conteúdo substantivo. São definições matemáticas, provenientes da engenharia florestal, que enquadram o termo floresta como uma “extensão de terra”, uma “superfície de área”, com determinadas características, também quantitativas, de árvores em diferentes estágios de crescimento. Que espécies de árvores são essas? A que usos estão associadas? A quem pertence a área? Há conflito ou ameaça? Também, no discurso oficial, não há nenhuma referência a outras formas de vida que habitam as florestas: fungos, vegetação não arbórea, animais, povos e ainda o rico universo imaterial da fé de Claudentina. Na fórmula oficial, o diálogo florestal se dá em um código muito específico e limitado, com pouca alternância qualitativa de sujeitos falantes, embora se pretenda um “diálogo” e universalidade.

Na análise de discurso (Kerbrat-Orecchioni, Barthes, Maingueneau), a maior parte dos enunciados tem, além de seu conteúdo explícito, um ou vários conteúdos implícitos, “que vêm se enxertar no precedente, e podem mesmo substituí-lo em seu favor, em caso de tropo implicativo, isto é, quando, no contexto, o

² Cf. DIÁLOGO FLORESTAL. www.dialogoflorestal.org.br.

³ FAO. *Evaluación de los recursos forestales mundiales 2010*. Anexo 2. Términos y definiciones utilizados em FRA 2010.

⁴ Decisão 11/CP-7. Anexo 1 (a) adotada em Marrakech.



conteúdo implícito sobrepuja o explícito⁵. É o caso da definição oficial de floresta.

Uma importante chave de interpretação da gramática hegemônica: o conceito da FAO, que rege o diálogo florestal, deixa implícito que floresta pode ser também (ou principalmente) interpretada e co-enunciada como: plantação química, de apenas uma espécie de árvore, de rápido crescimento e em larga escala. Na definição oficial de floresta subjaz esse sentido, como *tropos* implicativo, drenando para as plantações industriais e compensatórias grande parte dos investimentos financeiros, das políticas públicas e privadas, da pesquisa científica.

Não teria o menor apelo simbólico uma campanha de proteção às monoculturas industriais e transgênicas de eucalipto, por exemplo. Também não teria forte apelo uma campanha de plantio, mesmo que de espécies nativas, se associada explicitamente a compensações por derramamentos de petróleo ou contaminação genética ou nuclear. Se no imaginário *mass-mediano* da sociedade civil a proteção da floresta soa como atividade



voluntária, de defesa das matas e povos nativos, lugar de diversidade, de ciclos longos, sem agroquímicos, para usos comunitários locais e para o bem comum da sociedade civil. Na semiologia das corporações, floresta é depósito calculável de fibra, carbono e recursos naturais, ou espaço compensatório de um modelo de desenvolvimento insustentável e em expansão. O discurso implícito evita o choque semântico, encobre as condições sociais e ambientais de emergência dos discursos, e conduz o sentido do diálogo florestal através de uma gramática de poder, ancorada no léxico disciplinar das ciências florestais, e das corporações econômicas inseridas no agronegócio das árvores.

A aparente universalidade de sentido esconde uma acirrada disputa discursiva entorno do conceito de floresta. Não se trata de uma disputa apenas no mundo das ideias e das palavras, mas que define o sentido das políticas e o destino dos próprios territórios e povos florestais.

No Brasil, enquanto a forte bancada do agronegócio desmonta o código florestal no parlamento, as políticas têm por núcleo central a expansão da “base florestal” de eucalipto e pinus dos atuais 6,5 milhões para 12 milhões de hectares, fundamentalmente para abastecer as plantas celulósicas e siderúrgicas, instaladas no Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, e planejadas para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Rio de Janeiro, Pará. O pretexto é múltiplo: “recuperar áreas degradadas”, na Bahia, “neutralizar o Carbono dos “mega-eventos” no RJ, “evitar o apagão florestal”, em SP, “criar um pólo florestal” no MA e PA”, “mecanismo de desenvolvimento limpo”, em MG, “poupança florestal” no RS. O sentido é mais linear: criar as condições simbólicas e sociais, financeiras, ambientais e jurídicas, de promoção dos plantios de eucalipto de rápido crescimento.

⁵ Catherine KERBRAT-ORECCHIONI, 1986.

O Código Florestal, na medida em que interpreta floresta como “bem comum” e busca regular seu uso social e sua proteção, não permite a semântica da expansão ilimitada do agronegócio, da carne, da soja, da cana, do eucalipto. Por isso sua desconstrução discursiva e territorial, tais como nas reservas legais, nas áreas de preservação permanente, nos sistemas agroflorestais. O diálogo florestal impõe seu novo código: economia verde, agrocombustíveis de primeira e segunda geração, agricultura de baixo carbono, biologia sintética, transgenia, agroquímicos.

Na fala de Claudentina, o Código Florestal não é uma letra morta. Ao contrário, permite transmitir para as gerações mais jovens (<40 anos), pós-eucalipto, o sentido da mata ciliar ao longo dos córregos e nascentes, hoje não mais existentes. Permite falar da lagoa do Murici, onde ia pescar em Angelim, totalmente coberta e seca, depois de 40 anos de manejo dos eucaliptos da Aracruz-Fibria. O código permite, enfim, a memória discursiva de um território criminosamente devastado pelo agronegócio. Através dele, Claudentina é testemunha de incalculável dívida social e ambiental do agronegócio com os povos florestais e com a sociedade brasileira. A memória de Claudentina não é apenas retroativa, mas elemento central de um discurso de resistência, que se volta para a reconquista e reconversão territorial. A memória discursiva é também desde onde se podem emergir os discursos projetivos, as hipóteses e enunciados da transição pós-eucalipto, necessária para os quilombolas do século XXI.

Paralisados no desmonte federal do INCRA, e na catatonia estadual do IDAF (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal), os processos de regularização territorial no Sapê do Norte do Espírito Santo pouco avançam e, em alguns casos, retrocedem, como em Angelim, cujo relatório de identificação vai ser refeito pela terceira vez. Quase uma década de Era Lula-Dilma, e a questão territorial dos quilombos no Sapê do Norte passa à margem das pautas dos governos. Apenas uma (Serraria-São Cristóvão), das 32 comunidades teve seu relatório definitivamente publicado em Diário Oficial da União.

No mesmo parlamento de desmonte do Código Florestal, cresce o lobby do agronegócio para a desconstrução do artigo 68 da Constituição Federal, do decreto 4887/2003 e da adesão brasileira à Convenção 169 da OIT. As grandes corporações integradas ao agronegócio buscam desregular a proteção jurídica das comunidades quilombolas, conquistada a partir da Constituição de 1988 – depois de um século da abolição formal (1888), ocorrida 38 anos depois da Lei de Terras (1850).

Claudentina, seus irmãos e irmãs trazem à memória narrativas de/sobre seus antepassados de Angelim, que remonta ao século XVIII, tal como em documento elaborado pela comunidade, em cobrança da dívida ambiental junto à Fibria-Aracruz.

O Barão de Trancoso era dono das terras onde está localizada parte da comunidade de Angelim 1. Ele utilizava escravos emprestados do Barão de Timbuí, que era seu primo e um sesmeiro. Nesta época, as culturas desenvolvidas na comunidade eram café, mandioca e gado. Descendentes do Barão de Trancoso, hoje, compõem o núcleo Guimarães. O canoeiro do fazendeiro, chamado Adão, teve vários filhos, dentre eles o Sr. Bento e o neto Sr. Eugênio, cujos descendentes formam os núcleos Batistas e Silvares. Aqueles que habitavam nas terras do Barão de Timbuí adquiriram o direito de posse das terras. Mas as famílias que habitavam nas terras ocupadas pelo Barão de Trancoso não acessaram o mesmo direito.

Em todo Sapê do Norte, estima-se que viviam algo entre 12 e 15 mil famílias quilombolas, nos anos pré-eucalipto. Dessas, apenas 1.200 resistem em 2011 nas comunidades. De cada 100 famílias, 90 migraram para as periferias urbanas da região. Por outro lado, no mesmo período, os eucaliptais se expandiram por todo o Sapê e a Aracruz-Fibria se tornou a maior produtora de celulose de eucalipto do planeta.

O discurso da resistência quilombola denuncia a falsa universalidade das estratégias *win-win*, como pacto entre vencedores, como grau zero da história e da memória. Seguindo a famosa tese de Rubião – “aos vencedores as batatas”, parece que não houve batatas para todos. O código de Claudentina explícita que nem todos venceram, denuncia a injustiça ambiental, e através de uma arqueologia da memória discursiva, busca ressignificar floresta e território como bem comum. A formação discursiva da resistência busca referências espaciais e temporais para os quilombos do século XXI. Neste sentido, o Sapê do Norte e o próprio termo “quilombola” é também uma construção narrativa da resistência que se projeta para o futuro, contra a historiografia racista oficial.

No código de Claudentina, a reconquista das terras, a reconversão da monocultura para floresta, as oportunidades de fixação dos jovens nos quilombos, a transmissão do saber tradicional da Mata Atlântica, a recuperação das nascentes, córregos e lagoas, trazem o embrião de uma reescrita territorial.

Floresta: substantivo feminino. “Um lugar onde agente irá colher frutos e sementes, cipós, madeira, plantas, raízes; caçar, pescar. Será também um lugar de fé”.

Resistência, afirmação de identidades e inovações em tempos de antigos e novos conflitos no campo

Maria Emília Lisboa Pacheco

*Mestre em Antropologia Social (UFRJ),
assessora do Programa Nacional Direito
à Segurança Alimentar, Agroecologia e
Economia Solidária da FASE.

A história da FASE é marcada pelo engajamento e compromisso junto às camadas populares no campo e na cidade, bem como pelo apoio aos movimentos sociais para a construção da cidadania e democracia na perspectiva da transformação social. Em 1989, na apresentação de um livro sobre a História dos Movimentos Sociais no Campo, dizíamos que “a história não só dá um passado ao campesinato brasileiro, mas aponta, ao fazê-lo emergir como classe, para o seu futuro. Não se pode pensar em construir um projeto de sociedade sem a sua participação”¹.

Nessa afirmação estava contida uma visão que se contrapõe à imagem dos camponeses como vítima passiva. Reafirmamos, hoje, a percepção sobre os camponeses como sujeitos políticos com estratégias de resistência, de produção econômica, de interação com a natureza, de reprodução social com racionalidades próprias e que se renovam através da história.

O campesinato continua na cena política com uma trajetória marcada por avanços e recuos, conquistas e derrotas. Seguem com enorme importância política no cenário dos movimentos sociais, compreendidos, segundo nos diz Touraine, como:

¹ Jean Pierre LEROY; e Maria Emília L. PACHECO, Apresentação. In: Leonilde Sérvolo MEDEIROS. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 9.

Agentes que expressam, em cada momento, as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, de desigualdade, mas expressam também muito mais do que isto, pois expressam o devir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas, para o comando de nova historicidade².

É na leitura dos conflitos, dos processos de reafirmação de sujeitos, e constituição de novos sujeitos políticos no campo que podemos ler as dimensões da questão agrária brasileira, as mudanças ocorridas nas últimas décadas e sua interação com as várias crises contemporâneas.

Historicamente, a expansão do agronegócio brasileiro representa uma grande contradição, sintetizada no “poder do atraso” de que nos fala José de Souza Martins, pois diferentemente do modelo clássico, não houve, no Brasil, uma contradição entre capital e renda fundiária. Ao contrário, uma das peculiaridades da sociedade brasileira é a aliança entre a renda da terra e o capital. Nosso processo histórico “casou em uma figura única” o grande proprietário de terras e o empresário, a renda da terra e o lucro, produtor de desigualdades e exclusão³.

Latifundiários e empresários são designações complementares, não opostas, como também afirma Regina Bruno: “em conjunto, elas instituem uma nova realidade, onde velhas e novas formas de dominação convivem sem maiores escrúpulos: atrás da agroindústria

esconde-se o latifundiário; atrás do banqueiro, organiza-se a associação de criadores; atrás das sociedades anônimas decidem os clãs familiares; atrás do rei da produção flagra-se o pistoleiro. Ou seja, atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o conservador”⁴.

O patronato rural sempre fez da violência o seu principal instrumento de dominação e de construção de sua hegemonia. Uma dessas faces manifesta-se na situação degradante de trabalho humano. Em 2010, os conflitos trabalhistas totalizaram 242, dentre os quais se destacam 204 ocorrências de trabalho escravo, envolvendo 4.163 pessoas⁵.

A proposta de confisco do imóvel no caso de constatação inequívoca do emprego do trabalho escravo, lamentavelmente, foi derrotada na Constituição de



² Ilse SCHERER-WARREN, **Movimentos Sociais**: Um Ensaio de Interpretação Sociológica, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1987, 2ª ed., p. 94.

³ José de Souza MARTINS, **O poder do atraso**. Ensaios de sociologia da história lenta, SP: Hucitec, 1994.

⁴ Regina BRUNO, **Senhores da Terra, Senhores da Guerra** – a Nova face política das elites agroindustriais no Brasil, Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

⁵ Cf. COMISSÃO Pastoral da Terra, **Conflitos no Campo Brasil 2010**, Goiânia: s.ed., 2011, p. 15.

1988. A Emenda Constitucional (PEC) 438/2001, que manteve viva a proposta, e conta com mais de 280 mil assinaturas, encontra-se paralisada, desde 2004, na Câmara Federal. Essa é uma causa que está a requerer maior engajamento dos segmentos da sociedade civil que apostam na radicalização da democracia.

Novos campos de conflito

Está em curso uma nova configuração da questão agrária, ou uma nova conjuntura da questão agrária, que se expressa nas novas formas de conflitualidade em torno da apropriação do território. Ela se relaciona com a conservação da biodiversidade e dos saberes tradicionais. Como nos diz Edna Castro, hoje defrontamos com a urgência de redefinirmos os cânones pelos quais a sociedade ocidental concebeu sua relação com a natureza. A longa história da humanidade é a de transformação da natureza e sua subjugação. O confronto de saberes reafirma-se na contemporaneidade. Há uma negação do saber prático acumulado sobre a complexidade dos ecossistemas e as formas de trabalho realizadas sobre eles, pelas populações tradicionais, muitas vezes consideradas como trabalho improdutivo⁶ (Castro, 2000: 166 e 170).

Em 2010, foram registrados, no país, 853 conflitos por terra, número superior à média anual dos períodos da história recente de 1985 a 2002. De um total de 604 ocorrências nas quais foi possível identificar as categorias sociais que foram vítimas de ações violentas, em 346 estiveram envolvidas populações cujas formas de apropriação e uso da terra, mar, lagos, rios, florestas, mangues e campos podem ser agrupadas como populações tradicionais⁷. Ao mesmo tempo, mantem-se a luta dos sem-terra pela desapropriação de terras para fins de reforma agrária, embora com certo arrefecimento.

Os sistemas tradicionais de acesso e uso comum dos bens da natureza começaram a ser ameaçados pelo processo de incorporação crescente desses territórios pela expansão urbano-industrial e da fronteira agrícola, acentuando nos últimos anos processos de desterritorialização. Não estamos diante conflitos agrários no sentido estrito. São conflitos sociais que têm também uma dimensão cultural, identitária e étnica. A disputa pela afirmação dos direitos territoriais de comunidades e povos tradicionais, e os sentidos de suas lutas de resistência contra a desterritorialização estão na corrente da expansão do agronegócio.

De um lado, um processo avassalador de degradação ambiental com a expansão das monoculturas em nome da produtividade e do mercado exportador, de outro os cânones conservacionistas, ou “o mito da natureza intocada”, de que nos fala Diegues⁸, tem regido a lógica da delimitação de unidades de conservação de proteção integral, como os parques nacionais e reservas biológicas que não admitem a presença humana em seu interior. Ambos expropriam e expulsam comunidades camponesas.



Camponesas da Baixada Cuiabana - FASE MT

O Brasil herdou o modelo de áreas naturais protegidas dos Estados Unidos. Parte da ideologia preservacionista está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza. Novamente aqui se configura um confronto de dois saberes:

O tradicional e o científico-moderno. De um lado está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências naturais que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado⁹.

A integração do etnoconhecimento das populações tradicionais nos planos de manejo dos recursos naturais torna-se, pois, um desafio em contraposição aos modelos autoritários e tecnocráticos.

Ao longo das últimas décadas, ocorreram também profundas transformações na agricultura e nos campos da ciência e tecnologia que lhe dão suporte. As grandes corporações, de áreas como a farmacêutica e a química, passaram a ter uma importância enorme na definição dos rumos dos sistemas de produção e da alimentação no mundo. Neste período, passamos da chamada “Revolução Verde”, baseada no uso intensivo de insumos químicos, mecanização pesada, para a chamada “Biorrevolução”. As mesmas corporações farmacêuticas, agroquímicas e de petróleo que monopolizaram o mercado de fertilizantes e agrotóxicos no

⁶ Cf. Edna CASTRO, Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: A. Carlos DIEGUES. **Etnoconservação** – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000, 2ª ed., p. 166, 170.

⁷ Cf. CPT, 2011.

⁸ Cf. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**, São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2008.

⁹ Op. cit., p. 71.

caminho aberto pela revolução verde, nos anos 1950 e 1960, transformaram a produção de sementes em um grande negócio nos anos 1970. Seus impactos sociais e ambientais são por demais conhecidos.

Esse caminho vem resultando na consolidação e controle da cadeia alimentar por um grupo cada vez mais reduzido de empresas agroindustriais transnacionais. Ainda no século XX, essas mesmas corporações, como é o exemplo da Monsanto, passaram a investir no controle sobre os processos biológicos e na matéria-prima da vida, com a produção de produtos homogêneos manipulados geneticamente – os transgênicos.

Formaram-se os “impérios alimentares” de que nos fala Van der Ploeg. Junto com o mercado global, esses impérios geram crises agrárias e alimentares permanentes, entrelaçando três processos:

A parcial, ainda que progressiva industrialização da agricultura; a introdução do mercado global como princípio ordenador da produção e comercialização agrícola e a reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização e de cadeias de supermercados em impérios alimentares que exercem um poder monopólico crescente sobre as relações que encadeiam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo dos alimentos. A fusão desses três processos, criando um novo e global regime alimentar, está afetando profundamente a natureza da produção agrícola, os ecossistemas nos quais a agricultura está enraizada, a qualidade do alimento e as suas formas de distribuição¹⁰.

Nesse contexto, há também novos modos de conflitualidade entre classes sociais, decorrentes da evolução das biotecnologias, bem como suas consequências no processo de industrialização da agricultura, crescente privatização da natureza e perda de autonomia dos camponeses. Os transgênicos representam aqui um novo espaço de conflito, de embates entre os empresários do agronegócio e os camponeses. Várias formas de luta têm se manifestado pela ação direta contra os experimentos de campo das transnacionais, mobilização social pela defesa da identidade de agricultores e agroecologistas. Além de no campo jurídico contra a contaminação de suas culturas, e em defesa de áreas livres de transgênicos, respaldados pela Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos.

É socialmente inaceitável que o mercado seja considerado o único regulador das decisões tecnológicas com o beneplácito do Estado. A consciência dos consumidores e a manifestação de suas incertezas pode reafirmar a exigência inquestionável da qualidade dos produtos que compõem a alimentação humana.

Temos aqui uma urgência histórica da defesa do “princípio da precaução” como cláusula pétrea, fundamental e inegociável da Convenção da Diversidade Biológica e consolidada na legislação nacional:

Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pe-



Sementes da resistência - Fábio Rodrigues Pozzebom/ABR

los Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental¹¹.

Urge também a inclusão do “princípio da responsabilidade” como princípio ético. Os riscos e consequências das chamadas novas tecnologias (geoengenharia, biologia sintética, etc.), e o relativismo de valores impõem essa postura como premissa básica para as políticas públicas. Como nos diz Hans Jonas:

Age de maneira tal que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de autêntica vida humana sobre a terra; ou, age de maneira tal que os efeitos de tua ação não sejam destrutivos da possibilidade de autêntica vida humana futura na terra¹²

Da invisibilidade à afirmação de identidades

Em lugar de seguirmos certa tendência de reduzir a análise política dos movimentos sociais à fragmentação, sugerimos a importância política de perceber os processos de construção de identidades. Isso associado à gestão de bens comuns e afirmação de uma sociedade pluriétnica que a expansão capitalista quer negar.

A força das reivindicações dos movimentos sociais e o caráter aplicado do conceito de “terras tradicionalmente ocupadas”, presente na Constituição de 1988, levou o governo brasileiro, em junho de 2002, a ratificar, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Passados 13 anos desde sua promulgação, em 1989, reconhece como critério fundamental os elementos de auto-identificação, e reforça, em certa medida, a lógica de atuação dos movimentos sociais

¹⁰ VAN DER PLOEG. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro**. Paulo PETERSEN (org.). Rio de Janeiro: ASPTA, 2009, p. 23.

¹¹ PRINCÍPIO 15, 1992. *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*.

¹² **El principio de responsabilidad**. Ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Barcelona: Herder, 1995, p. 40.

orientados principalmente por fatores étnicos e pelo advento de novas identidades coletivas.

A ratificação da Convenção 169 não apenas reforça instrumentos de redefinição da política agrária. Também favorece a aplicação da política ambiental e de políticas étnicas, reforçando os termos da implementação de um outro dispositivo transnacional: a Convenção sobre Diversidade Biológica.

No início da década de 90, o movimento das *quebra-deiras de coco babaçu* e os *quilombolas* colocaram-se na cena política. Consolidaram seus movimentos e articularam estratégias de defesa de seus territórios, juntamente com outros povos e comunidades tradicionais, tais como os *castanheiros* e os *ribeirinhos* na Amazônia. Ambos se dedicam historicamente ao extrativismo, artesanato, pesca e agricultura de base familiar, desenvolvendo estratégias de sobrevivência associadas à utilização de recursos naturais.

Em outros biomas, também vem se afirmando outras identidades. Os *faxinais* no Paraná (ecossistema das matas de araucária); *gerazeiros* nos cerrados (agricultura familiar nas encostas e fundos de vale, prática de extrativismo e criação de gado à solta em áreas comuns nas chapadas); *comunidades de fundo de pasto na caatinga* (roçado familiar e criação de caprinos em áreas comuns na caatinga) e outros.

Tais movimentos sociais consistem em manifestações de identidades coletivas, referidas a situações sociais específicas e territorializadas. A noção de natureza passa a ser recolocada por meio de um intenso processo de mobilização, compreendendo diversas práticas de preservação dos recursos naturais. Estas apoiadas em uma consciência ambiental aguda, e pela oposição dos movimentos sociais a interesses de empreendimentos econômicos predatórios¹³.

Foi uma conquista desses movimentos sociais o reconhecimento pelo Estado das populações tradicionais até então invisíveis, definindo-as como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição¹⁴.

A construção social do “campo” agroecológico

O campesinato é um ator social do mundo contemporâneo profundamente enraizado em seu território de vida e de trabalho e, enquanto tal conhecedor das exigências que a natureza impõe ao trato dos seres vivos. É com esta “bagagem”, que ele pode se colocar, modernamente, como mediador entre o campo e a cidade, a produção e o consumo, comprometendo-se, junto à população urbana, com a qualidade do que produz, como nos diz Nazareth Wanderley¹⁵.



Comunidade quilombola Crédito: U.Dettmar/Abr

¹³ Alfredo W. Berno ALMEIDA, Terras Tradicionalmente Ocupadas. In: **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fundação Ford, 2006, (Col. Tradição e Ordenamento Jurídico) v. 2; Joaquim SHIRAIISHI NETO, Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil: Declarações. In: **Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional**. Manaus: PPGSCA-UFAM /Fundação Ford, 2007, (Col. Documentos de Bolso) n. 1.

¹⁴ DECRETO n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**.

¹⁵ Cf. **A sociologia rural na América Latina**: produção conhecimento e compromisso com a sociedade, <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/Nazareth-Wanderley.pdf>, acesso em: 5/10/2011.

As experiências em agricultura alternativa remontam à década de 1980. Mas a partir de 2002 vai se configurando uma articulação em torno das experiências em agroecologia. O I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) realizou-se sob o signo da sociodiversidade. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), criada em 2002, herdou esse compromisso. Ela é a expressão da convergência de numerosos movimentos, redes e organizações da sociedade civil de todas as regiões do país que são portadoras de experiências concretas, apontando para um desenvolvimento ecológico e democrático do mundo rural brasileiro.

A garantia do direito à terra e ao território, a diversificação da produção de alimentos, a defesa dos direitos dos agricultores ao livre uso da biodiversidade, a ênfase nos circuitos curtos de mercado, o resgate de culturas alimentares, a alimentação adequada e saudável sem agrotóxicos e livre de transgênicos, a assistência técnica e pesquisa que dialoguem com os saberes dos camponeses apoiando processos de transição agroecológica, a defesa da igualdade de gênero e a oposição a toda forma de violência contra as mulheres integram a proposta de construção social do campo agroecológico.

O II Encontro Nacional de Agroecologia reconheceu que:

Um número cada vez mais significativo de trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações em todo país em compreendido que a agroecologia só terá capacidade política de transformação se for efetivamente desenvolvida através de práticas concretas que garantam o atendimento das famílias produtoras e do conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo em que são experimentadas e disseminadas localmente, as práticas inovadoras da agroecologia constituem embriões de novo modelo que está em construção e que já inspira a formulação de um projeto coletivo de âmbito nacional¹⁶.

Esse é o nosso compromisso, que em tempos de construção de Diálogos e Convergências¹⁷, queremos reafirmar, articulando a construção do campo agroecológico, com o campo da soberania alimentar, economia solidária, saúde e justiça ambiental e feminismo.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Alfredo W. Berno, Terras Tradicionalmente Ocupadas. In: **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Manaus: PPGSCA-UFAM/ Fundação Ford, 2006 (Col. Tradição e Ordenamento Jurídico) v. 2.

BRUNO, Regina, **Senhores da Terra, Senhores da Guerra** – A nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

Transgênicos, embate de classes? In: **Um Brasil Ambivalente**. Rio de Janeiro: Edur/UFRRJ, 2009.

CASTRO, Edna, Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In DIEGUES, A. Carlos, **Etnoconservação** – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000, 2ª. ed.

DIEGUES, A. Carlos, **O Mito Moderno da Natureza Intocada**, São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, **Conflitos no Campo Brasil 2010**, Goiania: s.ed., 2011.

JONAS, Hans. **El principio de responsabilidad**. Ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Barcelona: Herder, 1995

LEROY, Jean Pierre; PACHECO Maria Emilia L., Apresentação. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo, **História dos movimentos sociais no campo**, Rio de Janeiro: FASE, 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse, **Movimentos Sociais: Um Ensaio de Interpretação Sociológica**, Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987, 2ª ed.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim, Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil: Declarações. In: **Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional**. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fundação Ford, 2007, (Col. Documentos de Bolso) n.º 1.

VAN DER PLOEG, Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (Org.), **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro**, Rio de Janeiro: ASPTA, 2009.

WANDERLEY, Maria Nazareth, **A sociologia rural na América Latina: produção conhecimento e compromisso com a sociedade**, <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/Nazareth-Wanderlei.pdf>, acesso em: 5/10/2011.



¹⁶ CARTA política, 2006.

¹⁷ Saiba mais sobre o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências em www.dialogoseconvergencias.org

Apontamentos acerca da ação da FASE e sobre os sujeitos do processo de transformação social urbana

Evanildo Barbosa da Silva¹

¹ Diretor Adjunto da FASE,
responsável pelo Programa Nacional
Direito à Cidade, Historiador e
Doutor em Desenvolvimento
Urbano (UFPE/MDU).

Este breve artigo resulta de reflexões feitas durante o ciclo de debates na FASE, em função das atividades de preparação dos seus 50 anos. Sua hipótese, lançada em sumário específico, discutiu, a partir de nosso “campo político”, acerca de uma provável “incapacidade de interpretar adequadamente as profundas mudanças da sociedade brasileira nas últimas duas décadas e seus impactos sobre a constituição dos sujeitos do processo de transformação social no qual apostamos desde antes do fim da ditadura militar”, assim como supôs a ocorrência de uma “dissolução / fragmentação do campo político com o qual a FASE se identificava ao longo de mais de duas décadas”.

Para as duas questões, o debate mirava a necessidade de identificação dos “atores que podem contribuir para a reconstrução do horizonte utópico e para a configuração de um campo político sintonizado com nossos compromissos com a luta contra as desigualdades, os direitos humanos e a sustentabilidade”. As reflexões, longe de querer apresentar modelos analíticos fora da experiência da FASE, destacaram o caráter histórico que esse tipo de leituras ensejam, algumas das quais procuraremos recuperar adiante. Esse apontamento é, portanto, mais uma síntese interna da FASE do que a propositura de um roteiro acadêmico para a reavaliação da problemática, tarefa que se deseja que as universidades retomem com largo vigor científico e amplo método participativo, tanto quanto o momento político exige.

Como se sabe, a FASE vem de longas datas atuando no debate urbano do Brasil. De sua vivência nos anos 70 e 80 junto à sociedade civil brasileira – considerando, desde já, o risco de uso indevido de um conceito agregador da diversidade dos sujeitos urbanos já naquele período – se pode registrar importantes movimentações sociais urbanas, com agendas públicas reconhecidas pela opinião pública. Ainda que dispersas, fragmentadas, as movimentações mencionadas são indiscutivelmente atuantes, dotadas de foco e demanda precisos quanto ao acesso a bens e serviços públicos nas cidades.



Arquivo FASE Rio

Essas expressões sociais alternativas foram, durante muito tempo, mobilizadoras de parcelas importantes de populações periféricas em torno do acesso, por exemplo, ao direito à moradia, ao saneamento, dentre outros, muitas delas surgidas a partir de formas organizativas locais e comunitárias. Foi também em torno delas que emergiram novas questões teóricas e práticas quanto ao tema dos (novos) movimentos sociais. A respeito da natureza de sua ação coletiva direta, conjuntural e demandatória de novas reflexões acerca do caráter que viria a assumir o Estado diante de uma dinâmica social crescentemente reivindicatória, assentada em bases sociais heterogêneas local e nacionalmente; cuja experiência - em contextos de redemocratização - contribuiu para aportar novos conhecimentos e modos de agir à tríade acesso aos direitos sociais, sistemas de igualdade institucional e participação com cidadania popular.

Constatam-se nesse período importantes manifestações e conflitos sócio-comunitários, populares e muitas das

vezes espontâneos em relação às formas partidárias e sindicais em ascensão. Essa dinâmica social baseada na ação direta da população foi singular na alavancagem do debate sobre direito à moradia e por novas formas de acesso a bens e serviços públicos, o que configurou uma oportunidade de abertura para o tema do direito ao consumo coletivo pelos setores excluídos (aliás, dotado de forte senso de justiça), com participação popular potencialmente propulsora de mudanças políticas na própria lógica de atuação e funcionamento do Estado. Mas, principalmente, elevando o tema da institucionalidade democrática à questão até hoje representativa de um dos grandes debates acerca da natureza constituinte dos movimentos sociais no Brasil urbano. Vejamos o que se registrava, há duas décadas, na passagem abaixo:

Na conjuntura da crise do autoritarismo, a ascensão dos movimentos e das organizações políticas de oposição configura a consolidação de moradores na luta pelo direito à cidadania. Muitos movimentos se tornaram catalisadores de um discurso anti-Estado em escala nacional, como reflexo do corte que se opera entre a sociedade civil e o Estado, que estimula a emergência de diversas formas de resistência. As mudanças políticas posteriores, que implicam um paulatino processo de redemocratização da sociedade, colocam em pauta a permanente tensão existente entre o caráter de resistência do movimento social e sua institucionalização.²

De um modo geral, os estudos acadêmicos dos anos 70 e 80 sobre os sujeitos sociais urbanos em luta apontavam para a emergência de uma nova cultura política orientada para a ampliação da esfera pública, para a pluralidade social e em direção a uma nova institucionalidade democrática participativa. São esses imperativos essenciais para compreensão da dinâmica urbana na atualidade³.

O que cabe destacar aqui é que isso tudo configurou um caldo de importante mobilização da sociedade para a experiência da luta social urbana, cujo marco

² Cf. Pedro JACOBI. Movimentos Reivindicatórios Urbanos, Estado e Cultura Política: Reflexão em torno da Ação Coletiva e seus efeitos político-institucionais no Brasil. In: Sônia LARANJEIRA (org.). Classes e Movimentos Sociais na América Latina. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990, p. 220-244.

³ Tratando das principais contribuições para os estudos sobre movimentos sociais nesse período, Maria da Glória Gohn também destaca o papel desempenhado pelos "núcleos de pesquisas formados fora da Universidade, como o CEDEC – Centro Brasileiro de Planejamento, em São Paulo; a FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - e outras ONGs". Cf. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos, Ed. Loyola, São Paulo, 1997, p. 280.



Arquivo FASE Rio

histórico precioso é a Constituição de 1988, que viria a seguir. A partir daí, novas formas de coletivos, fóruns e movimentos sociais urbanos, além de conteúdos para o debate das cidades viriam a se constituir, demandando a criação de uma plataforma de reforma urbana pelo direito à cidade, seguida de intensa luta política em torno dela. Qual foi essa plataforma gerada a partir da Constituição de 1988? Ela se constituiu basicamente de três pilares: a universalização do acesso a bens e serviços urbanos como um direito a ser conquistado (moradia, saneamento, dentre outros), já que não existia, como também ainda não existe hoje; a gestão democrática das políticas urbanas e das cidades, em um contexto em que apenas surgiam as primeiras experiências de participação popular em diálogo com as administrações públicas, que tinham mais abertura para isso; e, por fim, a redistribuição da riqueza socialmente produzida nas cidades em favor da população excluída, o que configuraria um ideal redistributivista de larga importância para o aprimoramento dos princípios a serem adotados pelas políticas urbanas, assim como para sua co-elaboração e controle público pelos próprios movimentos sociais urbanos.⁴

De um modo geral, esses pilares que sustentariam a plataforma da reforma urbana orientaram, significaram e também foram ressignificados pela e a partir da ação da FASE durante mais de duas décadas, sendo nos dias atuais motivação e meio de agregação social de prestígio, com grande aderência e apelo na sociedade, já que a universalização do acesso aos serviços e bens urbanos públicos ainda é uma miragem. De certo forma, essa questão em si justifica a própria revisão e atualização da plataforma da reforma urbana, no sentido de construir um próximo ciclo para a luta pelo direito à cidade.

A FASE, como se sabe, apoiou, e continua a apoiar, a construção e o fortalecimento de vários sujeitos sociais urbanos dessa trajetória histórica nos lugares onde ela atuou. Além disso, a FASE também apoiou, e continua a apoiar, a constituição de redes e coletivos desses movimentos sociais urbanos. Também ajudou, e continua

⁴ Esse último pilar da plataforma é, talvez, o menos dinâmico dos três. Isso porque, no momento atual, a contradição e a desigualdade no acesso à riqueza socialmente produzida nas cidades são tão grandes que a narrativa e os conflitos em torno dos usos e usufrutos dos espaços urbanos são, potencialmente, cada vez mais violentos. Basta ver o caso da própria violência urbana, que é uma expressão continuada do tratamento dispensado à cidadania nas cidades e, ao mesmo tempo, um indicador substantivo da distância e da desigualdade em que se encontram as populações mais pobres, no que diz respeito ao acesso à riqueza socialmente produzida em comparação aos estratos sociais urbanos mais abastados.

a ajudar, na elaboração, experimentação e difusão das muitas crenças e do pensamento crítico em torno dessa plataforma, bem como dessa movimentação social coletiva expressa nos pilares acima sintetizados. Sem dúvidas, esse foi um período virtuoso em termos de experiências participativas locais. O contexto de redemocratização do país em muito corroborou o desejo de participação.

A FASE também experimentou, em vários lugares de sua ação direta, diferentes graus de conflito, diálogo e colaboração com governos locais no sentido de alargar o papel do Estado e de instituir experiências participativas urbanas a exemplo do Orçamento Participativo, Conselhos de desenvolvimento urbano, Fóruns e coletivos que debatiam o direito à terra urbana, moradia digna, saneamento, etc. A FASE procurou assumir a condição do diálogo criativo nos territórios, vitalizando sua trajetória de educação popular preferencialmente com movimentos sociais urbanos, associações comunitárias de bairro, organizações de mulheres, jovens, dentre outros. Realizando assim um bom equilíbrio em termos de articulação da luta local e nacional urbana por conta de sua presença em diferentes estados da Federação brasileira e, neste sentido, operando uma ação em rede dentro e fora de sua estrutura, especialmente por intermédio de redes e fóruns de reforma urbana que se estabeleceram nos estados e regiões do país.

Mais recentemente, essa dinâmica social participativa urbana ganhou novos ares não só pelo agravamento das contradições econômicas, sociais, culturais e ambientais registradas pelo aumento das disputas dos territórios nas principais cidades brasileiras (basta refletir sobre o tamanho dos impactos das ações do PAC, Minha Casa Minha Vida, Megaeventos, Olimpíadas, implantação de grandes obras de infraestrutura, dentre outros, na vida urbana), como também pela oportunidade de explicitação e debate dessas contradições na agenda política nacional da reforma urbana. Sim, foi a partir do governo Lula (com a criação do Ministério das Cidades, com o debate acerca do direito à cidade, e com o início de estruturação de uma política nacional de desenvolvimento urbano) que as principais forças econômicas passaram a operar em um estágio muito mais perverso de conflitualidades sobre a produção social do espaço, e sobre o uso (anti) democrático desse mesmo espaço urbano. É uma engenhosa dinâmica que inaugura um ciclo de apropriação plena pelas elites dessa que pode ser a última fronteira urbana, vital para a reprodução e acumulação capitalista urbana em nosso país.

Esse processo é também uma orquestração público-privada pela retomada da produtividade urbana brasileira. Isso tem transformado substantivamente cidades e cidadãos em direção à convivência com um mundo

crescentemente privatizado e privatizante das relações socioeconômicas, culturais e ambientais, pressionando mais e mais as populações já afetadas pelas desigualdades urbanas para se reproduzirem a margem dos direitos básicos de cidadania, dado que o modelo de cidades em conformação é por excelência excludente para a grande maioria.

Diante desse quadro, a FASE tem buscado dialogar com e a partir de referências mais sistêmicas no que tange à natureza dos conflitos urbanos e às diferentes expectativas de cidade em questão na sociedade. A intenção é interagir mais, internamente, nesse contexto avassalador que exige atualização diária acerca de qual/quais percepção/percepções coletiva/as estão sobressaindo e se conduzindo sobre o momento histórico atual. Temos consciência que, de um lado, estamos vivendo em um país urbano que mudou muito aceleradamente e, de outro lado, em um mundo que está operando uma alucinante transição em termos de hegemonia e de governança global, onde os sinais de declínio de importantes países centrais do capitalismo (outrotra modelos de cidades que dariam certo) não podem ser menosprezados. Isso serve de alerta para nos perguntarmos qual tarefa cívica caberá aos sujeitos sociais de cidadania ativa quanto ao apontamento e disputa de cenários alternativos, visando influenciar na definição de quais modelos de desenvolvimento o Brasil deve/deveria assumir, o que significa responder também que modelo de cidades esse desenvolvimento consolida já hoje.

Portanto, a experiência acumulada da agenda da reforma urbana pode passar a um novo ciclo de questões e de apresentação de alternativas para a vida nas cidades, à medida que o debate sobre o papel dos sujeitos sociais urbanos não seja nem declinante e nem contemplativo perante as atuais opções de políticas e programas para as cidades. Caberia aprimorar em tempo sua leitura crítica quanto ao comportamento dos governos no atual estágio do desenvolvimento urbano brasileiro, e que modelo de planejamento e gestão públicos vigorará nas duas próximas décadas a se manter esse estado da arte.

É importante registrar que a FASE também se aproximou de algumas experiências identitárias contemporâneas – especialmente junto a jovens mulheres urbanas, bem como adultas – portadoras de grande capacidade de reciclagem, além de inovação dos conteúdos e métodos de agir coletivo, urbano. Passou também a se relacionar mais aos conteúdos sobre justiça ambiental urbana, alargando seu escopo de possibilidades de leituras sobre a questão urbana brasileira. Um exemplo é que a FASE também tem apontando para o enfrentamento dos conflitos resultantes das mudanças climáticas e de seus impactos sobre a vida na cidade daqueles

e daquelas que já estão estruturalmente em condições desfavoráveis de sobrevivência. Seguindo essa linha de reflexão e diagnóstico, pode-se falar em profundas transformações urbanas e, como elas são potencializadoras de novos conflitos, e, ao mesmo tempo, do surgimento de novos sujeitos sociais.

O sujeito urbano clássico que marcou a ação da FASE está passando por uma transformação positiva. Entretanto, não sem conflitos, já que o espaço urbano e as relações sociais que lhe são constitutivas são cada vez mais observados a partir de diferentes formas associativas e conteúdos emergentes de um fazer cotidiano. É inegável que há um reordenamento ou recolocação dos conflitos socioterritoriais nas cidades em função dos grandes investimentos em operação, mas há também pelas múltiplas possibilidades de convivência e de aprimoramento da noção de direitos no front.

Num certo sentido, essa recolocação dos conflitos sócio-territoriais e culturais nas cidades contribui para que os territórios urbanos metropolitanos, além de redes inteiras de cidades pequenas e médias, passem a ser vistos a partir de referenciais menos esquemáticos e mais on line. Não faz muito tempo, o campo político do qual a FASE é parte interpretava a problemática urbano-metropolitana com centralidade excludente em relação às dinâmicas do entorno e em relação ao cotidiano. Hoje, se faz necessário interpretar a problemática a partir de uma combinação de múltiplas variáveis. Isso por causa das experiências acumuladas por pessoas e organizações nos territórios e nas grandes regiões, de onde brotam desafios da interdisciplinaridade e da integração entre tipos distintos de usos e costumes acerca dos sentidos de cidades e cidadania, plurais na sua essência. Acredito que aí residam sinais indicativos acerca de quais seriam de fato as perspectivas dos atores sociais urbanos quanto ao redesenho do horizonte utópico e, nesta direção, quais seriam as possibilidades de configuração de um campo político sintonizado com compromissos da FASE na luta contra as desigualdades, pelos direitos humanos e pela sustentabilidade com justiça. Não tenho dúvidas do quão distante estamos da apresentação de qualquer resposta à questão. É mais evidente iniciar essa discussão reconhecendo que esses compromissos não são exclusividade da FASE, muito embora essa cinquentenária organização não tenha feito outra coisa a não ser lutar intransigente para sua plena consecução na sociedade.

Quanto ao horizonte utópico, parece que nosso tempo demonstra em fortes cores haver perdido qual o sentido de uma ideia sistêmica de projeto (às vezes paradoxalmente tratada como única), mesmo entre aquelas correntes sociais que se filiam a uma referência genérica de “campo político de esquerda”. A busca desses sentidos

é tarefa inadiável, pois sua falta não só se agrava um processo de fragmentação dos sujeitos sociais, como também se junta a ele em um esvaziamento daqueles ideários que apontavam na direção da transformação social pela luta política. Aqui, neste caso em particular, não deveríamos refletir acerca dos meios necessários para uma re-conexão do nosso campo político com esse largo, complexo e difuso campo social de quem é parte o trabalhador urbano? Não seria oportuno, nessa trajetória de 50 anos da FASE, reproblematicar, afinal, que sentidos singulares e plurais de classe social urbana estão se constituindo hoje? Diga-me com qual força social se encontra nosso campo político hoje que lhe direi a importância que teria o campo sindical urbano na tarefa de reconstrução dos sentidos da transformação social!

Gov.BA/CC



WE ARE THE 99%



ONGs na encruzilhada:
a FASE e o desafio da sustentabilidade
política em um mundo em convulsão



Occupy Bristol



#occupybristol

In so

Jorge Eduardo Saavedra Durão

email: occupybristol@gmx.com

Este texto apresenta uma reflexão ainda bastante incipiente acerca da sustentabilidade política das ONGs brasileiras que desenvolvem esforços de mobilização da sociedade brasileira, para contestar o modelo de desenvolvimento capitalista hegemônico em nosso país. Nele mal ensaiamos a resposta à pergunta provocativa dos editores da Proposta: faz sentido ainda hoje uma ONG como a FASE? Devemos prevenir desde logo os eventuais leitores de que provavelmente não encontrarão aqui respostas acabadas e satisfatórias para essas instigantes questões.

Outra advertência preliminar diz respeito ao nexo entre sustentabilidade política e sustentabilidade financeira das ONGs. Optamos neste artigo por nos abstrair tanto quanto possível da problemática da sustentabilidade financeira dessas organizações¹. Não apenas pelo cansaço próprio de quem tem discutido há anos as questões do marco regulatório e das fontes de financiamento das ONGs, mas por entendermos que a incorporação *a priori* do tema da sustentabilidade financeira poderia contaminar a discussão sobre a relevância e sustentabilidade política das ONGs. Isso impossibilitaria a radicalidade necessária na discussão deste tema.

Uma possível consequência da abordagem simultânea dos temas sustentabilidade política e sustentabilidade financeira seria a incorporação prévia de um componente de “realismo político” relativo ao acesso

das ONGs aos fundos públicos. Algo contraproducente para o esclarecimento da questão e prejudicial à credibilidade das organizações da sociedade civil do nosso campo, num ambiente social e político em que paira sobre elas a suspeição de terem sido cooptadas pelo governo federal. Outro complicador que esperamos, igualmente, poder evitar é o de uma leitura comparativa entre a situação brasileira e a de outros povos e países, feita, como é inevitável na perspectiva da cooperação, a partir do olhar externo de uma instância que nos avalia e que toma decisões que nos incluem ou nos excluem.

No entanto não faria sentido, a nosso ver, confundir essa abstração metodológica do debate sobre o papel da cooperação na sustentabilidade das ONGs brasileiras, com o abandono de uma perspectiva internacionalista que nos parece fundamental para a



¹ A decisão de não abordar neste artigo do tema da sustentabilidade financeira foi facilitada pelo fato de dispormos de excelentes trabalhos sobre o tema, recentemente publicados no Encarte especial de agosto de 2011 do *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ver, entre outros, os artigos “O Brasil e a cooperação internacional não governamental”, de Mara M. Luz e Luciano A. Wolff, e “Novos paradigmas para a cooperação internacional”, de Adriano Campolina. Ambos os artigos discutem também a relevância política das ONGs e movimentos sociais no Brasil. Cf. também, do autor do presente artigo, “Crise de sustentabilidade política e financeira das ONGs”, em *Democracia Viva*, nº 47, agosto de 2011.

compreensão da relevância política das ONGs. Partimos aqui de importantes pontos de convergência política de um grupo de ONGs brasileiras que reconhecem como objetivos estratégicos:

- a) “Ser parte dos sujeitos que constituem a emergente cidadania planetária, com visão e prática que traz o mundial ao local e que situa o local no mundial”.
- b) “Ser sujeito social com capacidade de exercer a vigilância e a avaliação crítica e de influir nas estratégias das grandes corporações econômicas e financeiras, nas políticas externas, nas relações de cooperação e nos espaços e processos de negociações multilaterais de todo tipo, em especial os que têm impacto na constituição da região e na geopolítica mundial”².

De acordo com essa perspectiva de articulação internacional, e apostando na possibilidade de superação dos limites atingidos pelo Fórum Social Mundial na mobilização das lutas, temos que reconhecer a relevância de existir organizações da sociedade civil brasileira, capazes de assumirem um papel proativo na construção de alianças internacionais para atuarem num contexto mundial, sob o nosso ponto de vista, francamente regressivo. Entendemos que essas alianças podem contribuir para o estabelecimento de um novo tipo de solidariedade e de cooperação não apenas Sul-Sul, mas também Sul-Norte. Isso porque as experiências, conhecimentos e metodologias das ONGs brasileiras poderiam ser úteis no processo de mobilização das sociedades civis em países do Norte onde os povos submetidos às políticas de austeridade favoráveis ao sistema financeiro esbarram na insensibilidade de governos e partidos políticos (inclusive de partidos de esquerda) e se expressam através de movimentos inorgânicos como o dos “Indignados”.

Na Europa e nos Estados Unidos, o ambiente social e político é cada vez mais determinado pela situação de profundo retrocesso social e de crise econômica que atinge os países centrais do capitalismo, desconstruindo progressivamente as referências que estes representavam como modelos de sociedades democráticas nas quais são reconhecidos os direitos econômicos e sociais dos cidadãos. Conforme explicou em texto recente o professor Luiz Gonzaga Belluzo: “A democracia de massa moderna – a dos direitos sociais e econômicos – nasce e se desenvolve ao abrigo do Estado de Direito contra os processos impessoais, e antinaturais da acumulação e concentração da riqueza na economia capitalista. O século XX foi o cenário

de lutas sociais e políticas marcadas pelo desejo dos mais fracos de restringir os efeitos sobre as vidas dos cidadãos da acumulação sem limites. Terminou melancolicamente sob a ameaça de desestruturação do Estado do Bem-Estar, do achincalhamento dos direitos civis e da regressão à barbárie nas relações interestatais”³.

As consequências atuais dessa regressão social e política se traduzem em estatísticas cruéis, como os dados divulgados em 13 de setembro de 2011 pelo escritório responsável pelo censo dos Estados Unidos. Eles revelam que o número de americanos vivendo na pobreza chegou a 46,2 milhões no ano passado, o número mais alto desde que os dados começaram a ser coletados, em 1959. Na França, segundo o Secours Catholique, oito milhões de pessoas vivem na pobreza, e, na maioria dos países da Europa, sobretudo nos mais fragilizados economicamente, o que chama a atenção é a total captura dos governos e dos partidos políticos pelo capital financeiro e pelo receituário neoliberal que, ao que tudo indica, vai provocar um brutal agravamento da crise. Considerando que “a pobreza é resultado de relações de poder desiguais que levam à continua apropriação de recursos de uma sociedade pelas suas próprias elites e pelas elites econômicas e financeiras dos países centrais”⁴, torna-se desnecessário gastar o pouco espaço deste artigo multiplicando os exemplos das manifestações desse processo na África e nos países da periferia do capitalismo na América Latina, bem como na Ásia. Basta lembrar a estratégica operação em curso na Líbia para relançar o poder de intervenção da OTAN no “grande Médio Oriente”, que se estende do norte da África à Ásia Central⁵.

Na década que se seguiu ao 11 de setembro, assistimos à promoção pelos EUA, da guerra contra vários países, assim como a supressão da dissidência interna, espionagem doméstica e anulação de garantias constitucionais, liberdades civis e direitos humanos. O abandono das Convenções de Genebra propiciou a tortura de prisioneiros e a criação do campo de Guantánamo. Nessa década terrível, sob a égide da “guerra contra o terrorismo” e das reações de Estados que se sentiram ameaçados por ela ou dela cinicamente se aproveitaram (como foi o caso da Rússia e da China,

² “Elementos de Acordo Programático” do extinto Grupo Pedras Negras, março de 2009.

³ Cf. a obra *Capital e Capitalismo*.

⁴ Adriano Campolina, artigo citado.

países nos quais os direitos humanos nunca vieram), o autoritarismo cresceu na maior parte do mundo. Agora, no limiar da segunda década do século XXI, há sinais de que se encontra em gestação uma contra-revolução política nos principais centros do capitalismo afetados pelo recrudescimento da crise, não faltando vozes de políticos e de outros porta-vozes do sistema financeiro e da mídia que pregam abertamente o enterro da democracia⁶.

Uma consequência inevitável desse recuo generalizado dos direitos e do Estado do Bem-Estar – para não falar das vastas regiões do mundo contemporâneo atingidas por guerras, catástrofes econômicas e outros desastres – é a nova percepção a nível internacional da situação e do papel do Brasil. Diante dos olhos dos governos do Norte (e da própria cooperação internacional), este é um país com uma democracia relativamente consolidada que realiza avanços sociais relevantes, além de lidar com a crise econômica global evitando a recessão e mantendo um nível razoável de crescimento econômico.

A diferença entre a Europa subordinada à ditadura do capital financeiro, assim como dos EUA paralisados pelo impasse político, em relação aos países emergentes⁷ (como a China, a Turquia ou o Brasil), aparentemente bem sucedidos em suas respostas à crise econômica mundial, não deve comprometer a nossa percepção no que tange ao caráter do processo de desenvolvimento em curso nesses países. É ele intrinsecamente contraditório em pontos como a sobrevivência do planeta e com a primazia dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais⁸.

Merece um necessário destaque a situação da China, por ser, num certo sentido, emblemática das ambiguidades e contradições que caracterizam os chamados países emergentes, perpassando o debate sobre o papel político e a (ir)relevância das ONGs. Desde que as reformas de Deng Xiaoping mudaram radicalmente a vida de 1,3 bilhão de pessoas, o mundo assistiu ao reerguimento da China e à sua transformação na segunda potência mundial. Um processo que permitiu, segundo cálculos do Banco Mundial, que quinhentos milhões de chineses deixassem de viver abaixo da linha da pobreza, ao mesmo tempo em que o Estado promoveu, abertamente, o aumento das desigualdades sociais, com a brutal exploração da força de trabalho, o aprofundamento do fosso entre o campo e as cidades e o surgimento de inúmeros bilionários.

A China aderiu entusiasticamente aos insustentáveis padrões de produção e de consumo dos países capitalistas do Ocidente, tornando-se o segundo mercado consumidor de automóveis. E passou da

condição de um país que não tinha telefones fixos para a de possuidora de 640 milhões de telefones celulares. Tudo leva a crer que, mantido o ritmo atual, vai faltar planeta para acomodar a ascensão da China à condição de primeira economia do mundo, prevista para 2030. Outro elemento a ser considerado numa análise dos impactos do capitalismo globalizado sobre os territórios – sem falar aqui da disputa de recursos pelo capitalismo chinês na África e outras regiões – é o fato de que na China os grandes projetos têm impactos socioambientais numa escala incomensurável com a de projetos semelhantes no Brasil.

A Hidrelétrica de Três Gargantas, por exemplo, implicou no deslocamento de 1,5 milhão de habitantes de suas casas, soterrando importantes sítios arqueológicos. Além disso, não podemos minimizar o significado de praticamente inexistir um sistema legal ao qual o Estado esteja subordinado, num quadro de completa negação dos direitos civis e políticos da grande maioria da população. Em recente ateliê promovido pelo Ibase sobre o tema da biocivilização, foi possível perceber como os participantes chineses dessa oficina se dividiam com relação aos dilemas colocados por esse complexo processo de transformação social em curso na China. Acreditamos que pode ser útil para a nossa reflexão tentarmos estabelecer um paralelo entre os paradoxos e dilemas inerentes ao processo chinês e a realidade brasileira.

No Brasil, a disputa hegemônica entre as forças dirigentes que se propõem a gerir o capitalismo brasileiro tem-se dado entre dois projetos: o de integração ao sistema financeiro global, na condição de sócio rentista minoritário, e o até agora bem sucedido projeto de reconstrução do capitalismo de Estado, conduzido por um governo “de esquerda” para reconstruir o núcleo duro do capitalismo monopolista⁹. Os avanços sociais que resultaram do projeto vitorioso, em decorrência das políticas sociais do governo, da valorização do salário mínimo ou do apoio à agricultura familiar (sempre numa posição secundária frente ao agronegócio), não devem ser subestimados. Deve ser considerado ainda o fato de o governo brasileiro ter acionado mecanismos eficazes para enfrentar a crise e estimular a economia, construindo um inequívoco consenso entre setores



⁵ Cf. José Luis FIORI. A Líbia, a OTAN e o grande Médio Oriente. In: Outras Palavras.

⁶ Cf. Alberto RABILLOTTA. Autoritarismo em tempo de crise. In: ALAI, 08/09/2011.

⁷ É interessante registrar a opinião do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, emitida no seminário *Neoliberalismo: um colapso inconcluso*, promovido pela Carta Maior: - “eu não acredito em emergentes, pois só há um, a China”.

amplamente majoritários da população brasileira, o que configura um cenário extremamente complexo para pensarmos as condições de legitimação política e respaldo social para as organizações da sociedade civil que se colocam na contracorrente desse projeto hegemônico.

Concordo com a ideia segundo a qual as organizações da sociedade civil têm um papel importante na consolidação das conquistas recentes da sociedade brasileira¹⁰. Constituem uma força atuante na resistência às tentativas de desconstrução de direitos, desmonte de políticas sociais e retrocessos na legislação ambiental, como é o caso da mudança do código florestal que tramita no Congresso Nacional. As ONGs – em especial aquelas que, como a FASE, têm uma atuação baseada em inserções em determinados territórios e vínculos com os sujeitos coletivos populares – continuam sendo bastante relevantes no esforço para consolidar esses avanços e resistir a eventuais retrocessos. No seu artigo publicado nesta revista, Jean Pierre Leroy estabelece uma ponte entre as iniciativas, bem como as lutas atuais e a construção de uma alternativa correspondente ao radicalismo do nosso questionamento do desenvolvimento:

Equilibrar nossa ação entre a crítica radical e as exigências de hoje, entre a necessária revolução e as reformas possíveis não é tarefa fácil (...) Nosso radicalismo se mantém intato porque, ao mesmo tempo em que lutamos por reformas internas ao próprio modelo de produção e consumo, temos no horizonte outras propostas de sociedade sustentável e democrática. É de revoluções que o mundo e o planeta precisam, mas é neste mundo aqui e agora que elas estão se gestando, germinando sementes de outras formas alternativas de produção e de mercado.¹¹

A nosso ver, as dificuldades de construir um campo contra-hegemônico e, conseqüentemente, ampliar as bases de apoio e sustentação política de ONGs como a FASE se prendem principalmente a duas ordens de questões:

- a) As classes, e frações de classes, na base da sociedade não têm necessariamente interesses comuns. É evidente que a fragmentação das lutas, tanto quanto a multiplicação das lutas de resistência contra novas situações de exclusão ou de injustiça ambiental, não representam por si sós uma transição para “outro mundo possível”.
- b) Não há consensos sólidos entre os setores críticos do desenvolvimentismo: não conseguimos enfrentar com a devida

profundidade a problemática das bases materiais para um modo de vida alternativo ao capitalismo. Não há um consenso mínimo em relação a temas como o do Bem Viver. A falta de alternativas é uma debilidade crucial em nosso campo político.

Se já é difícil contribuir para consolidar os avanços conquistados pela sociedade brasileira, mais desafiador ainda é contribuir para a construção de um campo de forças sociais e políticas que dê sustentação a alternativas sustentáveis e democráticas ao desenvolvimentismo. No próprio universo das pessoas que simpatizam e apoiam as ONGs, críticas ao atual modelo e até mesmo entre nosso público interno, há uma enorme dificuldade em lidar com a complexa equação entre os ganhos reais ou aparentes, definitivos ou transitórios, gerados pela retomada do crescimento econômico e pelas políticas voltadas para a redução da pobreza, assim como dos impactos devastadores de um modelo de desenvolvimento perverso, baseado na re-primarização da economia (agronegócio e exportação de *commodities*), com profundos impactos ambientais.

Assim como no caso da China, o caráter contraditório do desenvolvimento brasileiro que beneficia aqui e agora milhões de pessoas, apesar de reproduzir a enorme desigualdade social, torna extremamente difícil a mobilização da sociedade para uma ruptura radical com o atual padrão civilizatório: industrial, produtivista e consumista. Paradoxalmente, a superação do atual paradigma é dificultada pela crença, predominante no mundo de hoje, segundo a qual apenas através do permanente crescimento econômico e do incessante desenvolvimento das forças produtivas propiciadas pelo capitalismo globalizado será possível erradicar a pobreza e a miséria. Tendo em vista, por outro lado, que cada crise econômica e cada nova guerra gera enormes contingentes de novos pobres e miseráveis, a ideologia dominante pode celebrar indefinidamente o consenso existente em torno dessa tarefa inacabável de erradicação da pobreza.

No Brasil, a perspectiva de continuidade – a curto ou médio prazo – de processos que têm gerado benefícios não só parcelas da classe média tradicional,



⁸ Este tema está mais e melhor desenvolvido neste número da Proposta, no artigo de Jean Pierre Leroy, intitulado *A FASE e a questão do desenvolvimento*.

⁹ Cf. Vladimir SAFATLE. *A Nação Cartelizada*. In: Carta Capital, 08/2011.

¹⁰ Nos artigos citados na primeira nota de rodapé, Adriano Campolina, Luciano Wolff e Mara Luz desenvolvem bem este ponto.

mas também para a classe operária e os segmentos recém-incorporados ao mercado consumidor – sem falar de todos aqueles em situação de pobreza aliviada pelos programas de transferência de renda e de acesso ao crédito – reforça o consenso social. Ademais, entre as ONGs e os movimentos sociais, refletindo o que ocorre entre setores da esquerda brasileira e latino-americana, não há consenso básico acerca da ruptura com a ideologia desenvolvimentista e do significado da revolução no modo de vida atual, bem como das condições materiais da nossa existência inerentes à ruptura que se faz necessária frente à crise multidimensional do sistema capitalista.

Os debates em curso acerca do Bem Viver e da biocivilização apontam para uma agenda de produção coletiva de conhecimentos. O fato é que o atual contexto de crise civilizatória e ameaça à sobrevivência do planeta e da espécie humana – justifica por si só a existência de um conjunto de ONGs comprometidas com essa perspectiva. No entanto, apesar do consenso aparente acerca do caráter suicida da exploração desenfreada da natureza e do trabalho humano praticada pelo capitalismo, não devemos subestimar a profundidade dos dissensos em torno dessas questões. Elas envolvem pressupostos filosóficos acerca da relação entre a humanidade e a natureza, domínio do Homem sobre a natureza e o papel da ciência e da técnica¹². Essas questões essencialmente políticas que presidem as disputas já em curso acerca do futuro da nossa civilização estão sendo resolvidas no dia-a-dia pelos poderes dominantes. O atraso da sociedade civil planetária e do pensamento de esquerda em responder a elas constitui um verdadeiro calcanhar de Aquiles sob o ponto de vista da constituição de uma nova hegemonia.

As principais questões acima apontadas, e os desafios para as ONGs delas decorrentes, representam, como escreveu recentemente Cândido Grzybowski, “um imperativo de mudar mentalidades e práticas”¹³. Tudo isso nos sugere a necessidade de uma mudança na atuação das ONGs que passa por deslocar o foco da sua atuação para a sociedade civil e rever, com esse novo enfoque, as formas da sua incidência sobre o Estado e as políticas públicas.

Isso implica, a nosso ver, no desenvolvimento da capacidade de se relacionar com um público mais amplo, inclusive promovendo diálogos interssetoriais, sobre as alternativas para a sociedade brasileira, nos quais haja espaço para o contraditório. Chamou a nossa atenção o cuidado expresso por alguns dos companheiros aqui citados no sentido de que não devemos nos transformar em profetas ou xamãs. Esse cuidado deve-se traduzir num compromisso das nossas

ONGs com um investimento sistemático voltado para o tratamento democrático das “contradições no seio do povo”, que resgate as melhores tradições da educação popular, hoje colocada mais uma vez na ordem do dia.



Protestos persistiram por semanas em Wall Street – Divulgação/CC

¹¹ Jean Pierre LEROY. **A FASE e a questão do desenvolvimento.** Neste número da revista *Proposta*.

¹² Uma boa referência sobre o estado da questão nos é dada pelo blog *Izquierdas y desarrollo*, especialmente pelo debate entre Eduardo Gudynas e Hoenir Sarthou.

¹³ Cf. dossiê 04 – A Transformação do Mundo. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**.



Arquivo SAAP

PROPOSTA - Como o SAAP surgiu na história da FASE?

A Fase completa 50 anos e o Saap, 25 anos. Antes a FASE, já tinha em cada unidade a chamada Aplicação Comunitária que exercia, de certo modo, este papel de fundo. Mas logo percebemos que essa relação conjunta de dinheiro com ação política gerava certa confusão. Esse foi nosso primeiro ponto de reflexão para criar um lugar específico para fundos. O segundo ponto foram os constantes pedidos dos movimentos sociais para que intermediássemos pequenos projetos com a cooperação internacional. Avaliávamos a melhor agência e encaminhávamos os projetos por Telex. Mas as próprias agências começaram a questionar o custo e o tempo dessas operações. Foi daí

Cleia Silveira

Saap: incentivo para longas caminhadas

O Serviço de Análise e Assessoria a Projetos, conhecido como SAAP, é uma unidade da FASE e completa 25 anos em 2011. Ao lembrar a trajetória do fundo – que hoje é, na verdade, um programa da FASE com diversos fundos para finalidades diferentes – a coordenadora Cleia Silveira comenta que a história de vários grupos e entidades começa no SAAP. E segue depois, com passos mais ou menos firmes, mas sempre autônomos. Ela revela aí uma característica que dialoga com a tradição da FASE em educação popular: o SAAP não é sujeito da política, mas estimula a construção de sujeitos políticos, sujeitos da história política brasileira. Nesta breve conversa, Cleia aponta grupos de jovens e mulheres como foco dos apoios destinados pelo SAAP nos últimos anos, cita apenas alguns dos milhares de projetos selecionados pelo setor em sua longa trajetória e identifica parte dos desafios para o futuro.

que se constituiu o SAAP; um lugar para receber e apoiar diretamente os projetos dos movimentos sociais, de uma forma mais distanciada da ação direta da própria FASE, mas em total sintonia com seus propósitos e missão. Vale lembrar, que nesta longa caminhada, o SAAP teve como coordenadores cronologicamente antes de mim: Paul Laporte, Leilah Landim e Lorenzo Zanetti.

PROPOSTA – E que projetos apoiados nestes 25 anos você pode lembrar como emblemáticos?

Mais interessante que citar certos projetos é ver que a FASE e o SAAP estiveram presentes em diversos momentos históricos a partir do conjunto de projetos apoiados.

Por exemplo, na formação da CUT [Central Única dos Trabalhadores], apoiamos vários projetos da oposição sindical. Podemos lembrar também do crescimento de sua participação no apoio a organização da juventude na primeira metade da década de 90, quando era crescente a afirmação generalista de que a juventude estava apenas em espaços de violência e no uso de drogas. A imagem da juventude estava muito despolitizada, digamos assim, e nossa proposta foi mostrar que essa era uma imagem falsa: os jovens não estavam organizados nos moldes da década de 60, mas de outras formas. Com isso, criamos lastros históricos. Também podemos lembrar do período anterior a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Beijing

[1995], quando nos voltamos ao apoio a uma diversidade de projetos que serviam para reacquer o movimento de mulheres. Também acho importante e significativo o apoio à organização do movimento LGBT no final da década de 90, antes das Paradas. Falo da organização mesmo nas bases, em que o SAAP até hoje tem forte presença.

PROPOSTA - Então a partir do SAAP muitas instituições surgiram, não é?

Sim, uma série de entidades começaram, ou se fortaleceram, a partir do apoio do SAAP. Algumas são reconhecidas hoje, tanto no campo político quanto de reconhecimento de massa, como o Grupo Cultural AfroReggae. Outro exemplo é a Camtra [Casa da Mulher Trabalhadora]: já foi secretaria da Marcha Mundial das Mulheres e hoje é da regional da ABONG [Associação Brasileira de ONGs] no Rio de Janeiro e se constitui como uma instituição com importante inserção política no campo de defesa dos direitos das mulheres. O CEASM [Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré] é mais uma entidade que teve o seu primeiro apoio aqui. Em Pernambuco, hoje, está o Centro de Juventude em Recife, nascida a



Foi daí que se constituiu o Saap; um lugar para receber e apoiar diretamente os projetos dos movimentos sociais, de uma forma mais distanciada da ação direta da própria FASE, mas em total sintonia com seus propósitos e missão.”

partir da Escola Pernambucana de Circo, que recebeu um apoiozinho lá atrás. Então, o SAAP tem essa história na história de várias organizações. Tem um caso que mostra a importância do fundo: recebi uma estudante de uma universidade dos Estados Unidos que veio fazer uma pesquisa em instituições de defesa dos direitos da juventude. A FASE e o SAAP não estavam em sua lista de entidades a serem entrevistadas. Mas no decorrer da pesquisa ela sempre ouvia: “ah, é que nós recebemos o nosso primeiro apoio do SAAP”. E fomos incluídos na pesquisa dela pela nossa presença no surgimento de instituições que ela entrevistou em diversos cantos do Brasil.

PROPOSTA - E a articulação da Rede de Circo Social? Houve um momento em que o SAAP resolveu trabalhar com cultura?

Não. Essa história da cultura sempre fica muito misturada, já que o foco é a juventude. Percebemos que a forma de organização e atuação política dos jovens tinha forte ligação com a cultura, por exemplo, no movimento Hip Hop. Com isso, passamos a nos relacionar com esses grupos de cultura, sem perder nosso foco central: a juventude.

A Rede do Circo do Mundo é outra coisa e tem uma história também interessante. No final dos anos 80, a FASE, o IDACO [Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária], o ISER [Instituto de Estudos da Religião] e o IBASE [Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas] se reuniram em torno do “Se Essa Rua Fosse Minha”. Naquela época, a grande mídia dizia, especialmente sobre o Rio de Janeiro, que havia uma “invasão” de meninos e meninas em situação de rua que eram culpabilizados pelo aumento da violência nas ruas. Reunimo-nos para pesquisar a realidade com o propósito de dialogar e sensibilizar a sociedade para a defesa de direitos desses meninos e meninas. A culminância desse projeto foi o lançamento da campanha “Se Essa Rua Fosse Minha”, que reuniu muitas pessoas no Aterro do Flamengo e muitos artistas que se uniram na composição de músicas sensibilizadoras e gravação de um disco de mesmo nome - principal instrumento da campanha. Essa iniciativa gerou muito diálogo e também muita polêmica em torno do tema em debate. Hoje, Se Essa Rua Fosse Minha é uma instituição autônoma.

Estou contando tudo isso para dizer que nossa relação com o circo nasceu nessa pesquisa porque a linguagem circense se revelou a mais apropriada para aproximação com os meninos. Bem, naquela época, o coordenador do SAAP era o Paul Laporte, um canadense que depois de 13 anos no Brasil voltou





LayzaVasconcelos/Arquivo SAAP

para o Canadá de onde seguiu, de certa forma, com esse trabalho. No Canadá, ele estabeleceu relações com uma instituição da cooperação internacional chamada Jeunesse du Monde e com o *Cirque du Soleil*, seguindo em diálogo com a FASE. Nosso papel inicialmente foi mapear, bem como conectar iniciativas de arte-educação, que utilizassem a arte circense como linguagem e que tivessem como propósito a defesa de direitos de crianças, adolescentes e jovens, em outras partes do Brasil. Assim, o SAAP teve uma forte presença na construção de uma rede nacional que chamamos Circo Social. Hoje, a Rede Circo do Mundo Brasil é uma rede autônoma com a qual mantemos relação a partir de um fundo específico para ações em rede, que é mantido

“

A quantidade de propostas, e o fato de que muitos grupos candidatos são novos, fala da nossa capilaridade, do quanto somos conhecidos. Vivemos a imensa contradição da diminuição de recursos contra capilaridade progressiva.

basicamente pelo *Cirque du Soleil*.

PROPOSTA - Toda a conversa está mostrando que a atuação do SAAP se espalha pelo Brasil. E essa é uma marca também da FASE. Como é a relação do SAAP com o trabalho da FASE nos seis programas regionais que funcionam hoje?

O SAAP nasceu como um fundo único, mas hoje se caracteriza como um programa de fundos, cada um com sua característica. Um deles é o Fundo de Apoio Estratégico, criado em 2007, específico para sujeitos coletivos relacionados às áreas temáticas e às regiões de atuação da FASE. Ele fortalece regionalmente mulheres e jovens, o que é do perfil do SAAP, no campo da agroecologia

e do direito à cidade, que é a estratégia institucional da FASE. Hoje, os casos mais consolidados - que foram também os primeiros a receber apoio -, são o trabalho com mulheres no Mato Grosso e em Pernambuco. Essa experiência possibilitou, por exemplo, o fortalecimento da Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia - Regional Mato Grosso e da Rede de Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres da Zona da Mata Centro e Norte, Pernambuco.

PROPOSTA - E quem são essas mulheres?

Em Mato Grosso, são 16 grupos de mulheres, todas agricultoras do campo da agroecologia. Elas já tinham uma participação, por exemplo, na rede de comercialização, visando à manutenção do sistema agroecológico. E nossa inserção é mais na defesa dos direitos das mulheres. Já em Pernambuco, o movimento feminista tem uma presença histórica mais concentrada na Zona da Mata Sul. Então a



atuação da FASE PE e do nosso fundo possibilitaram a construção da Rede de Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres da Zona da Mata Norte-Centro, onde o movimento de mulheres não era tão forte, apesar de haver alguns ícones como o Centro de Mulheres de Vitória de Santo Antão na região. Então é uma modalidade de fundo - por isso que a gente chama de fundos estratégicos - que têm a intenção de sair do apoio individualizado a cada instituição ou grupo, mas a partir deles fortalecer a ação e a inserção política de um conjunto.

PROPOSTA - E o futuro do SAAP? Sabemos que o contexto atual é muito difícil para as ONGs em relação à sustentabilidade econômica. É um desafio maior para um programa de fundos?

É um grande desafio. Um programa da natureza do nosso se depara com alguns nós na sua sustentação, manutenção e perspectiva de futuro. Um é o estrangulamento da cooperação internacional. Há um estreitamento nos recursos para esse tipo de fundo. É um ponto fraco, mas também pode ser uma oportunidade, pois algumas organizações da cooperação internacional, em seu processo de saída do Brasil, poderão apostar mais nesses fundos à medida



“Nosso trabalho está muito longe de se parecer a um banco repassador de dinheiro: tem a ver com a análise de contextos e com questões políticas históricas.”

que reduzem o seu apoio direto a ONGs e movimentos. Assim podem deixar um fundo para manter a relação com aquilo que foi, historicamente, das suas relações. Outro desafio é a captação de recursos nacionais. Se você pensa do ponto de vista das empresas, as que estão no campo da responsabilidade social, elas estão criando as suas próprias fundações. Portanto, não são apoiadoras, fazem intervenção direta. E governo também é difícil, porque vai ter sempre o seu programa de investimento, que também é de relação direta. Então nós temos aí os três campos de possibilidades de captação de recursos que sustentam a gestão de fundos bastante comprometidos e com muitas incertezas em relação ao futuro.

Por outro lado, nossa história é inegável. Recebemos 600 projetos por ano e temos capacidade para atender menos que a metade disso. A quantidade de propostas, e o fato de que muitos grupos candidatos são novos, fala da nossa capilaridade, do quanto somos conhecidos. Vivemos a imensa contradição da diminuição de recursos contra capilaridade progressiva. Então estamos investindo e acreditando na construção de um programa onde os fundos tenham características realmente diversas para dar conta

de mais demandas, apesar de tudo. Por exemplo, criamos um novo fundo no Espírito Santo que é solidário e rotativo, para investimentos produtivos no campo da agroecologia. Entramos com um apoio inicial para a constituição deste fundo, reunimos na comunidade os atores e ajudamos a construir os critérios para administração. Mas tanto a gestão como a manutenção (continuidade) é da própria comunidade. É ela que alimenta o fundo a partir do nosso apoio. Com isso, no que pensamos? Em como apoiar a comunidade e não deixá-la dependente do apoio externo, gerindo sua própria economia, a sua própria poupança.

PROPOSTA – O que combina com a tradição da FASE em educação popular. Fundos que permitam aos grupos caminhar...

Sozinhos. Na construção de democracia. Assim acreditamos estar contribuindo para que os espaços de construção e disputa política sejam cada vez mais renovados. Nosso trabalho está muito longe de se parecer a um banco repassador de dinheiro: tem a ver com a análise de contextos e com questões políticas históricas. O SAAP é um programa com posicionamento político e nossas escolhas significam o papel político que cada fundo exerce. Mas não é sujeito da política - quem recebe o apoio, este sim, tem que ser o sujeito da construção da sua história política. O nosso papel político é fortalecer sujeitos que vão se inserir nos campos de disputa e de construção da política brasileira.

Entrevista



Matheus Otterloo

Fundo Dema: Somos a Floresta¹

Entre as estratégias da FASE para fortalecer sujeitos coletivos na busca por direitos está a manutenção de fundos de apoio a pequenos projetos. Além do SAAP, fundado há 25 anos, a FASE também trabalha – mas neste caso compartilhando a gestão com outras entidades – para a manutenção e funcionamento do Fundo Dema, que apóia populações e povos tradicionais que vivem na Amazônia Oriental, se concentrando em comunidades de agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas e indígenas.

Nesta entrevista, o presidente do Comitê Gestor do Dema, Matheus Otterloo, que é técnico da FASE Amazônia, lembra a história do fundo e alguns dos projetos emblemáticos que já apoiou com vistas a proteção ambiental, manejo florestal comunitário e ações de desenvolvimento e inclusão social. Ele também aponta tendências e caminhos da iniciativa, como o aumento de apoios a quilombolas e indígenas da região dos rios Xingu e Tapajós, tão impactados por megaempreendimentos como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e o acesso a recursos do Fundo Amazônia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



Comunidade Espírito Santo – PA
Arquivo Fundo Dema

PROPOSTA - Como o FUNDO Dema surgiu na história da FASE?

De certa maneira, o Fundo Dema surgiu de modo inesperado na história da FASE. Em 2003 fomos escolhidos por movimentos sociais da região de Altamira, no Oeste do Pará, para receber a doação de uma carga de seis mil toras de mogno apreendidas. O produto da doação qualificada deveria ser transformado em um fundo permanente de financiamento a projetos de proteção ambiental, manejo florestal comunitário e ações de desenvolvimento e inclusão social. A constituição formal do Fundo foi realizada em 2004 com o processo participativo de elaboração do regulamento interno. Inicialmente, como os principais componentes, participaram a FASE, a Fundação Viver, Produzir, Preservar (FVPP), a Prelazia do

Xingu, o Ministério Público Federal/Pará e o IBAMA [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais]. O rendimento líquido da comercialização no mercado externo do mogno doado formou, em fevereiro daquele ano, o capital inicial de mais de R\$ 4 milhões. Em outubro de 2005, como reconhecimento da validade da ação dos movimentos sociais da região, a Fundação Ford doou mais de R\$ 2 milhões. Assim, em janeiro deste ano, incorporada a correção monetária, o capital fiduciário do Fundo Dema chegou a R\$ 9.608.409,00.

Para a FASE, o Fundo representou um passo adiante na escala do impacto e relevância das nossas ações para o desenvolvimento democrático e sustentável da Amazônia. Para o mercado de mogno, a doação repre-

sentou um duro golpe: normalmente os madeireiros que tombavam a floresta eram os mesmos que arrematavam, mais tarde, as cargas de toras apreendidas e leiloadas pelo Ibama. Ou seja, o combate ao desmatamento acabava colaborando com a máquina de desmatar. Mas dessa vez foi diferente. O produto, infelizmente retirado da Amazônia, pôde ter como fim proteger a mesma floresta que o originou, e as pessoas que vivem nela. Aliás, o Fundo recebeu esse nome em homenagem a Ademir Alfeu Federicci, o Dema. Ele participou de diversos movimentos de organização popular e denunciou a retirada ilegal de madeira, a invasão de terras indígenas, fraudes na Sudam e outros flagelos ainda comuns no Pará. Foi assassinado em 2001, cumprindo o mesmo triste destino de muitos trabalhadores e traba-

¹ Entrevista concedida à Livia Duarte, jornalista da FASE.



Ihadoras que lutam para manter a Amazônia viva no estado, até hoje recordista em violência ligada à luta pela terra. A homenagem ao Dema é uma maneira de manter vivo seu legado de luta por mais justiça e paz na Amazônia Brasileira.

PROPOSTA - Quantos projetos já foram apoiados por esse FUNDO? Pode lembrar alguns mais importantes?

O conjunto de 208 projetos socioambientais até agora apoiados pelos rendimentos do fundo fiduciário, significam, em muitos casos, um indispensável apoio e reforço da infraestrutura das entidades localizadas em comunidades da Floresta Amazônica, como é o caso de rádios comunitárias e espaços para encontros de intercâmbio e capacitação. Além disso, reforçaram e vitalizaram a sensibilidade e o papel dos povos na sua convivência com a floresta. Um bom exemplo é o resultado do apoio dado à Associação dos Agricultores Familiares da comunidade Batata, no município de Trairão (PA),

onde numa área bem marcada pelo desmatamento se destaca a ação comunitária investindo no reflorestamento. Outro exemplo é o Projeto de Assentamento Agro-Extrativista Lago Grande. Lá o projeto Açaí com Farinha é uma área de resistência ao avanço dos grandes projetos nas proximidades de Santarém e fortalece um conjunto de mais de cem famílias. O projeto possibilitou o reforço ao sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais na capacitação no plano de uso do território. Também é indispensável mencionar a valorização dos recursos naturais, em grande parte concentrada na área de saúde, pelos movimentos das mulheres. Destes 208 projetos que apoiamos por meio do Dema, 51 já foram concluídos com êxito.

É bom dizer que as doações e as despesas das atividades gerais promovidas pelo Comitê Gestor do Fundo chegaram em janeiro de 2011, acumuladas, a quase R\$ 3,5 milhões. E percebendo a necessidade de democratizar o acesso ao Fundo, o Comitê Gestor, inicialmente composto pela representação de Altamira/Transa-

mazônica (FVPP e Prelazia de Xingu), teve o número de representações ampliadas para a região de Itaituba e entorno da BR 163 (STTR Itaituba e Fórum dos Movimentos Sociais da BR163) e a região do Baixo Amazonas (STTR de Santarém e CEAPAC). Há também dois fundos específicos dentro do Fundo Dema, apoiados pela Fundação Ford, cujo objetivo é rebater certas desigualdades históricas.

O primeiro deles é o Fundo de Apoio às Comunidades Quilombolas do Pará, criado em parceria com Malungu [Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará]. Neste caso também há um exemplo importante de como o Fundo fortalece os sujeitos coletivos da região. A Comunidade Extrativista Quilombola do Espírito Santo, próxima à cidade de Abaetetuba, aumentou sua capacidade de manejo sustentável dos açais e aprofundou as características de sua identidade quilombola e o reconhecimento dos seus direitos. Desta forma, esta comunidade se tornou um pólo de irradiação da divisão regio-



Área de resistência: projeto Açai com Farinha - Arquivo Fundo Dema

nal Guajarina e da Coordenação Geral da Articulação Estadual Quilombola Malungu. O outro fundo que mencionei é o Fundo Indígena de Xingu (FIX) criado em parceria com o Cimi [Conselho Indígena Missionário] e Humanitas, em 2009. Estamos animados com o recente lançamento do primeiro edital deste fundo.

PROPOSTA - A atuação do Fundo Dema está ligada a uma região, no oeste do Pará, que é conhecida pelos conflitos socioambientais. Que ligação há entre a atuação do Fundo e a resistência da população ao atual modelo de desenvolvimento por lá?

Já na descrição da origem do Fundo Dema deve ter ficado claro que o Fundo nasce numa afluência dos movimentos sociais na resistência à devastação sócio-cultural, econômica e ambiental da região. É evidente que o Fundo Dema está intimamente ligado a busca de um desenvolvimento que concentra a qualidade da vida na harmonia horizontal entre o homem e a natureza e no respei-

to à diversidade em todos os sentidos. Nas contradições atualmente existentes e implementadas de uma maneira nunca antes vista, o Fundo Dema apóia as iniciativas qualificadas dos modos de vida dos povos da floresta e fortalece a sua resistência às forças negativas do desenvolvimento econômico, que infelizmente predominam na sua dominação. Atualmente, o movimento contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é o exemplo mais emblemático dessa resistência.

“

É evidente que o Fundo Dema está intimamente ligado a busca de um desenvolvimento que concentra a qualidade da vida na harmonia horizontal entre o homem e a natureza e no respeito à diversidade em todos os sentidos.”

PROPOSTA - E qual a perspectiva do Fundo Dema para os próximos anos? Que desafios estão pela frente?

Começamos pelo passado recente e por hoje. No fim de 2010 e início de 2011 redesenhamos o logotipo do Fundo e adotamos o slogan “Somos a Floresta”, que reflete bem nosso caráter. Também lançamos o caderno “Fundo Dema: enfrentando os desafios de Justiça Ambiental e Justiça Climática”. A seguir, realizamos uma campanha de seis meses com mais de vinte oficinas sobre este tema na região mais conflitante do Pará e da Amazônia Oriental Brasileira do ponto de vista socioambiental. Participaram centenas de representantes de movimentos sociais e comunidades da região. Então esperamos que o Fundo Dema seja cada vez mais um instrumento que se consolida compartilhando o desafio mundial de garantir a Justiça Ambiental e Climática. É o que buscamos a partir da garantia e do reconhecimento do valor estratégico dos povos e da floresta.



Esperamos que o Fundo Dema seja cada vez mais um instrumento que se consolida compartilhando o desafio mundial de garantir a Justiça Ambiental e Climática.

Dois eventos próximos já são indicadores para a realização deste desejo. Em outubro, em Altamira, fundamos o Comitê Gestor do Fundo de Indígenas de Xingu-FIX. Este comitê profundamente indígena - será composto por seis indígenas e três representantes de entidades parceiras - lança o primeiro edital e em seguida há de deliberar sobre projetos encaminhados pelas comunidades e povos indígenas. É um fato muito importante em uma região onde a população em geral, e especialmente os indígenas, estão sendo afetados profundamente, inclusive nas raízes culturais da sua existência, por uma obra que não é deles - a construção da mega hidrelétrica chamada de "O Belo Monstro". Por causa das obras, as comunidades vêm sofrendo por todos os meios de manipulação e cooptação e este Comitê significa, além de resistência concreta contra a dominação, a radical valorização daquilo que é diferente na cultura dominante no país.

Também aponta o futuro do Fundo Dema a primeira chamada pública para projetos socioambientais apoiados através de um projeto apresentado pela FASE/Fundo Dema ao Fundo Amazônia no valor de R\$ 9,3 milhões para aplicação durante três anos. O Fundo Amazônia foi criado de 2008, incentivado por uma doação do governo norueguês ao governo brasileiro, para combater o



Reflorestamento de áreas degradadas – Arquivo Fundo Dema

desmatamento, reduzir emissões de gases estufa e apoiar a conservação e o uso sustentável das florestas no bioma amazônico. Sua gestão cabe ao BNDES. A primeira chamada do Fundo Dema com recursos do Fundo Amazônia é também parte da comemoração dos 50 anos da FASE pelo Programa Regional Amazônia, em novembro. Ela se dá de modo simultâneo em duas publicações pa-



Seguimos realizando um questionamento profundo do caráter dominador e colonizador que há séculos predomina entre os projetos de desenvolvimento, seja de âmbito nacional, seja de âmbito internacional.

ralelas: uma dirigida para o público geral do Fundo Dema e outra com foco nas comunidades quilombolas do Pará. Assim pretendemos intensificar tanto as ações do Fundo Dema quanto as dos quilombolas e dar visibilidade à preciosa colaboração destas comunidades tradicionais para a manutenção da vida no planeta e no acirramento da luta pela Justiça Ambiental e Climática.

A FASE Amazônia acredita que, ao acessar o Fundo Amazônia, dá prosseguimento ao seu papel crítico, carimbo que usa desde que se implantou na região. Seguimos realizando um questionamento profundo do caráter dominador e colonizador que há séculos predomina entre os projetos de desenvolvimento, seja de âmbito nacional, seja de âmbito internacional. Hoje, o BNDES, gestor do Fundo Amazônia, financia grandes projetos que representam, predominantemente, uma visão desenvolvimentista em relação à Amazônia que carece de um debate democrático mais amplo na região. É exatamente por isto que a FASE atendeu ao desafio de cobrar os direitos dos povos tradicionais na Amazônia de acessar fundos públicos e contribuir com a elaboração de um projeto de qualidade de vida, que nasce do próprio bem viver secular em harmonia com a natureza e com o respeito à diversidade. Esta contradição direta e vivida na raiz da gestão do financiamento é um desafio novo para a FASE, como deve ser para o BNDES.



Troca de ideias em encontro na Vila Aliança, Rio de Janeiro - Arquivo FASE

Jovens Transformadores da cidade

Melisanda Trentin¹
Aercio Oliveira²

¹ Advogada do Núcleo Justiça Ambiental e Direitos da FASE, mestranda em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² Coordenador da FASE Rio, Bacharel/licenciado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

“Como objeto e imagem de consumo fabricado socialmente, ou como sujeito de resistência e contracultura, as diferentes faces da juventude estão no centro do conflito social contemporâneo. Como expressão do futuro do presente, como representação do medo, como face criativa do humano, como corpo da vítima. As juventudes são sujeito e objeto pela sua presença ambivalente na guerra real que é travada nas periferias do mundo e nos discursos e ideologias que pretendem dar conta da cidade futura na sociedade global”³.

O objetivo deste artigo é o de tentar, modestamente, apontar questões, características, potencialidades e ações das juventudes. Um segmento que nos últimos meses ocupa densamente os espaços seja no campo virtual, ou no material. Em quase todos os continentes do planeta, a indignação com o *status quo*, materializado nas instituições políticas, hegemônicas pelos interesses de grandes corporações capitalistas, é protagonizada por jovens.

As sendas virtuais, os passeios públicos e as praças sentem a “vontade de potência” expressa em barulhentas e resistentes manifestações. No Brasil, em que pesem os efeitos das modestas políticas dirigidas a este segmento, a situação é crítica. A violência e o bloqueio de liberdades básicas, como o direito de ir e vir, é evidente sintoma de que as coisas não vão bem. É disso que se trata: juventudes criativas que ressignificam ou atualizam os rituais que estruturam a ação política. E, concomitantemente, impõem às instituições de educação popular o desafio de desenvolver metodologias, narrativas e variados registros capazes de codificar e fortalecer a ação de um segmento que está longe de se subordinar à ideia de um sujeito coletivo universal e transformador. Uma ideia que, por mais de um século, orientou boa parte das lutas emancipatórias.

A população jovem brasileira nunca foi tão significativa:

conforme os dados do IBGE são mais de 50 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, a maior geração jovem de todos os tempos. Falar das diversas formas de organização e participação da juventude urbana brasileira na atualidade é falar do movimento estudantil às redes de jovens de favelas; de ambientalistas a negros, indígenas, quilombolas, mulheres; do hip-hop, funk, samba aos participantes de organizações religiosas.

A realidade brasileira submete a juventude a reiteradas e múltiplas formas de violação dos direitos humanos. A desigualdade; a violência urbana (armada) seja - oriunda do tráfico, das milícias ou da polícia -; a dificuldade de acessar direitos sociais (cultura, educação, moradia); a falta de alternativas de geração de trabalho e renda e os bloqueios à mobilidade física conformam o espaço de vida dos/as jovens nas cidades e agravam um quadro de precarização histórico. Nos territórios de favela, a situação de violação de direitos é sentida de maneira ainda mais amplificada. Na cidade do Rio de Janeiro, onde a taxa de mortalidade de jovens por homicídios



³ Cunca BOCAYUVA. Juventudes (1968 – 2008): uma disputa de significados. In: FASE. **Revista Proposta**, n. 115, 2008.



Ocupações que se espalharam pelo mundo chegam ao Centro do Rio - Divulgação #OccupyRio

é uma das mais altas do mundo, mobilizar os/as jovens em torno dos direitos humanos sociais, econômicos e culturais, falar em um mundo mais justo e igualitário é um desafio e pode parecer utópico.

Nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1990, pós-Constituição Federal de 1988, o sujeito jovem vem sendo consagrado no campo normativo como sujeito de direitos⁴. Ainda assim, operamos com políticas públicas de juventudes pouco efetivas para o exercício da cidadania e dos direitos humanos, o que demonstra que os poderes públicos não reconheceram a singularidade da questão juvenil em seu conjunto de políticas. Os jovens devem ser olhados como sujeitos políticos da transformação e não como destinatários ou beneficiários de projetos e programas. Radicalizar o enfoque geracional no processo de aprofundamento da democracia pode produzir boas surpresas e renovação de conceitos e práticas de interação democrática.

Apesar e para além das políticas, temos percebido, ao longo de nossa atuação com as juventudes urbanas, que há interessantes e intensos processos de resistência. Os jovens teimam em continuar existindo, apesar de tudo; suas lutas se fazem cotidianamente, muitas vezes percebidas como fragmentadas, despolitizadas, fora dos padrões reconhecidos como organizados e até mesmo como condutas antissociais ou delituosas. As juventudes, através de diferentes práticas e discursos, vêm afirmando outras formas de funcionamento e de organização⁵.

Nesse sentido, nos chama à atenção Milton Santos, ao afirmar que é nos “territórios dos pobres”, nas “zonas urbanas opacas” que podemos encontrar:

[...] os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e

racionalizadores. Por serem “diferentes”, os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso [...]. É assim que eles reavaliam a tecnosfera e a psicosfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva [...]. Essa busca de caminhos é, também, visão iluminada do futuro e não apenas prisão em um presente subalternizado pela lógica instrumental ou aprisionado num cotidiano vivido como preconceito⁶.

Possivelmente sem ter a pretensão de protagonizar a “grande revolução”, muitos desses movimentos de resistência produzem revoluções moleculares, forjam mudanças micropolíticas, afirmam outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outra percepção e apontam para novos caminhos, criações, invenções. O debate impulsionado pela juventude urbana põe em questão a exploração de classe na especulação imobiliária, na especulação do transporte, da saúde, da educação; além das ideologias machistas e racistas. O enfrentamento aos discursos e práticas de exploração e de dominação é compreendido a partir das políticas do cotidiano, travadas em inúmeras relações de poder.

O trabalho da FASE com as juventudes nos revela no dia-a-dia o que algumas pesquisas já demonstraram⁷:



⁴ Exemplos disso são: Estatuto da Criança e do Adolescente, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional da Juventude, ProJovem, Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, Proposta de Emenda Constitucional que incluiu o termo “Juventude” na Constituição Federal entre outros.

⁵ Cecília M.B. COIMBRA, Maria Lívia NASCIMENTO. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? In: **Jovens**. Revista de Estudos sobre Juventud. México, 2005.

⁶ **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.



os/as jovens das favelas do Rio de Janeiro, ao contrário do que repete o senso comum, estão sim mobilizados em torno de causas, sejam elas sociais, políticas, culturais, ambientais, religiosas, comportamentais ou outras com as quais eles/elas se sentem identificados e verdadeiramente participantes. Neste contexto, falar de juventudes e questões urbanas nos remete, necessariamente, à necessidade de aprofundar o debate sobre o urbano a partir do paradigma do direito humano à cidade, que compreende cidades justas, democráticas e sustentáveis, com moradias dignas, saneamento ambiental, transporte, etc. Isso porque, ao se discutir a questão urbana a partir de uma perspectiva dos direitos, pode-se falar nas obrigações do Estado em efetivar esse direito. Assim, afirmar o direito humano à cidade como estratégia de atuação dos grupos juvenis traz um grande potencial de exigibilidade, de construção de plataforma de luta e de ferramenta emancipatória⁸.

As percepções e perspectivas das juventudes da sociedade contemporânea estão inscritas em um contexto de alta complexidade onde predomina o acesso sem fronteiras à informação e ao conhecimento. Nesse contexto, as novas tecnologias de comunicação e informação propiciam às juventudes novas formas de sentir, agir, de se comunicar com outro e com o mundo, bem como de atuar no espaço público. Inscrevem a participação juvenil e sua luta por direitos no campo da cultura, traduzindo um contexto de associativismo mais horizontalizado, através dos novos meios de comunicação e informação e dos novos canais de expressão: (i) por meio da música, da dança, do teatro, das artes gráficas, do circo, do hip-hop, do grafitti; (ii) da comunicação via internet no espaço privado, nos espaços públicos, nas escolas, nas lan houses espalhadas pelo centro e pela periferia, por meio de sites de relacionamento, e-mail, comunicação online, web rádios, comunidades (orkut, twitter, facebook, MSN, mspace entre outros); (iii) da novas tecnologias de mídia e imagem disponíveis (fotografias e filmes feitos com telefone celular ou mesmo jornais impressos, TVs e Rádios Comunitárias).

E mesmo diante do modelo engessado e tradicional dos espaços de discussão, nos quais as regras do jogo são escritas, em geral, por adultos, os/as jovens têm conseguido construir sua expressão, de maneira inovadora, rompendo com os padrões e códigos vigentes de dominação que se travam nas políticas do cotidiano. Porém, as lideranças e o modelo de mobilização tradicionais ainda têm dificuldade em aceitar essas novas formas moleculares de expressão e mobilização, situadas no campo da sociabilidade, da convivência cultural e de outras formas de ativismo, como expressões legítimas e, principalmente, de conteúdo potente para a incidência qualificada na formulação de políticas públicas urbanas voltadas para jovens e também para as políticas gerais.

Recentemente, acompanhamos processos mundiais de mobilização jovem em que a cultura digital teve um papel decisivo na articulação em torno de causas políticas. Na Espanha, no Oriente Médio e no Norte da África, assistimos à ocupação de espaços públicos, passeatas e greves em protesto contra governos ditatoriais, corrupção, violência policial, desemprego, modelo de desenvolvimento, censura na internet e várias outras bandeiras. No Brasil, as Marchas da Liberdade em diferentes cidades reuniram desde jovens socialistas até anarco-punks e diferentes lutas, que variaram da diversidade sexual ao passe-livre. Essas formas de resistência, além de terem a internet como meio de mobilização, também a têm como meio de visibilização dos conflitos e articulação das lutas em escala mundial. *Em casa somos um, juntos somos todos!* é o lema dessa juventude conectada.

A subjetividade jovem formula utopias que dizem respeito à cidade que queremos, à sociedade que queremos, às relações humanas que desejamos. Na



⁷ IBASE/POLIS. Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro, Relatório Final da Pesquisa, 2005. AÇÃO EDUCATIVA/IBOPE. Pesquisa de Opinião sobre Controle Social. São Paulo. ONG Ação, 2003. www.acaoeducativa.org.br UNESCO. Mirian ABRAMOYAY; Mary CASTRO (coord). Juventudes Brasileiras (2004). In: **Juventude, Juventudes**: o que une e o que separa. Brasília, 2006.

⁸ Rulian EMMERICK; Melisanda TRENTIN. Juventude e Questão Urbana. In: FASE. **Revista Proposta**, n. 120, 2010.

⁹ CEFURIA. Movimento Popular e Revolução Molecular. In: Euclides André MANCE (Org.) **Movimento Popular e Subjetividade** - A Revolução do Cotidiano. Coleção Cadernos de Textos, Curitiba, n. 10, 1991.



Acervo FASE

medida em que essas utopias particulares são socializadas e se constroem as utopias coletivas, desencadeiam-se processos que abalam as estruturas políticas e sociais mais amplas⁹. O importante é: perceber essas novas formas de organização e participação – ver que existem –, abrir espaço para que aconteçam, fortalecê-las, nos aliarmos a elas, entendendo essas manifestações como uma afirmação positiva da criatividade. Somente assim poderemos pretender qualificar esses discursos e práticas, fazendo com que elas se estendam e possam produzir incidência na esfera pública. Precisamos olhar para esses procedimentos e mobilizações juvenis que ocorrem mais em torno de causas e menos no fortalecimento de organizações. Esse é um exercício desafiador e nos sinaliza a necessidade de mudanças institucionais.

Referências Bibliográficas

AÇÃO EDUCATIVA/IBOPE. Pesquisa de Opinião sobre Controle Social. São Paulo, 2003. www.acaoeducativa.org.br.

BOCAYUVA, Cunha. Os riscos da comunidade capturada versus a plataforma da “favelania”. In: **Otra Economía**, v. 3, n. 5, 2º sem. 2009, ISSN 1851-4715. www.riless.org/otraeconomia.

BOCAYUVA, Cunha. **Juventudes (1968 – 2008):** uma disputa de significados. In: FASE. **Revista Proposta**, n. 115, 2008.

CEFURIA. Movimento Popular e Revolução Molecular. In: MANCE, Euclides André (Org.) **Movimento Popular e Subjetividade** - A Revolução do Cotidiano. Coleção Cadernos de Textos, Curitiba, n. 10, 1991.

COIMBRA, Cecília M.B; NASCIMENTO, Maria Livia. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **Jovenes**, Revista de Estudios sobre Juventud, México, a. 9, n. 22, jan./jun. 2005.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Sueli. **Micropolítica** – Cartografias do Desejo. Petrópolis: Ed.Vozes, 2000.

IBASE/POLIS. Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro, Relatório Final da Pesquisa, 2005, p. 103.

SANTOS, M., **A natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção, Hucitec, Sao Paulo, 1996.

TRENTIN, Melisanda e Emmerick, Rulian. Juventude e Questão Urbana. In: FASE. **Revista Proposta**, n. 120, 2010.

UNESCO. Juventudes Brasileiras (2004). In: **Juventude, Juventudes:** o que une e o que separa. ABRAMOVAY, Mirian e CASTRO, Mary (coord.). Brasília. 2006.



Mulheres da Amazônia reunidas em oficina - Arquivo FASE Amazônia

A FASE e os desafios atuais das mulheres na Amazônia: um sujeito político que precisa de visibilidade.

Maria das Graças F. Costa¹

¹ Coordenadora do Programa Regional FASE Amazônia

Pensei bastante no que escrever sobre o movimento de mulheres da Amazônia no momento em que a FASE passa pelos seus 50 anos. E de fato julguei muito importante valorizar as iniciativas de décadas de trabalho da nossa instituição reconhecendo e contribuindo com o protagonismo de centenas de grupos de mulheres nesta região, atuando numa diversidade de formas e desenvolvendo experiências importantes de sobrevivência econômica, social e política. Ao longo destas décadas, entre tantos, a FASE assumiu o compromisso com: o reconhecimento do movimento de mulheres como um sujeito político, a valorização do papel produtivo das mulheres e a luta pela inserção de seus interesses e direitos nas decisões das políticas públicas, assim como contra os malefícios dos impactos dos grandes projetos, além do compromisso com a resistência aos preconceitos que ainda dificultam essa participação. É uma tentativa de quebrar, assim, com a atitude imobilizadora que muitas ainda têm de não crer no seu potencial.

A FASE entra no gênero

Resgato a partir da memória nossa entrada neste tema no início da década de 90 como organização da sociedade civil. Neste tema, neste processo, neste posicionamento, estimulado em boa parte pela cooperação internacional, de levar em conta a incorporação da dimensão de gênero como um componente importante

para a leitura da realidade. A nossa leitura institucional era de Joann Scott (Gênero Uma Categoria Útil) que nos estimulou a estudar e conhecer melhor os papéis que as mulheres desempenham na sociedade patriarcal, as relações entre os sexos na sua construção histórica e cultural na sociedade, assim como a contribuição do movimento feminista que marcou a ruptura com as formas de organizações machistas.

Nesse processo, foi de fundamental importância a participação da FASE num projeto denominado Consórcio de Gênero, onde junto a outras três ONGS (SOS Corpo, Centro Luís Freire e IBASE) a FASE iniciou sua capacitação institucional. Contar com uma organização feminista no projeto fez a diferença, porque a discussão não se deu unicamente para estudar os elementos teóricos e metodológicos do novo componente da intervenção social. Num contexto histórico no qual a luta de classes tinha a centralidade do papel do operariado, mesmo tendo quem percebesse diferentes forças em movimento, poucos pareciam querer reconhecer a importância dessas outras forças.

O conjunto das atividades de formação e o debate levaram a FASE a reconhecer a pluralidade de contradições presentes no mundo das lutas sociais, bem como ao reconhecimento social e legal da diversidade sexual, ao combate à xenofobia, às novas formas de exploração do trabalho, até à luta pela emancipação das mulheres contra a dominação patriarcal. Para uma organização

como a FASE, originada pela inspiração democrática, a novidade será, daí por diante, o reconhecimento dessas lutas não as estigmatizando como sendo um desvio “burguês” da principal luta da esquerda que seria a luta de classes.

Entre nós do Programa Amazônia, um símbolo desse momento foi o livro *Domitila* e sua experiência de vida, a mais importante parecia ser então a sua participação numa reunião na ONU em 1975. Lembro-me dos debates que davam conta das tantas entrevistas sobre o que representava aquela mulher, tendo ficado gravado que, para aquela mineira boliviana, não estava absolutamente colocada qualquer relação entre o feminismo e as lutas de seu povo. Desde essa época, a FASE assumiu então fazer a trajetória da luta pelos direitos das mulheres em toda sua proposta educativa e política.

Aqui na Amazônia, as mulheres das classes populares lutando por melhores condições de vida nos bairros das periferias, e as trabalhadoras rurais presentes nos municípios das regiões onde a FASE desenvolvia seus projetos puderam então contar com o olhar diferenciado e a contribuição da nossa entidade para construir e fortalecer grupos, capacitar lideranças, qualificar suas plataformas de lutas. Internamente, também desenvolvemos o debate, não sem tropeços, sobre as dificuldades inerentes à formação e à cultura patriarcal dominante, mas andamos bastante em nossas compreensões.

Hoje, arrisco dizer que todos/as acreditamos que a Mulher é tudo o que ela quiser ser, e isso faz toda a diferença, porque não lhes ditamos nenhum papel social. Os processos de emancipação das mulheres realizados por elas mesmas ditam que estas possam errar e acertar sem estar sempre no trilho errado e cerrado que a masculinidade amedrontada lhes traçou. Do mesmo jeito, a caminhada nos fez compreender que a emancipação das mulheres não terá obrigatoriamente de ser feita exclusivamente pelas próprias mulheres. A emancipação será, a nosso ver, feita pelos que adotam, subscrevem e se comprometem com essa luta que não pode se dar de maneira solitária. É precisamente dos laços de solidariedade entre realidades sociais diferentes que nasce a força. Todos aqueles e aquelas que querem protagonizar sozinhos/as sua luta perdem a força e a oportunidade de criar uma sociedade multidisciplinar, consciente de si mesma e das realidades que a rodeiam.

Muitas trajetórias conjugaram o compromisso institucional da FASE e a militância do movimento nascente em vários lugares, em avanços e erros. Hoje, é possível reconhecer, neste pequeno ensaio, as implicações sobre o papel que as mulheres têm hoje em nossa sociedade amazônica e, sobretudo, falar brevemente sobre alguns importantes desafios a serem ainda enfrentados. A FASE, temos certeza, esteve presente e vai continuar estando.

As mulheres da Amazônia

De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há na Amazônia cerca de 10 milhões de mulheres. São índias, ribeirinhas, negras, brancas, que dia-a-dia contribuem, cada uma de sua maneira, para fazer da Amazônia uma das regiões mais ricas e diversificadas do país. Dos desafios que os povos da Amazônia vêm enfrentando nas últimas décadas, é difícil citar um no qual um conjunto dessas mulheres não esteve presente na mobilização e condução. Na Amazônia, as mulheres negras, as moradores de áreas rurais e de periferias urbanas ainda estão distantes das conquistas dos movimentos feministas das últimas décadas. Uma dura realidade de sucessivas jornadas de trabalho, acesso precário à informação e falta de documentação que funcionam como verdadeiras barreiras, impedindo-as de alcançar sua autonomia. Por outro lado, sabemos que o acesso e o controle da população feminina a recursos como terra, crédito, habitação, educação e formação profissional são fatores determinantes para alavancar o desenvolvimento social e superar situações de extrema pobreza. A FASE sempre buscou promover iniciativas de diálogo entre os movimentos feministas e os demais movimentos sociais na perspectiva de contribuir para a construção de estratégias de luta, e para estimular a participação feminina em espaços de decisão política, fortalecendo a luta pela defesa de seus direitos.

Registramos a seguir alguns desses processos onde as mulheres tiveram papel preponderante: no que tece a participação das mulheres indígenas do Estado de Roraima nos embates cotidianos no contexto da política – embora, como em outros lugares, elas ainda enfrentem muitos problemas quanto ao exercício e reconhecimento de papéis de liderança. No processo de demarcação das terras indígenas que tiveram o procedimento demarcatório concluído na Amazônia – uma, em particular, chama a atenção pelos transtornos que foram criados pelos governos federal e estadual, bem como pelo papel das mulheres na luta pelo processo.

Trata-se da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, com extensão de 1.678.800 hectares, habitada por vinte mil índios dos povos *Macuxi*, *Wapichana*, *Ingaricó* e *Taurepang*. Os diferentes grupos indígenas que vivem dentro da reserva hoje em dia têm uma convivência bem menos tensa do que há alguns anos atrás, ocasião em que não índios e arroteiros foram retirados da terra indígena. A presença das mulheres nessa luta foi determinante para tal conquista. Joênia Wapichana, advogada indígena e outras mulheres tiveram um papel diferenciado, o que fez com que se recorresse à OEA, onde protocolaram várias denúncias, para defender os direitos humanos das comunidades indígenas da Raposa Serra do Sol. Alertaram para a situação de violação

pelo Estado brasileiro de vários artigos da Convenção Interamericana dos Direitos Humanos, enfatizando que Raposa Serra do Sol era considerada por seus povos, muito mais que palmos de chão, mas sim a vida de vários indígenas vítimas de tanta violência. Mesmo que esta situação esteja legalmente resolvida, as mulheres da OMIR – Organização de Mulheres Indígenas de Roraima – continuam a falar que essas mesmas práticas se repetem hoje, por responsabilidade do próprio governo brasileiro que, através da FUNAI, sistematicamente nega a identidade de povos indígenas e entrava os processos demarcatórios dos territórios tradicionais.

Hoje, outro grupo e outras lideranças femininas levantam-se para protestar contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte situada no município de Altamira, no Pará. Lá, lideranças como Antônia Melo, coordenadora do movimento de mulheres, Sheila Juruna, da etnia Jurunam e outras lideranças são ridicularizadas e discriminadas por causa da sua luta. Sheila tem chamado atenção para a constante violação dos direitos dos povos indígenas e do seu povo em particular, cujo território deverá ser alagado pela obra. Até hoje não foram escutadas as objeções dos indígenas.

Mesmo com a iniciativa do governo de construir Belo Monstro, como é conhecida a obra entre os movimentos sociais, as mulheres continuam a luta no Movimento Xingu Vivo para Sempre, sem deixar de lado o desenvolvimento de outras experiências agroextrativistas, levadas a termo pelo movimento de mulheres nos municípios da Transamazônica, como o uso dos produtos da floresta para as biojóias, os artesanatos em geral, contando para isso com o acesso e apoio do Fundo Dema. Enquanto isso, não descansam em seu propósito de paralisar as obras de Belo Monte.

Altamira é a localidade onde se concentra o grosso das organizações que se opõem à construção de Belo Monte, mas também em Belém e outros estados do Brasil, assim como no exterior, manifestam-se diversos grupos contra a construção e pela paralisação da obra. O movimento de mulheres do estado do Pará realizou neste ano um grande encontro em Altamira no sentido de fortalecer a referência que os movimentos de mulheres têm na região, assim como produzir subsídios para o debate da agenda sócio-ambiental pelo movimento feminista em geral.

Outro exemplo é a luta das quebradeiras de coco babaçu para serem reconhecidas como sujeitos de direito, atuando no mundo jurídico em favor próprio e dos babaçuais como territórios livres de intervenção produtiva. As mulheres da Ilha das Cinzas e da Ilha de Santa Bárbara, no município de Gurupá, desenvolvem atividades como a extração do óleo de andiroba e manejo de camarão, além da produção de matapis para comer-

cialização. Essas mulheres se organizam e trabalham de forma coletiva, treinam outras mulheres na extração dos óleos e produzem medicamentos fitoterápicos. São também responsáveis por funções nas organizações mistas de produtores e produtoras rurais. Além dessas, mulheres das populações tradicionais, agricultoras familiares, remanescentes de quilombos, coletoras de castanha e andiroba, parteiras tradicionais, pescadoras artesanais, índias e artesãs são grupos que têm lutado insistentemente pelos seus direitos específicos, pelos direitos dos povos da Amazônia, mas principalmente, contra os vários problemas das populações femininas dos segmentos tradicionais da região amazônica.

Conhecer e crer no seu potencial: desafios atuais

O movimento de mulheres na Amazônia, como tantos outros nesse contexto de resistência ao modelo de desenvolvimento, tem como importantes desafios aprofundar o conhecimento, principalmente, das propostas de acesso aos bens da natureza e à economia verde, bem como o seu controle. Como acima dissemos, esses grupos de mulheres desenvolveram ao longo dos últimos anos mosaicos de experiências baseadas nas formas de organização e mobilização associadas à defesa incondicional dos recursos contra a exploração predatória e a favor das práticas tradicionais de uso desses recursos.

Na Amazônia, entretanto, desde a década de 60 – quando se iniciou o processo de colonização –, a vida dos povos que vivem da relação estreita com a natureza e dela dependem para sua sobrevivência foi marcada pelo avanço das frentes econômicas, caracterizado pela construção de rodovias, hidrelétricas e do avanço do agronegócio sobre as terras indígenas e comunidades tradicionais, afetando toda a biodiversidade. No atual estágio de acumulação capitalista, centrado mais uma vez na exploração exacerbada desses recursos, esses povos estão submetidos a vários processos de relação com agentes do chamado desenvolvimento. De um lado, os grandes projetos como a construção de grandes e pequenas hidrelétricas, que carregam consigo toda ordem de impactos sobre o meio ambiente e as populações. De outro, as iniciativas das empresas que exploram as florestas como oportunidades de grandes negócios, principalmente as de produção de papel e celulose, óleos e resinas, fármacos e cosméticos.

Como vemos, são diversos os processos em curso, porém chama a atenção da nossa instituição, que vem acompanhando vários grupos de mulheres que atuam ou não em redes de produção e comercialização, a constituição das denominadas “parcerias” envolvendo esses grupos sociais e empresas que, a nosso ver, estão relacionadas a dois importantes fatores. Primeiro, ao papel desenhado pelo Estado, que tem “empurrado”

os grupos em direção ao mercado para a resolução de seus problemas. Em segundo lugar, ao processo de organização e mobilização política dos grupos sociais, que vêm enfrentando as situações diante da intensificação da exploração econômica da terra e dos recursos naturais por diversas empresas.

As empresas atuam de forma qualitativa apropriando-se do discurso da preservação ambiental e vinculam a sua prática e discurso às práticas tradicionais desses grupos sociais. As mulheres que vinham construindo uma imagem positiva de suas experiências, exercitando processos de comercialização, embora com fragilidades tanto organizativas e de gestão, quanto de ausência de políticas públicas de assistência técnica e linhas de financiamento para sua produção, se encontram agora frente a esses novos desafios.

O acúmulo ainda é muito pequeno, Mas temos feito esforços direcionados por intercâmbios para conhecimento de outros processos no sentido de ajudá-las a identificar esses novos e complexos desafios, como o de resgatar que são as mulheres, os povos indígenas, as comunidades tradicionais e os grupos de pequenas agricultoras e agricultores os que têm preservado os ecossistemas onde vivem durante décadas, vidas de muitas gerações. Eles conservam não apenas a biodiversidade local, mas também mantendo viva, geração após geração, uma série de conhecimentos relacionados ao uso equilibrado de muitas espécies para o bem-estar humano. Se não houvesse essa cultura e esse conhecimento nos povos da Amazônia, muitas plantas, animais e sabedorias seculares teriam se perdido para sempre. É também esse conhecimento que tem sido colocado à disposição por esses grupos para conformar propostas de políticas públicas, algumas inclusive adotadas pelo Estado, como é o caso do Proambiente², que o governo posteriormente descartou.

Combinado a esse processo de reconhecimento do papel fundamental exercido por essas gerações, estamos revendo nossos programas de formação com conteúdos voltados para debate sobre a Convenção de Diversidade Biológica, a CDB. Esse acordo internacional de biodiversidade, adotado em 1992, e ratificado por mais de 190 países, determina, além da conservação da biodiversidade e seu uso sustentável, a repartição justa e equitativa dos benefícios adquiridos pelo acesso e utilização dos recursos genéticos. Acompanhamos ainda a discussão sobre como a legislação brasileira



Oficina sobre questões de gênero. - Arquivo FASE Amazônia

pode apoiar para que realmente haja justiça ambiental nas relações comerciais entre os grupos e as empresas.

Juntamente com essas iniciativas, a FASE participa também de esforços em especial junto às redes (Fórum da Amazônia Oriental – FAOR e a Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia - RMERA), na perspectiva de contribuir para mapear, fortalecer e articular as experiências demonstrativas existentes, incluídas em projetos de desenvolvimento local e regional. Além de ter em vista apoiar os processos de formação na perspectiva de qualificar a gestão de seus negócios.

É um compromisso da FASE com a valorização de papel produtivo das mulheres, com a luta de inserção de seus interesses e direitos nas decisões das políticas públicas e com resistência aos preconceitos que ainda dificultam essa plena participação. É também uma tentativa de quebrar de vez com a hegemonia do discurso que repete que as mulheres têm menor potencial transformador da realidade, o que na verdade serve apenas como justificativa para a invisibilização e não reconhecimento do trabalho e do papel das mulheres na sociedade. E com isso a negação de sua autonomia econômica, pessoal e política e a exclusão das decisões sobre a terra e o território.

² Programa de desenvolvimento socioambiental da produção familiar rural na Amazônia. Teve seu objetivo voltado para compatibilizar a conservação do meio ambiente aos processos de desenvolvimento rural, com aproveitamento social e econômico da terra, sob baixos riscos de degradação ambiental.



**Pensar com os outros – 50 anos de FASE:
Trajetórias de uma organização da
Sociedade Civil brasileira**

Leilah Landim e Tatiana Dahmer Pereira
FASE
Rio de Janeiro, 2011



**Marchas e contramarchas da cooperação:
A parceria FASE – ICCO. Uma reflexão**

Anneke Janse e Leilah Landim
FASE
Rio de Janeiro, 2011



**Municípios Periurbanos e Direito à Cidade:
uma agenda em construção**

FASE
Belém/PA, 2011



**Relatório-síntese - Projeto Avaliação
de Equidade Ambiental**

FASE, ETERN (IPPUR/UFRJ)



**Vídeos - Do campo à cidade:
mulheres em busca de direitos**

Produção: Olhear Electromatto
Realização: SAAP/FASE
Rio de Janeiro, 2011



**Territórios do Futuro: Educação,
meio ambiente e ação coletiva**

Jean Pierre Leroy e Henrich Böll Stiftung
Lamparina
Rio de Janeiro, 2010

Interessado nas publicações da Fase?
Acesse www.fase.org.br/loja ou entre em contato
pelo comunicacao@fase.org.br

**FASE NACIONAL**

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel:(021) 2536-7350
Fax:(021) 2536-7379

FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel:(021) 2536-7350
Fax:(021) 2536-7379

FASE-ESPÍRITO SANTO

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel: (027) 3322-6330
Fax: (027) 3223-7436

FASE-BAHIA

Rua General Labatut, 78 - Barris
40.070-100 - Salvador - BA.
Telefone: (071) 3328-1083

FASE-AMAZÔNIA

Rua Bernal do Couto, 1329, Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel: (091) 4005-3773
Fax: (091) 4005-3750

FASE-MATO GROSSO

Rua 06 Qd.03, casa 18, Monte Verde
78200-000 Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel: (065) 3223 4615
Fax: (065) 3223 7130

FASE-PERNAMBUCO

Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel/Fax: (081) 3221-5478

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase

ISSN 1982-8950



Proposta nº 124 - 2011

Conselho Editorial

Ana Clara Torres Ribeiro
Grazia de Grazia
Jean-Pierre Leroy
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Regina Leite Garcia

Edição

Lívia Duarte

Revisão

Luisa Calmon e Lívia Duarte

Jornalista Responsável

Lívia Duarte

Organização do Nº 124

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Projeto Gráfico

Murílio Soares/Casa-da-Comunicação

Diagramação e Capa

Flávia Mattos

Fotos / Capa

Acervo da Fase e parceiros
Imagens sob Creative Commons

Informações e Vendas

Tel. (021) 2536 7350
Fax: (021) 2536 7359

E-mail: comunicacao@fase.org.br
www.fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados
são de inteira responsabilidade de seus autores.

Apoio

Assine

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase

Onde Adquirir:

Na loja virtual do site
www.fase.org.br
ou Rua das Palmeiras, 90
Botafogo - Rio de Janeiro
CEP 22270-070
Tel: (021) 2536-7350
Fax: (021) 2536-7379



P

ublicada há mais de 30 anos, Proposta é um instrumento político de reflexão sobre as realidades do Brasil e do mundo. A Fase luta pela redução das desigualdades, ampliação de direitos e pelo aprofundamento da democracia. Proposta quer intervir neste debate oferecendo uma visão alternativa em seus artigos e entrevistas.

Últimos números

- Proposta 123 - Periurbanos: mulheres construindo o direito à cidade (2011)
- Proposta 122 - Justiça Climática (2011)
- Proposta 121 - Empresas, Estado e Desenvolvimento (2010)
- Proposta 120 - Direito à Cidade (2010)

Acesse o site da FASE

No site da **Fase** você encontra notícias, documentos e diversas outras informações sobre esta ONG que desde 1961 trabalha por novas realidades no Brasil. Conheça o trabalho da Fase em seis estados do país e nossa participação em várias redes e fóruns de luta por direitos, democracia e sustentabilidade.

www.fase.org.br



PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase

Em Proposta, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas, a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa democrática e sustentável.

Assine Proposta

Valor da Assinatura Anual

R\$ 38,00 (trinta e oito reais).

Como fazer sua assinatura de Proposta

Depósito bancário à FASE no banco Bradesco, conta 95475-6, agência 0227-5 Botafogo.

Envie o comprovante de depósito com seu nome e endereço para o e-mail comunicacao@fase.org.br.

Através do site www.fase.org.br

Cheque nominal à FASE no valor de R\$ 38,00.

Envie juntamente com seus dados,

para o endereço:

Rua das Palmeiras, 90

Cep - 22270-070, Botafogo, RJ

Para mais informações:

(021) 2536-7350 ou comunicacao@fase.org.br

